



UM LUGAR (IN)EXISTENTE: O “PAÍS DE MOSSORÓ” NAS TRAMAS DA
CONSCIÊNCIA HISTÓRICA

SADRAQUE MICAEL ALVES DE CARVALHO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – MESTRADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA E ESPAÇOS
LINHA DE PESQUISA: CULTURA, PODER E REPRESENTAÇÕES ESPACIAIS

UM LUGAR (IN)EXISTENTE: O “PAÍS DE MOSSORÓ” NAS TRAMAS DA
CONSCIÊNCIA HISTÓRICA

SADRAQUE MICAEL ALVES DE CARVALHO

NATAL/RN
2012

SADRAQUE MICAEL ALVES DE CARVALHO

UM LUGAR (IN)EXISTENTE: O “PAÍS DE MOSSORÓ” NAS TRAMAS DA
CONSCIÊNCIA HISTÓRICA

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em História, Área de Concentração em História e Espaços, Linha de Pesquisa Cultura, Poder e Representações Espaciais, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob a orientação da Profa. Dra.Margarida Maria Dias de Oliveira

NATAL/RN
2012

2012 Catalogação da Publicação na Fonte.
Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA).

Carvalho, Sadraque Micael Alves de.

Um lugar (in)existente : o “país de Mossoró” nas tramas da consciência histórica / Sadraque Micael Alves de Carvalho. – 2012.

133 f.: il.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-graduação em História, Natal, 2012.

Orientadora: Prof.^a Dra. Margarida Maria Dias de Oliveira.

1. História - Mossoró,(RN). 2. Consciência histórica - Mossoró,(RN). 3. Rio Grande do Norte - Memória. 4. Espacialidade Mossoró,(RN). I. Oliveira, Margarida Maria Dias de. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/BSE-CCHLA

CDU 94 (813.2)

SADRAQUE MICAEL ALVES DE CARVALHO

UM LUGAR (IN)EXISTENTE: O “PAÍS DE MOSSORÓ” NAS TRAMAS DA
CONSCIÊNCIA HISTÓRICA

Dissertação aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, pela comissão formada pelos professores:

Profa. Dra. Margarida Maria Dias de Oliveira – UFRN
(Orientadora)

Prof. Dr. Itamar Freitas – UFS
(Avaliador Externo)

Prof. Dr. Francisco das Chagas Santiago Júnior – UFRN
(Avaliador Interno)

Prof. Dr. Raimundo Nonato Araújo da Rocha – UFRN
(Avaliador Suplente)

Natal, _____ de _____ de 2012

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas contribuíram para a realização deste trabalho e faço questão de registrar algumas palavras com o objetivo de expressar a minha profunda gratidão.

Primeiramente, agradeço aos meus pais, Augusto e Eci, que sempre me apoiaram, incentivaram e nunca mediram esforços para me ajudar em tudo, até mesmo nas coisas impossíveis - não é preciso dizer que nunca vou conseguir retribuir por tudo o que fizeram. Agradeço aos meus irmãos, Thiago e Samuel, pela amizade de longa data.

Agradeço a professora doutora Margarida Maria Dias de Oliveira, minha orientadora, pela confiança que depositou em mim desde o começo, aceitando orientar o meu trabalho, por ter me tranquilizado inúmeras vezes, pelas tardes agradáveis de estudo, e pelas contribuições que deu a este trabalho, sem as quais o mesmo não teria sido possível. Muitíssimo obrigado.

Aos professores doutores Francisco das Chagas Santiago Júnior e Itamar Freitas por terem aceitado o convite para participar da minha banca de defesa e pelas diversas contribuições que me fizeram crescer.

A todos os professores do Programa de Pós-graduação em História e Espaços da UFRN, notadamente Durval Muniz, Raimundo Arrais e Renato Amado, com os quais tive a oportunidade de me aproximar das discussões sobre os espaços e a História. Registro também meu agradecimento ao professor doutor Raimundo Nonato Araújo da Rocha, por ter participado da minha banca de qualificação e contribuído valiosamente para o meu trabalho. Agradeço a Isabelle, secretária do PPGH-UFRN, por ser tão prestativa e gentil com os alunos do programa.

Aos meus estimados companheiros de mestrado, Sonní Lemos e Bruno Balbino, sou grato pelas horas de estudo que compartilhamos e que tanto me ajudaram na realização deste sonho.

Agradeço ao meu querido primo Lieberth – e “dona Cida” - por terem me acolhido tão bem num momento de definição dos rumos deste trabalho.

Aos meus colegas de trabalho – Emanuel, Nathalia, Fabíola, Celene, Auricélia, Nilma, Ozeliane, Mércia, Jairo, Edilson, Rejane, Isabelle, João, Júlio, César e Estela – eu agradeço pela convivência agradável, pelo cuidado e zelo que tiveram comigo e pelo encorajamento que sempre me deram.

Agradeço aos meus professores da UERN, Fabiano Mendes, Lindericy, João de Araújo, José Adeildo, André Seal, Bosco Brito, Osimar e Paulo Dantas, pelas incontáveis lições que me deram ao longo da minha graduação.

Aos “filhos de Clio”, meus queridos colegas de graduação, Gidiane, Jorge, Bruno, Silvestre, Emanuele, Fagner, João Bosco, Tatiana, Elvis, Neto, Deivison, Érika, que compartilharam comigo tantas alegrias e tristezas eu agradeço pela convivência. Impossível não sentir saudades quando me lembro de vocês.

Agradeço a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) por ter financiado a minha pesquisa.

Por fim, agradeço aos professores de História de Mossoró, por terem aceitado participar da minha pesquisa e pelos esforços que fizeram para me conceder as entrevistas, sem as quais este trabalho não existiria.

*Que a força do medo que tenho
Não me impeça de ver o que anseio
Que a morte de tudo em que acredito
Não me tape os ouvidos e a boca
Porque metade de mim é o que eu grito
Mas a outra metade é silêncio.*
(Oswaldo Montenegro)

RESUMO

O presente trabalho tem como meta analisar, por um lado, como uma produção acadêmica elaborou a espacialidade “país de Mossoró” e, por outro, como o ensino de História, através dos relatos de professores, se apropria desta espacialidade. A produção acadêmica, situada nas duas últimas décadas do século XX, tem como objeto as práticas que instituíram uma memória histórica desejável que atende aos interesses políticos da família Rosado. Diante desse quadro, dividimos o trabalho em três capítulos. No primeiro, identificamos como a produção acadêmica criou um conjunto de significados em torno do “país de Mossoró”, que oportuniza uma determinada maneira de ver e compreender o lugar. No segundo capítulo, fizemos uma discussão sobre os conceitos de *ideologia*, que estrutura os significados elaborados pela produção acadêmica, e de *consciência histórica*, utilizado para pensar a dinâmica do ensino de História. No terceiro capítulo, analisamos como os professores, ao expressarem suas consciências históricas, constituem sentidos para esse “país de Mossoró”.

Palavras-Chave: Consciência histórica, “país de Mossoró”, memória, espacialidade.

ABSTRACT

This work aims to analyze, on the one hand, how the academy has created the spatial term “the country of Mossoró” and, on the other hand, is to discover, by the teachers testimony, how the History teaching works with this spatiality. The academic production in Mossoró-RN, particularly during the last two decades of the century XX, focuses on the practices that built a historic memory based on political interests of the Rosado family. Therefore, this work is divided in three chapters. In the first one, we identify how the academic production has created a group of meanings related to “the country of Mossoró”, because it is a way to realize how this place is seeing and understand. In the second one, there is an explanation about the *ideology* concepts, that structure meanings created by the academic production, as well as the *historic conscience* that is used to think about the dynamic of teaching History. In the third, we analyze how teachers, expressing their historic conscience, figure meaning to this “country of Mossoró”.

Keywords: Historic conscience; “country of Mossoró”; memory, spatiality.

LISTA DE SIGLAS

EMDM – Escola Municipal Senador Dinarte Mariz

EMDF – Escola Municipal Senador Duarte Filho

ESMJ – Escola Estadual Prof. Manoel João

EMMA – Escola Municipal Prof. Manoel Assis

EMLS – Escola Municipal Leôncio José de Santana

EMJB – Escola Municipal José Benjamim

EMFM – Escola Municipal Felício de Moura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1	22
Os Rosado e o “país de Mossoró”	22
1.1. Três autores e uma interpretação.....	24
1.2. O “país de Mossoró”: lugar de dominação.....	34
1.3. Vingt-un, os intelectuais e a Coleção Mossoroense.....	37
1.4. Lugares de memórias.....	40
1.5. Comunidades imaginadas ou lugares afetivos.....	43
1.6. Entre arremates e alinhavos.....	47
CAPÍTULO 2	49
As tramas da consciência histórica e os problemas da ideologia	49
2.1. Consciência histórica: um fenômeno universal.....	51
2.2. História e vida prática.....	53
2.3. Matriz disciplinar: a apreensão da racionalidade da História.....	57
2.4. Formação histórica e aprendizado histórico: o retorno à vida prática.....	59
2.5. Didática da História.....	62
2.6. Os problemas da ideologia: uma criação deliberada para a garantia da dominação?.....	65
2.7. A consciência histórica e a espacialidade mossoroense.....	71
CAPÍTULO 3	74
“Conhecer a cidade não é só ver aquilo ali”: consciência histórica e as espacialidades mossoroenses	74
3.1. Os sujeitos da pesquisa.....	75
3.2. Na sala de aula: as histórias de Mossoró.....	78
3.3. Os sentidos do tempo: a consciência histórica dos professores.....	83
3.3.1. Orientações para o tempo presente.....	84
3.3.2. As identidades com Mossoró.....	89
3.3.3. A magia do lugar: o “país de Mossoró”.....	95
3.4. Os marcos históricos da cidade.....	98
3.4.1. O motim das mulheres.....	99
3.4.2. O voto feminino.....	100
3.4.3. Abolição dos escravos.....	101
3.4.4. A resistência ao bando de Lampião.....	103
3.5. Finalizando: para que serve a História?.....	104
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
5. FONTES E BIBLIOGRAFIA	109
6. ANEXOS	114

INTRODUÇÃO

O processo que levou ao desenvolvimento deste trabalho deve em grande medida ao que talvez se possa chamar de um *desconhecimento*, da parte do autor, em relação ao passado da cidade de Mossoró. Na memória, há um acontecimento singelo que contribuiu para esta percepção. No primeiro ano de faculdade, em 2004, um professor perguntou à queima roupa: *quantos anos têm Mossoró?* Não houve sequer quem tentasse responder. Uma parte significativa da turma era de cidades vizinhas, e deste grupo diverso foi possível ouvir respostas como: *sei quantos anos tem a minha cidade, mas Mossoró...* Nascidos e criados em Mossoró formavam um grupo bastante heterogêneo, principalmente em relação à idade, mas de fato ninguém sabia. Ao longo desta aula, o professor seguiu fazendo outras perguntas provocadoras – por exemplo, *quem fundou Mossoró?*, ao que se seguiu o mesmo silêncio – narrando uma parte do processo histórico que levou das fazendas criatórias ao surgimento da cidade. Ao final, concluiu: *vocês não conhecem a história do lugar onde nasceram*. Era subjacente em toda a fala do professor a qualificação do desconhecimento geral da turma como um grande absurdo.

A constatação de que não tinha condições de elaborar uma narrativa capaz de dar conta de nenhum aspecto histórico de Mossoró – incluindo os seus grandes acontecimentos – nos levou a testar os limites de uma generalização. Acreditava que o desconhecimento era partilhado pela grande maioria dos mossoroenses, em virtude do fato de não estudarem absolutamente nada da *história de Mossoró* na escola. Assim, o nosso trabalho de conclusão de curso dedicou-se quase que exclusivamente a responder se a história de Mossoró estava sendo ensinada nas escolas de Ensino Fundamental. De acordo com a grande maioria dos professores e alunos que participaram da pesquisa a resposta era *não*, como suspeitávamos desde o princípio. A pesquisa também mostrou que quando se falava em *história de Mossoró*, professores e alunos identificavam-na quase sempre como sendo o conjunto de quatro acontecimentos principais, que detalharemos mais a frente, do qual sobressaía a figura do cangaceiro Lampião como principal personagem. De resto, a conclusão que chegamos naquele momento era de que a história de Mossoró poderia ser abordada de maneiras instigantes para professores e alunos, mas em geral o que se estudava em sala de aula era quase que exclusivamente o que estava prescrito nos livros didáticos de circulação nacional, distribuídos pelo MEC, e quando a história de Mossoró era trabalhada limitava-se aos grandes acontecimentos da cidade, a uma memória, que é amplamente disseminada pelo poder público

local. A partir deste ponto as nossas inquietações nos conduziram para outros caminhos. As apropriações de uma memória amplamente disseminada ganharam contorno, possibilitando a articulação de um problema e uma maneira de lhe conferir tratamento pelo caminho da pesquisa.

As leituras de uma determinada produção acadêmica constituem o divisor de águas que marca definitivamente as intenções deste trabalho. A produção acadêmica em questão é formada pelos seguintes livros: *A (re)invenção do lugar – os Rosados e o “país de Mossoró”* (2001), de autoria de José Lacerda Alves Felipe, *Mitologias do país de Mossoró* (1998), de Francisco Fagundes de Paiva Neto e *Abolição da escravidão em Mossoró – pioneirismo ou manipulação do fato* (1999), de Emanuel Pereira Braz. Esses trabalhos abordam as práticas que instituem e disseminam esse conjunto de memórias que citamos anteriormente. Podemos dizer que são estudos que tratam de uma espacialidade construída historicamente em torno da memória de grandes acontecimentos, o “país de Mossoró”. Para os seus autores, a produção desse “país” tem um viés eminentemente ideológico, e é capaz de agenciar a lealdade coletiva das pessoas do lugar em favor do grupo que as produz, a família Rosado. Esses trabalhos focam prioritariamente a esfera da produção e da emissão das memórias, inferindo deste ponto, do lugar de sua produção, os significados que as pessoas comuns fazem dos construtos produzidos. Nesse contexto, a escola é vista como um importante mecanismo, responsável pelo ensino dessa memória histórica desejável, em especial a disciplina de história. Assim sendo, os autores constroem uma nova camada de significados que oportunizam uma determinada maneira de ver e compreender Mossoró.

A memória que edificou o “país de Mossoró” é constituída por quatro acontecimentos. Obedecendo à ordem cronológica, o primeiro deles se deu no dia 4 de setembro de 1875. Em virtude do alistamento militar obrigatório em todo o Império se seguiu o *Motim das Mulheres*, uma revolta liderada por Ana Floriano, contra o possível envio dos seus filhos e maridos para a guerra. Este episódio culmina com a destruição das fichas de alistamento, bem como no confronto das mulheres com as forças policiais. O segundo episódio ocorreu em 1883, no dia 30 de setembro, quando Mossoró antecipou em cinco anos a *Abolição dos escravos*. A iniciativa partiu da província do Ceará, que já havia libertado os escravos em algumas cidades. Em janeiro de 1883 foi criada a *Sociedade Libertadora Mossoroense*, que tinha a frente Joaquim Bezerra da Costa Mendes, de onde partiu as ações que conduziram à abolição. A Lei nº 30, de 13 de setembro de 1913, estabeleceu o dia 30 de setembro como feriado municipal na cidade, sendo este dia marcado até hoje com grandes festejos. Durante vários anos houve uma defesa do pioneirismo abolicionista mossoroense em

âmbito nacional. Atualmente, esse pioneirismo é defendido somente na esfera do estado do Rio Grande do Norte. Algumas décadas mais tarde, quando o Brasil já se constituía como República, o bando de Lampião fez uma tentativa de invasão à cidade de Mossoró. O episódio se deu em 13 de junho de 1927. Na ocasião os mossoroenses, sob o comando do prefeito Rodolfo Fernandes, impuseram a Lampião e seu bando uma grande derrota. Este acontecimento ficou conhecido como a *Resistência de Mossoró ao bando de Lampião*. O quarto e último dos acontecimentos se deu em 1928. Neste ano, Celina Guimarães Viana conseguiu o seu título de eleitora, após tê-lo solicitado ao governador Juvenal Lamartine. Desta forma, tornou Mossoró o lugar onde aconteceu o *Primeiro voto feminino*.¹

A memória que se ergueu a partir desses acontecimentos pode ser percebida no espaço público da cidade: nomes de ruas, bairros, praças, além de empreendimentos privados, são estratégias de inscrição dessa memória na cidade. Além disso, há dois importantes meios de (re)significação da memória: são os espetáculos teatrais *chuva de bala no país de Mossoró* e o *Auto da Liberdade*. O primeiro deles narra a Resistência ao bando de Lampião, e ocorre no mês de junho durante as festas juninas, enquanto o segundo reúne os quatro acontecimentos acima descritos, e é realizado na última semana de setembro – mês que se comemora a Abolição dos escravos. No último dia de festividades ocorre também o *Cortejo da Liberdade*, um desfile cívico que conta com a participação de destacamentos das Forças Armadas, bem como de setores da sociedade civil, como a maçonaria, igrejas e escolas públicas e privadas.

No contexto dessa grande disseminação de memória, através dos mecanismos já mencionados, bem como através da Coleção Mossoroense, foi cunhada a expressão *país de Mossoró* para designar esta porção do território como uma unidade específica, que traz características próprias. O seu criador é o vigésimo primeiro filho de Jerônimo Ribeiro Rosado. Este último, um farmacêutico que veio da cidade de Pombal na Paraíba, no final do século XIX, empolgado com os seus estudos de francês, decidiu batizar o seu caçula com o nome de Vingt-un – dando continuidade à prática que iniciara desde o nascimento do seu terceiro filho.

Em entrevista concedida a Rocha (2001), Vingt-un diz:

Bem o que eu posso dizer é que “país de Mossoró” significa um país imaginário. Um país particular de um povo forte que luta constantemente pela liberdade, um país que apaixonou a gente. Eu sempre achei Mossoró uma cidade única, mas a expressão “país de Mossoró” foi uma coisa que me deu na telha, não foi nada pensado (ROCHA, 2001 p.229).

¹ Disponível em http://www.prefeiturademossoro.com.br/mossoro_historia.php, acessado em 23/ 03/ 2011.

De acordo com a produção acadêmica citada anteriormente, o *país de Mossoró* dá visibilidade ao lugar, funcionando como organizador do espaço e conferindo identidade aos cidadãos através do incentivo à lealdade coletiva. Como veremos, esses trabalhos defendem que a permanência de membros da família Rosado na chefia do executivo municipal se prolonga exatamente em função dos efeitos do “país de Mossoró” que repercutem no imaginário da população local.

Estes acontecimentos formam os quatro pilares da memória, que por sua vez constituem uma *espacialidade mossoroense*, o “país de Mossoró”. Desta maneira, o objetivo amplo da pesquisa consiste em analisar, por um lado, essa espacialidade a partir das visões construídas pela produção acadêmica, e por outro, a partir dos seus usos no ensino de História.

Para dar inteligibilidade ao nosso trabalho se fez necessário tratar da relação *história e espaços*. A perspectiva adotada para pensar esta relação é a de que espaço e tempo são dimensões da realidade, as quais estão entrelaçadas e por sequência, são indissociáveis. Durante gerações, o espaço foi alvo de certa desqualificação. No campo da História, as preocupações com o espaço restringiam-se ao imperativo das delimitações e recortes do universo de pesquisa. Pensado como um dado a priori, como uma dimensão naturalizada, o espaço era morto, fixo, não dialético e imóvel (FOUCAULT, 1979 p.159). Diferentemente desta compreensão, e também graças à centralidade que vem ocupando em diferentes domínios do saber, problematizar essa relação requer abordar os espaços como elemento vivo, participante das tramas históricas, estando perpassado pelo tempo, portanto, sujeito às interpretações dos historiadores. É imperativo reconhecer também que os espaços não se restringem a um recorte material ou físico. Eles são também simbólicos, imaginários, míticos, uma vez que existem no campo da *representação*.

A aproximação com a problemática do espaço está orientada aqui basicamente a partir dos insumos de Yi-Fu Tuan. Ele compreende o espaço como construção humana, e contribui significativamente para uma (des)naturalização dos espaços - perspectiva subjacente à nossa pesquisa. Tuan aborda os conceitos de espaço e lugar a partir da perspectiva da *experiência*, entendida como diferentes maneiras por meio das quais uma pessoa conhece e constrói a realidade. O que pode ser conhecido, segundo o autor, é um construto da experiência, e tem a ver com a capacidade de aprender a partir da vivência, portanto, é criação de sentimento e pensamento. (TUAN, 1983. p.10). O conhecimento atua como elemento diferencial para a construção dos espaços, contribuindo para as percepções que deles temos, bem como para os significados que os envolvem.

A noção de espacialidade é entendida como o acúmulo de significados que resultam das práticas sociais. Práticas estas que atribuem valores, oportunizam percepções e dão inteligibilidade aos espaços (ALBUQUERQUE, 2009, p.29-49). Na construção das espacialidades, a memória, entendida enquanto trabalho sobre o que deverá ser guardado, atua na fixação de imagens dos diferentes recortes espaciais (ARRUDA, 2000, p.41). É nesta perspectiva que tratamos o *país de Mossoró* como uma espacialidade.

A produção da espacialidade mossoroense já foi estudada por alguns pesquisadores. O trabalho de Costa (2011) analisa como se dá a construção discursiva de Mossoró na escrita do historiador Luis da Câmara Cascudo. Costa (Ibidem) destaca que o trabalho de Cascudo foi apropriado pelo poder público de Mossoró, que utilizou do prestígio intelectual desse historiador para promover a cidade. O poder público a que se refere é composto pelos membros da família Rosado. O trabalho mostra que a partir da escrita de Cascudo, abriu-se um leque de possibilidades para circunscrever o espaço mossoroense, como exemplo, a ideia de Mossoró como *região*.

O pesquisador Alessandro Nóbrega (2007) faz um estudo sobre os valores atribuídos a Dix-sept Rosado pela Coleção Mossoroense. Ao investigar esse processo, o autor assinala que a imagem de Dix-sept é ampliada e estendida para a cidade de Mossoró, formando entre os cidadãos uma identidade com o lugar que se traduz num sentimento de coesão social. O autor (Ibidem) aponta que a produção discursiva sobre Dix-sept gerou uma forma de ver e dizer da cidade de Mossoró.

Contudo, não há nenhum trabalho que se pretenda a investigar de que maneira os livros de José Lacerda (2001), Paiva Neto (1998) e Emanuel Braz (1999) constroem uma determinada espacialidade mossoroense. Os trabalhos de Nóbrega (2007) e Costa (2011) usam esses livros como referência, mas não apontam que neles existe também uma determinada maneira de ver e dizer a cidade de Mossoró.

Quanto a trabalhos sobre o ensino de História em Mossoró, que tragam reflexões sobre como se dá o ensino de temáticas locais – notadamente as *mitologias do “país de Mossoró”* – o único trabalho do qual temos notícia foi realizado por Rocha (2001). Na sua tese, Rocha (Ibidem) procura compreender a relação entre os currículos formais (PCN) e os currículos reais (que efetivamente se concretizam em sala de aula) pelo recorte das identidades locais dos professores. Ele fez uma série de entrevistas grupais com professores de História, nas cidades de Natal, Mossoró e Caicó, visando perceber como esses professores apreendem as mudanças da disciplina de História ao longo do tempo. Nesse sentido, a questão eixo do trabalho consistiu em identificar como o currículo trabalha as relações entre

identidades locais e identidades mais abrangentes. Todavia, Rocha não tinha por objetivo estudar os relatos dos professores a partir de uma preocupação em identificar as apropriações que se realizam na maneira como os sujeitos usam a história.

É com a perspectiva de cobrir esta última demanda que nos preocupamos em estudar também, a partir das questões que envolvem a *consciência histórica*, de que maneira os professores utilizam esse “país de Mossoró” nos processos de orientação temporal. Que representações do “país de Mossoró” são mobilizadas pelos professores na leitura que fazem da realidade? Quais são os usos que fazem desta espacialidade? Que sentidos fazem dela? Como a colocam em funcionamento? Estas questões impõem a demanda de nos aproximarmos dos trabalhos da consciência histórica, como a concebeu o historiador alemão Jörn Rüsen (2001).

Identificar como os professores utilizam o “país de Mossoró” requer uma imersão nas questões que envolvem a consciência histórica (RÜSEN, 2001 p.53-93). Essa relação se faz necessária, uma vez que as maneiras de empregar essa espacialidade têm a ver diretamente com o processo de orientação temporal, no qual impera o pensamento histórico ou a consciência histórica. A expressão consciência histórica refere-se aos significados que são construídos em grupo e pelo grupo acerca de si próprio, cuja característica principal é a capacidade de orientar, intencionalmente, a vida prática no tempo (Ibidem p.56 e 57).

Neste sentido, buscamos nas escolas de Mossoró professores de História que trabalhassem em sala de aula com temáticas locais, notadamente com os construtos do “país de Mossoró”. Nossa meta era realizar entrevistas áudio gravadas com esses profissionais para tentar identificar as questões que explicitamos anteriormente. Para orientar nessa etapa de coleta dos dados, nos apoiamos fartamente no trabalho Uwe Flick.² Com efeito, a pesquisa assumiu um caráter expressamente qualitativo, uma vez que não se tratava de determinar a frequência de um fenômeno, mas identificar os significados que as informações podiam oferecer (FLICK, 2004, p. 64). O critério de seleção das escolas e dos professores está baseado em uma técnica de amostragem não probabilística: a amostragem intencional. Trata-se de um tipo de amostragem que não possui o rigor estatístico, de modo que não almeja a generalização dos resultados. Salientamos que não se trata de fazer uma sondagem estatística, oferecendo um quadro amplo da situação do ensino de História em Mossoró. Tal pretensão demandaria anos de pesquisa e uma gama de outros pesquisadores, em vista da complexidade

² Este trabalho discute o vasto campo da pesquisa qualitativa. Em sua grande maioria, os exemplos trabalhados pelo autor são de pesquisas em psicologia social. Não obstante, nos apropriamos das questões transversais que aparecem quando se trata de construir as fontes de pesquisa.

que caracteriza o espaço escolar. Em suma, quando da escolha pelo uso da amostragem intencional, “o pesquisador está interessado na opinião (ação, intenção etc.) de determinados elementos da população.” (MARCONI, 2006, p. 52). A pesquisa qualitativa compreende uma relação muito particular entre abordagem metodológica e o objeto a ser investigado, uma vez que a relevância consiste no significado subjetivo da experiência dos entrevistados (CERRI, 2002, p. 203).

Optamos por fazer uma amostragem de tipo gradual. Esta opção segue os direcionamentos apontados por Flick (FLICK, 2004), obedecendo ao princípio da circularidade da pesquisa qualitativa que impõe o repensar constante de conceitos e metodologias na medida em que os dados coletados são submetidos à análise. “As decisões relativas à amostragem visam àquele material que prometa os maiores insights, observados à luz do material já utilizado e do conhecimento dele extraído” (Ibidem, p. 79). A racionalidade deste princípio está ancorada na perspectiva de, simultaneamente à interpretação dos dados, identificar outros entrevistados que possam contribuir para as respostas que a pesquisa deseja construir. “A continuidade da amostragem se dá de acordo com a relevância dos casos, e não com a sua representatividade” (Ibidem, p. 81-82).

Portanto, a decisão de selecionar os professores gradualmente teve como critério o potencial do entrevistado. Nos primeiros contatos com os professores identificamos os que poderiam fornecer as informações que buscávamos, bem como identificamos os que tinham interesse em participar da pesquisa.

Estabelecemos como critério inicial para a amostragem professores que atuassem no ensino Fundamental (6º ano ao 9º ano). Contudo, os professores entrevistados atuam também no Ensino Médio, de modo que não tivemos a preocupação de diferenciar esses níveis de ensino na pesquisa, uma vez que quando falam das histórias de Mossoró, os próprios professores não expressaram maneiras específicas de trabalho para cada nível de ensino.

As escolas selecionadas inicialmente pertencem à rede municipal de Mossoró. Esse critério foi estabelecido a partir da acessibilidade, verificada com um estudo exploratório realizado em 2007³. Iniciamos o trabalho de sondagem com professores que já conhecíamos a partir desse contato anterior. A maioria das escolas de 6º ao 9º ano pertence ao município, de modo que tivemos dificuldade em encontrar escolas do estado que trabalhem com o Ensino Fundamental. Vale salientar que muitos professores destas instituições atuam também em escolas da rede estadual e também na rede privada de ensino.

³ CARVALHO, Sadraque Micael Alves de. História local em Mossoró: presença e abordagem. TCC, Mossoró, RN, 2007.

Tivemos sempre em mente as contribuições de Flick (Ibidem, p. 90) quanto às relações estabelecidas entre o entrevistado e o entrevistador. Quando um pesquisador entra no campo para obter os seus materiais de trabalho, há necessariamente um processo de negociação entre os “participantes” e o próprio pesquisador. Isto em razão da necessidade do pesquisador em assumir certos papéis e posições, em vez de perseguir a abstrusa neutralidade que garantiria objetividade e transparência. As informações que terá acesso irão depender do sucesso na atuação de um papel e postura adequados. A interação e a negociação são cruciais para o desenvolvimento da pesquisa.

Tendo isso em mente, nossa entrada no campo se deu a partir de uma explicação inicial sobre o nosso objetivo em estar ali. Explicamos aos professores as intenções da nossa pesquisa e só prosseguimos após haver concordância. A pesquisa foi iniciada com a aplicação de um questionário ⁴, cujo objetivo era sondar a disponibilidade do professor em participar da pesquisa e identificar potenciais entrevistados. O questionário também trazia questões que permitiam conhecer um pouco do trabalho do professor, principalmente a questão que mais nos interessava: saber se o professor trabalhava em sala de aula com os conteúdos que integram a espacialidade “país de Mossoró”.

Em sete escolas, conversamos com um total de dez professores, distribuídos da seguinte maneira: o professor Breno ensina na EMJB, o professor Humberto ensina na EMMA, a professora Maria trabalha na EMFM, os professores Inácio e Sandra atuam na EMLS, o professor Afonso ensina na EMDM, os professores Leonardo, Elizete e Marcos ensinam na EMDF e a professora Laura trabalha EEMJ. Todos esses professores responderam o questionário proposto, sendo que cinco deles concordaram em nos conceder uma entrevista áudio gravada: foram os professores Breno, Laura, Afonso, Leonardo e Sandra.

O posicionamento teórico adotado aqui é comum aos pesquisadores que trabalham com fontes orais, a saber, a ideia de que os dados obtidos por meio dessas fontes podem trazer novos elementos para a compreensão de um determinado tema (ARRUDA, 2000; CAINELE, 2003; POLLAK, 1992).

Trata-se de compreender a forma como os professores fazem sentido do “país de Mossoró”, ou ainda, de como este conhecimento histórico é utilizado no processo de orientação temporal. Ao lado disso, identificamos os objetivos que traçam para os alunos quando os temas da história de Mossoró são trabalhados em sala de aula, com o intuito de nos

⁴ Ver anexo.

aproximar do entendimento do papel escola - por meio do ensino de história - na construção de significados para o “país de Mossoró”.

O trabalho encontra-se dividido em três capítulos. No primeiro, estudamos a produção acadêmica já citada como lugar de produção de um determinado sentido, ou seja, como um discurso produtor de realidade. O caminho traçado neste capítulo implica em verificar como Mossoró foi tematizada nos trabalhos acadêmicos. Portanto, a primeira parte do nosso trabalho é fruto do entendimento de que é importante acompanhar a construção de uma espacialidade mossoroense que foi operada por esses trabalhos acadêmicos. Esses autores produziram outro significado para a espacialidade “país de Mossoró”, que se cristalizou para um conjunto importante da academia, mantendo-se forte até hoje e dificultando a produção de novos significados. Encontram-se diluídas neste capítulo as contribuições de Roger Chartier. O discurso historiográfico é entendido a partir das propostas lançadas por Chartier, ou seja, trata-se aqui de identificar o modo como uma determinada realidade foi construída, pensada, dada a ler (CHARTIER, 1990, p. 17). Os trabalhos acadêmicos impõem os seus significados que por sua vez são operacionalizados e fundamentados através de esquemas conceituais. Desta forma, realiza um processo de classificação e delimitação, alimentado por determinadas configurações intelectuais. Eles assumem o lugar de maquinaria de representações.

O segundo capítulo discute os conceitos de consciência histórica e ideologia. O primeiro conceito é abordado essencialmente para dar inteligibilidade ao modo como iremos tratar os relatos dos professores, mostrando a partir do pensamento de Rüsen (2001), Cerri (2011), entre outros, a maneira como operacionalizamos o conceito de consciência histórica. A ideologia é inserida no debate partindo de suas múltiplas concepções. Esse conceito foi bastante utilizado nos trabalhos acadêmicos que serão estudados no capítulo 1, de modo que a maneira como foi utilizado criou problemas em decorrência da relação exclusiva dos seus significados a um instrumento de dominação e controle. Discutimos essas questões a partir dos artigos organizados por ZIZEK (1996), na tentativa de mostrar outras utilizações desse conceito, embora não tenha sido nossa intenção esgotar esse tema.

No terceiro capítulo analisamos os relatos dos professores, como expressão de suas consciências históricas, com o objetivo de compreender os usos que fazem do “país de Mossoró”. A discussão é circunscrita em torno de duas funções essenciais da consciência histórica, quais sejam, a orientação temporal e a criação de identidades. De saída, é válido salientar que não queremos com este trabalho mostrar a verdade ocultada pela produção

acadêmica. Não se quer oferecer outros motivos ou razões que expliquem a permanência dos Rosado na prefeitura de Mossoró. A pesquisa com os professores teve como meta oferecer uma explicação do ensino de História nas suas relações com a espacialidade mossoroense, chamando atenção para as subjetividades que participam do modo como se aprende e se ensina História.

CAPÍTULO 1:

A cortina de fumaça: os Rosado e o país de Mossoró

Mas é o homem que tem a capacidade suprema de produzir semelhanças
Walter Benjamin

Mossoró é vista de maneira recorrente a partir do tema da dominação política. A quantidade de trabalhos que aflora de um levantamento inicial acerca desta temática mostra, sem dúvida, que a ênfase neste tema não é fortuita. Afinal, a presença, há mais de sessenta anos, de membros da família Rosado na chefia do executivo municipal e na câmara dos vereadores, além dos cargos legislativos ocupados em âmbito estadual e nacional pelos Rosado, e por gente a estes ligados, não poderia passar despercebida. Apontar as razões que levaram esta família a conseguir este sucesso político tem sido um ponto que atravessa, insistentemente, vários trabalhos acadêmicos. É possível assinalar a década de 1980 como o momento no qual a dominação política dos Rosado começa a ser tratada como um objeto de estudo.

Entre as estratégias de dominação criadas por essa família estão: o privilégio aos membros da família, no sentido de que somente eles podem ocupar a cadeira de Prefeito da cidade, a divisão da própria família em grupos concorrentes, objetivando assegurar que seja sempre um membro da família a estar na chefia do executivo municipal e o controle da informação que circula na imprensa – a família também possui jornais, rádios e, mais recentemente, uma emissora de TV. Essas estratégias encontram-se fartamente documentadas em trabalhos acadêmicos. Contudo, a principal estratégia da família para exercer o domínio político foi a criação de uma memória dos grandes acontecimentos da história mossoroense. É exatamente essa memória, a responsável por fazer surgir o “país de Mossoró”, uma construção discursiva realizada pela família Rosado cujo objetivo é convencer as pessoas do lugar de que Mossoró é uma unidade específica, com identidade própria.

Não obstante, quando um conjunto de trabalhos acadêmicos analisa a construção desse “país de Mossoró” acaba por somar a ele outros significados e sentidos, que irão moldar uma nova maneira de ver e compreender a cidade de Mossoró

Diante disso, o objetivo deste capítulo é entender como Mossoró é construída discursivamente a partir de estudos que tratam da construção imagética do “país de Mossoró”. As fontes utilizadas para a realização deste texto consistem em obras que se tornaram leituras obrigatórias para quem deseja tratar da história e da produção de uma memória oficial da cidade de Mossoró, bem como da espacialidade e identidade mossoroense. Nossas fontes

reúnem quatro obras: *Organização do espaço urbano de Mossoró* (1982) e *A (re)invenção do lugar – os Rosados e o país de Mossoró* (2001), ambos de autoria de José Lacerda Alves Felipe, *Mitologias do país de Mossoró* (1998), de Francisco Fagundes de Paiva Neto e *Abolição da escravidão em Mossoró – pioneirismo ou manipulação do fato* (1999), de Emanuel Pereira Braz. O conjunto desses trabalhos produziu um sentido que orienta a compreensão de vários intelectuais que se dispuseram a pensar e produzir conhecimento sobre Mossoró, tornando-se referências importantes para outros trabalhos acadêmicos.⁵ Estes são os primeiros trabalhos que na tarefa de problematizar a memória e a identidade mossoroenses, acabam também por fazer uma crítica à configuração política de Mossoró. Crítica fundamentada nos aportes teóricos da História, das Ciências Sociais e da Geografia. Podemos dizer que eles investigam a construção de memórias que sustentam a espacialidade “país de Mossoró”. A locução desses autores constrói uma adjetivação do espaço, sobrepondo a ele mais uma camada discursiva, que por sua vez orienta a compreensão de aspectos políticos, memorialísticos, identitários, etc.

A seguir, procuramos caracterizar minimamente cada uma das obras supracitadas. Com isso, se pretende mostrar que os autores constroem uma interpretação que converge para um mesmo entendimento. Estas obras fundam uma interpretação sobre Mossoró que se mantém forte na academia, constituindo um importante critério de orientação temporal para os que trabalham de alguma maneira com temas ligados à cidade. Nesta tarefa, foram integrados vários excertos das obras ao corpo do texto, entendendo que as palavras dos autores traduziriam melhor seus pensamentos do que as minhas. Ao tomar a cidade de Mossoró como objeto de conhecimento, recortando aspectos de sua realidade, essa produção acadêmica elaborou uma determinada versão de Mossoró. Quase que invariavelmente, quando se falar em Mossoró na academia, o olhar será pautado por esta interpretação histórica que aqui estamos analisando, o que demonstra a atuação desses autores para sedimentar elementos discursivos que espartilham a compreensão da cidade. Exemplifica por outro lado que “o sistema de circulação de sentido, em nossa sociedade, funciona como obstáculo sistemático ao devir de novas significações sociais” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2009 p. 349).

⁵ Como exemplos de trabalhos que partem da discussão iniciada por estes autores e/ou endossam suas interpretações, temos: SILVA, Lemuel Rodrigues da. **Os Rosados encenam: estratégias e instrumentos da consolidação do mando.** Mossoró: Queima Bucha, 2004. NÓBREGA, Alexandre Teixeira. **A Coleção Mossoroense e a construção dos mitos: Dix-sept Rosado, o herói imolado.** Dissertação de Mestrado em História - UFRN. Natal, 2007. LUCAS, Ana Maria Bezerra. **O mandonismo da família Rosado em Mossoró – 1917-1988.** Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais – UFPB, João Pessoa, 1998. BATISTA, Maria do Socorro da Silva. **Políticas públicas de educação ambiental: a gestão do programa municipal de educação ambiental de Mossoró/RN.** Dissertação de Mestrado – UFRN. Natal, 2007.

1.1 - Três autores e uma interpretação

Em a *Organização do espaço urbano de Mossoró*, José Lacerda Alves Felipe realiza um estudo sobre a emergência do fenômeno urbano. O autor faz uma análise do passado mossoroense, recuando aos tempos provinciais do século XIX, quando Mossoró antes de se tornar cidade passa a ocupar a posição de empório comercial, na década de 1850. O estudo caminha até o período recente, a década de 1980. Neste intervalo, o autor aponta as grandes transformações que ocorreram em Mossoró, em especial a perda do posto de empório comercial, a decadência das agroindústrias e a instalação da economia de serviços. Trata-se de uma análise da evolução econômica e social de Mossoró, que assinala o trajeto histórico que permitiu à cidade manter a posição de centro da região oeste do Rio Grande do Norte. As fontes utilizadas consistem em sua maioria de obras do acervo da Coleção Mossoroense, bem como de dados coletados em órgãos governamentais, como o IBGE. O autor também aplicou um conjunto de questionários em dois bairros e nas indústrias da cidade, na tentativa de levantar dados sobre a população. Este trabalho é a sua dissertação de mestrado em geografia, defendida em 1982 na UFPE e publicada neste ano pela mesma Coleção Mossoroense. José Lacerda tem graduação em geografia pela UERN (1974), na época Universidade Regional do Rio Grande do Norte.

A política de organização do espaço é estudada a partir da dimensão das relações sociais, enfatizando as contradições e os conflitos. Os movimentos que levaram a uma nova organização do espaço urbano são apreendidos como decorrência do processo de acumulação do capital, cuja racionalidade é a necessidade constante de novos espaços para a sua reprodução. A organização do espaço em Mossoró está inserida na dinâmica da produção capitalista. O fenômeno urbano é consequência de fatores externos que impulsionaram novas demandas de organização espacial, como a concentração de uma população excedente na cidade, especialmente a partir da seca de 1877, gerando uma gama de contradições que tornaram a cidade o lócus do conflito social.

José Lacerda assinala o surgimento de uma nova ordem em Mossoró que ocorre na década de 1920, trazendo também mudanças políticas para a cidade. Esse período é marcado pelo aparecimento de um tipo diferente de burguês, que passa a dominar a produção do campo e da cidade. Essas mudanças acarretaram uma nova divisão territorial do trabalho que tem a ver com a emergência de uma nova ordem política, na qual estão inseridas as demandas de organização do espaço mossoroense. Segundo José Lacerda, este quadro também levou a burguesia mossoroense a novas formas de mobilização.

Para essa burguesia, acostumada a grandes ambições, organizar o espaço urbano e regional para exercerem em plenitude o comércio e posteriormente as atividades agro-industriais, estava dentro do seu cotidiano. Geradora de políticos para trabalharem e representarem seus interesses, ela foi formadora de grupos oligárquicos, cujas ações e processos de dominação política não mudaram muito ao longo do tempo. Conservando e mantendo o “voto de curral” que lhes garante os mandatos políticos, através de instrumentos que variam desde a proteção pura e simples na sociedade dos coronéis, em Mossoró, representada por uma burguesia agrário-comercial, até o empreguismo nas repartições públicas e estruturas de serviços, que chegam à cidade terceirizada de hoje. Esses instrumentos de dominação política sempre estiveram nas mãos desses grupos oligárquicos que se revezam no poder (FELIPE, 1982 p.92-93).

O autor destaca também no comportamento desta burguesia a presença do *humanismo telúrico*, responsável por cultivar o sentimento de respeito e amor pelo chão de Mossoró. A partir deste momento a burguesia mossoroense estará empenhada em disseminar entre as pessoas da cidade o sentimento de pertença a Mossoró, se utilizando de uma série de práticas que atribuem valores a este espaço. Entre as estratégias empregadas nesta empresa, o autor destaca o calendário festivo da cidade, que agrega os festejos do *30 de setembro* (Abolição dos escravos), do *13 de junho* (Resistência ao bando de Lampião), o evento “Noite da Cultura”, realizado no dia 25 de setembro, no qual ocorrem os lançamentos da Coleção Mossoroense, esta última considerada pelo autor como o maior movimento editorial do norte-nordeste. Estes são alguns dos meios utilizados para projetar o nome de Mossoró e de sua classe dominante na esfera estadual e nacional, num exemplo típico de ações com fins ideológicos que visam à dominação política (Ibidem, p. 94-95).

Este trabalho seminal inaugura um modelo interpretativo que será desenvolvido por intelectuais de outras especialidades. Os dois estudos abordados na sequência são exemplos importantes que mostram precisamente este desenvolvimento. Ao longo dos livros de Francisco Fagundes de Paiva Neto e de Emanuel Pereira Braz encontram-se várias referências aos trabalhos de José Lacerda, seja este seu trabalho de mestrado, como também outros estudos do autor, igualmente publicados pela mesma Coleção Mossoroense. O próprio José Lacerda retomará este trabalho na sequência dos seus estudos, o que irá culminar na elaboração de sua tese de doutorado, na qual se deu ênfase às estratégias ideológicas organizadas pela burguesia mossoroense, representada pela família Rosado, na construção de um imaginário social, com vistas à manutenção do domínio político na cidade.

O segundo personagem que atua na elaboração de significados para Mossoró é Francisco Fagundes de Paiva Neto. Em *Mitologias do “país de Mossoró”*, ele estuda a fabricação de um complexo ideológico que serve de suporte ao projeto de dominação política

dos Rosado em Mossoró. O autor aponta a presença desse projeto em vários mecanismos: historiografia, memorialística, monumentos, nomenclatura de ruas e largos públicos, práticas cerimoniais nas datas magnas cidadinas, etc. As fontes por ele utilizadas constituíram-se de obras da Coleção Mossoroense, em especial as que tratam da história e da memória dos fatos históricos ocorridos na cidade e da participação política dos Rosado em Mossoró, dos jornais *O Mossoroense*, *Gazeta do Oeste* e *Diário de Natal*, bem como de entrevistas com participantes dos festejos municipais e de fotografias. Paiva Neto delimita como recorte temporal o período de 1948 a 1995. A primeira data representa o estabelecimento dos Rosado na prefeitura de Mossoró, com a eleição de Dix-Sept Rosado, e a segunda demarca a diluição da família em facções rivais. Este trabalho é a sua dissertação de mestrado em ciências sociais, defendida em 1997 e publicada na íntegra pela Coleção Mossoroense em 1998. Paiva Neto tem graduação em história pela UFRN, concluída em 1994.

As mitologias do “país de Mossoró” constituem-se de quatro episódios da história da cidade, quais sejam, o *Motim das mulheres* (1875), a *Abolição da escravatura* (1883), a *Resistência ao bando de Lampião* (1927) e o *Voto Feminino* (1928). O trabalho de Paiva Neto se desenvolve no sentido de mostrar que essa memória veicula os *temas fundadores* das ideologias do *pioneirismo*, do *desenvolvimentismo*, do *progressismo* e do *humanismo telúrico*. Este *complexo ideológico* é construído a partir de mitologias políticas e de tradições reinterpretadas, de modo que tais práticas resultaram na formulação de uma especificidade mossoroense. Para este autor, existe um caráter mossoroense que pode ser distinguido na história regional e nacional (PAIVA NETO, 1998, p. 3-5). Para ele, esta especificidade é demonstrada na célebre expressão *país de Mossoró*, criada por Vingt-un Rosado (Ibidem, p. 39). Desse modo, a identidade mossoroense seria indissociável das estratégias políticas e ideológicas dos Rosado. A partir disso, o que o autor deseja mostrar é que a construção dessa mitologia configura uma grande estratégia de dominação estabelecida por esta família, no intuito de se apresentarem como os continuadores de um passado de glórias e com isso obterem sucesso nas campanhas eleitorais.

Entre as estratégias esmiuçadas por Paiva Neto está a criação da Coleção Mossoroense, que constitui um dispositivo de organização da cultura. A Coleção Mossoroense, produção escrita que agrega trabalhos de diversas áreas do conhecimento sobre Mossoró e o Nordeste brasileiro, está dividida em três linhas editoriais: a primeira aborda o tema da *seca* no Nordeste, a segunda trata da *história do Rio Grande do Norte*, com uma subdivisão da *história de Mossoró* na qual se destaca especialmente os livros sobre a *Abolição* e a *Resistência*, e a terceira relata a *história da família Rosado*, que expressa a ideia de sua

importância para a cidade (Ibidem, p. 38). Como afirma no resumo do seu livro, a Coleção Mossoroense constrói uma autoimagem da família, bem como transfigura fatos da história local numa mitologia política que serve aos Rosado na manutenção do poder político.

Para demonstrar a força dos seus argumentos, Paiva Neto recorre à elaboração gramsciniana da *hegemonia* para compreender as práticas políticas da família Rosado. Ele afirma que “o grupo detentor da hegemonia é aquele que consegue fazer os demais grupos aceitarem o seu modo de vida, de pensar e de agir, empenhando ao máximo o aparato consensual e ao mínimo o coercitivo” (Ibidem, p. 39). Nesta leitura, em Mossoró, os Rosado constituem o grupo detentor da hegemonia. A partir disso o autor lança sua hipótese:

Portanto, sob o olhar da teoria da hegemonia, os discursos expressos na escrita da história e da memória sobre os Rosado e presentes na Coleção Mossoroense foram redigidos sob o imperativo político inerente à manutenção dos seus cargos vinculados à atuação partidária, ou seja, atuação política enquanto conjunto de práticas destinadas a assegurar a manutenção do aparelho de Estado ou sua conquista associada ao campo da cultura. Para fins de estudo, chegamos à hipótese de que os subordinados aceitam acriticamente ou realizam uma crítica frágil diante do aparato cultural em questão, os valores intelectuais, culturais e políticos dos grupos dominantes e dirigentes, contribuindo para a consolidação da sua posição de subordinação e de submissão, a qual se expressa em suas condutas e nas atitudes que têm perante aqueles valores nucleares estabelecidos como tais pelos grupos políticos. (Ibidem, p. 39-40)

No desenvolvimento do trabalho, o autor corrobora a hipótese de que os mossoroenses são efetivamente dominados. Isso implica dizer que na relação com os Rosado, os mossoroenses ocupam um lugar de subordinação e submissão, haja vista que aceitam de modo acrítico o aparato cultural construído por essa família. O consentimento da população é fruto da eficiência do aparato ideológico montado precisamente para esse fim. A ideologia, conceito que amarra toda a discussão, é concebida enquanto o meio “em que os significados servem para reforçar relações de dominação política, representando também o poder discursivo sobre as pessoas, tenham elas consciência disso ou não” (Ibidem, p. 52). A ideia de uma reprodução da ordem social efetivada pelo poder ideológico é desenvolvida pelo autor para demonstrar que a eficácia deste aparato é tamanha ao ponto de efetivamente submeter os mossoroenses às vontades e aos projetos da família Rosado.

Um segundo elemento analisado pelo autor, dentro do conjunto de estratégias ideológicas, é o espaço público da cidade. Para ele, o espaço urbano constitui o elemento mais significativo para se compreender a penetração dos Rosado na cidade (Ibidem, p. 92). Esse fato se deve ao conjunto de homenagens às figuras ilustres e aos grandes acontecimentos da história de Mossoró, operacionalizada pela nomeação de ruas, avenidas e a construção de

monumentos, tornando a cidade um lugar de memória ligado à manutenção dos valores do grupo dominante. A inscrição da memória no espaço é uma estratégia de institucionalização de um sentido único e hegemônico, cujo efeito é a sedimentação de significações homogêneas concretizadas nas práticas sociais (Ibidem, p. 92). O autor afirma que ao produzir determinadas imagens e concepções, os Rosado promovem o “reconhecimento do observador nessas imagens surgindo o pensamento ‘aí está uma parte da minha história pessoal’” (Ibidem, p.72). Paiva Neto também sugere de modo mais preciso como ocorre esse processo de aprendizagem dos valores e da ideologia dos Rosado:

Sobre as imagens sabemos que são capazes de romper as barreiras da comunicação impostas pelo analfabetismo, que alcança altos índices no Nordeste brasileiro, possibilitando uma formação persuasiva eficiente à posteridade, devido à circulação de um maior número de pessoas nas cidades (Ibidem, p. 77).

É válido explicitar de modo mais efetivo a compreensão do autor. O analfabetismo presente em Mossoró, como problema recorrente na região Nordeste, funciona como elemento catalisador no processo de aprendizagem dessa ideologia. Desse modo, as demandas estão supridas pelas ações estratégicas: de um lado, as obras da Coleção Mossoroense cumprem o seu papel de legitimar a dominação entre os indivíduos letrados, de outro, o espaço público cumpre a tarefa de legitimar o poder dos Rosado entre a população analfabeta. Os mecanismos são eficientes e cumprem o seu papel enquanto estratégias de dominação. Tendo em vista que os mitos construídos a partir dos temas fundadores, da Coleção Mossoroense, da inscrição de uma memória no espaço público, das festas cívicas, bem como das obras edificadas e entregues à população, são estratégias programadas para legitimar o poder dos Rosado, segundo o autor, não resta dúvida de que a dominação é efetiva, uma vez que a família consegue permanecer no comando da cidade. A eficácia da ideologia é atestada ao longo do trabalho, como fica claro no trecho a seguir.

A política oligárquica é amenizada [em consequência das práticas que legitimam essas ações políticas, como a Coleção Mossoroense e o espaço público] sendo essa modalidade de poder político percebida como necessária, conseguindo que as amplas camadas da população votante canalizem os seus sufrágios para os candidatos ou membros da oligarquia (Ibidem, p.53 e 54).

Diante da leitura que Paiva Neto faz do modo como os analfabetos se relacionam com os nomes das ruas, bairros, praças, bustos, festas cívicas etc., talvez seja importante assinalar um exemplo que nos parece intrigante. Na sua tese de doutorado, Marlene Cainelle

(2003), ao tentar identificar as representações sobre a história do Brasil criadas por brasileiros que nunca foram à escola (analfabetos), se depara com a dificuldade de seus entrevistados em verbalizar o que sabem. As participantes de sua pesquisa não conheciam os significados do sete de setembro, apesar de já terem assistido a inúmeros desfiles. Quanto a este desconhecimento, Cainelle (Ibidem, p. 164) diz que ele implica numa ausência da sensação de pertencimento: “essas mulheres não se interessam por ele e, portanto, não guardam na memória os significados que lhes são impostos”. A pesquisadora também perguntou o que as mulheres pensavam sobre o evento de comemoração dos 500 anos do Brasil, realizado no ano 2000, que foi amplamente divulgado e patrocinado pela rede Globo de Televisão. As mulheres disseram não se lembrar de nada, ao que se seguiu o questionamento da pesquisadora: “por que não se lembram de nada se a televisão é assistida por todas e os festejos atingiram toda grade de programação da emissora?” (Ibidem, p. 169). Sobre isso, a pesquisadora (Ibidem, p. 169-170) conclui:

é evidente o sentimento de distanciamento demonstrado pelas depoentes ao assistirem as festas de comemoração, contrastando com o país que era, naquele momento, projetado pela mídia, um país formado por todos os brasileiros. O que acaba transparecendo é que a nação projetada só existiria na televisão.

Evocamos este exemplo aqui para mostrar que Paiva Neto parece negligenciar as subjetividades que se alocam no interior das formas de aprendizagem.

Paiva Neto assinala também que esse programa de dominação também é concebido para atingir o mossoroense desde a idade escolar. A montagem de uma *pedagogia ufanista* elabora uma representação da cidade como um lugar de justiça, ordem, paz e equilíbrio, sendo que as crianças também constituem um público alvo dessa ideologia. As festas cívicas da cidade, o *30 de setembro* e o *13 de junho*, funcionam como elemento mobilizador de sentimentos de orgulho e pertencimento: “[...] as crianças são educadas, a partir de representações mistificadas, que apresentam um forte poder mobilizador no momento da celebração” (PAIVA NETO, 1998, p. 141). O efeito disso é apontado pelo autor: “a leitura das cerimônias e do seu simbolismo permite verificar a eficiência das mesmas sobre o imaginário coletivo, motivando emoções, extrapolando as fronteiras de classe, educação e escolha política” (Ibidem, p. 142).

Como se pode ver no trecho a seguir, o público escolar compõe o conjunto da sociedade, a quem o poder ideológico anseia atingir.

A perspectiva ufanista, mítica, teleológica da história local como é percebida a história local pelos intelectuais da oligarquia Rosado e pelos seus associados, se dirigindo para o progresso e desenvolvimento, é difundida nas Escolas particulares e públicas, no Museu Municipal, num filme chamado “A cidade das Quatro Torres” e na própria geografia da cidade, pois o espaço público e privado difundem essas construções culturais. Gincanas, palestras, shows são lugares de sociabilidade e de reprodução desse imaginário (Ibidem, p. 153).

Os espaços utilizados para difundir a ideologia dos Rosado são múltiplos e diversos, não obstante, o efeito dessas ações é apontado como sendo homogêneo, haja vista a efetiva reprodução do imaginário. As relações que os mossoroenses estabelecem com o “país de Mossoró” é sempre vista como sendo de plena aceitação.

Sobre a construção do mito do *herói fundador* em torno da figura de Jerônimo Rosado, Paiva Neto ressalta o aspecto deliberado, de uma manipulação orquestrada pela família. Nesse episódio, os Rosado designam o historiador Luis da Câmara Cascudo para escrever uma biografia do patriarca da família. A intenção é fazer com que a partir desse trabalho biográfico os enunciados de *herói civilizador*, *arquiteto do progresso*, *empreendedor*, que foram atribuídos a Jerônimo, sejam transferidos para os seus filhos, garantindo o sucesso eleitoral (Ibidem, p. 24). Paiva Neto destaca que “os escritos de Jerônimo Rosado foram distribuídos entre a população mossoroense e em diversas bibliotecas locais, através da Fundação Guimarães Duque”. (Ibidem, p. 24). Ao que parece, por terem sido distribuídos para a população e para várias bibliotecas, a leitura desse trabalho garantiria a concordância plena ao que ali está escrito. Com isso a transferência dos valores do pai para os filhos está garantida, assim como está garantido o sucesso no pleito eleitoral.

O terceiro personagem é o historiador Emanuel Pereira Braz. Sua obra *Abolição da escravidão em Mossoró – pioneirismo ou manipulação do fato* compõe o nosso conjunto de fontes porque também elabora uma interpretação sobre a cidade, a qual aponta que os Rosado difundem uma imagem de que são os herdeiros legítimos dos grandes vultos da história de Mossoró. Emanuel Braz assinala que a (re)significação do feito abolicionista constitui uma estratégia ideológica que pretende legitimar o poder dos Rosado. Diferentemente de Paiva Neto, Braz estuda apenas um dos sustentáculos da memória que ergueu o “país de Mossoró”. Para ele, a abolição dos escravos constitui o principal acontecimento para a história oficial. As fontes utilizadas foram obras da Coleção Mossoroense, os jornais *O Mossoroense* e *Gazeta do Oeste*, além de entrevistas com membros da maçonaria. A exemplo dos trabalhos anteriores, o livro em discussão é um trabalho de dissertação de mestrado, o qual foi defendido em 1998 na UFRN. Braz tem graduação em história pela UFPE, concluída em 1976, e é professor do departamento de história da UERN desde 1979. Seu trabalho de mestrado em ciências sociais

teve a orientação da professora Brasília Carlos Ferreira, a mesma orientadora de Paiva Neto. Teve também o mesmo destino da dissertação de Paiva Neto, a publicação na íntegra pela Coleção Mossoroense.

O autor se propõe a fazer uma reconstituição histórica do período em que ocorre a abolição em Mossoró, analisando os primórdios do que viria a ser a cidade para compreender a participação da mão de obra escrava na economia mossoroense. Neste trajeto, Braz deseja esclarecer fatos ocultados pelo discurso ideológico em torno do ato abolicionista e dos festejos populares. O autor endossa a visão de que a economia mossoroense, assim como toda a economia do Rio Grande do Norte, não foi dependente da mão de obra escrava em nenhum momento. Tal visão é tributária do historiador Câmara Cascudo, com o qual Braz dialoga e toma suas obras como legítimo documento histórico. Para Emanuel Braz não houve pioneirismo abolicionista, mas sim uma grande manipulação do fato histórico empreendida pelo poder local, mais precisamente pela família Rosado. Ele disserta sobre o conjunto de mecanismos criados pelos Rosado para manter o feito abolicionista vivo na memória dos cidadãos: o hino e a bandeira da Sociedade Libertadora Mossoroense, a oficialização do feriado no dia 30 de setembro, a criação do Brasão das Armas do Município no qual está gravado a data da abolição, a criação da Coleção Mossoroense, da Biblioteca Pública Municipal, do Museu Municipal, do Instituto Cultural do Oeste Potiguar, além da inscrição dessa memória histórica no espaço público da cidade. O autor diz também que as obras públicas entregues à população na semana em que se comemora o feito abolicionista consistem numa prática que legitima na memória popular o fato de serem os atuais donos do poder os reais herdeiros das ações abolicionistas do passado.

Sobre a prática de difusão do pioneirismo é importante identificar a compreensão do autor:

Formou-se uma consciência coletiva entre os mossoroenses, a qual alimenta crenças e costumes que, ao que tudo indica, tornaram-se com o passar do tempo, necessários para a própria sobrevivência desse povo. Ao repassarem informações fantasiosas sobre o passado histórico, os professores despertam nas crianças o sentimento de admiração e de culto pelos símbolos e os heróis relacionados com a abolição da escravidão, o que pode formar uma consciência mítica dos fatos passados (BRAZ, 1999 p.63).

Emanuel Braz salienta que o professor exerce um papel significativo, não apenas por intermediar conteúdos fantasiosos, mas sobretudo por acreditar que estas informações são verdadeiras, transmitindo aos seus alunos os sentimentos bairristas e telúricos, que seriam tão

peculiares aos mossoroenses (Ibidem, p. 65). Tais práticas contribuem significativamente para a efetivação da dominação ideológica. Os slogans *Mossoró pioneira*, *Mossoró Libertária*, *Mossoró Heróica* são incorporados ao conjunto de crenças da população, tendo uma ação significativa para o sentimento de arraigamento ao lugar. Neste conjunto de crenças, os Rosado são vistos como os herdeiros legítimos dos grandes vultos da história de Mossoró.

O mossorroense defende com afincos esses slogans que aparecem nos discursos políticos locais e nos livros sobre a história da cidade, uma história personalista e factual que ao fazer a relação passado e presente tem o objetivo de estabelecer semelhanças entre fatos e personagens como construtores daquele passado e continuadores desta obra no presente. É assim que os heróis de ontem são personificados naqueles que exercem o domínio público local (Ibidem, 1999 p.106).

O fato de Mossoró ter libertado os seus escravos cinco anos antes da Lei Áurea, deu a oportunidade ao poder local de criar no imaginário popular uma falsa noção, que é cada vez mais alimentada através dos festejos abolicionistas e dos discursos ideológicos acerca do pioneirismo mossoroense, legitimando ao longo do tempo o seu próprio domínio. Braz desmitifica o feito abolicionista, diminuindo a importância deste fato histórico ao ratificar a tese de Cascudo, a qual entende que a economia mossoroense, bem como toda a economia do Rio Grande do Norte nunca foi dependente do braço escravo. O escravo foi uma presença constante, mas nunca determinante. Além disso, ele afirma que no período da abolição em Mossoró, a escravidão era considerada muito mais um problema do que uma solução para o Brasil (Ibidem, p. 49). Estes aspectos são deliberadamente ocultados pela historiografia local, evidenciando que a versão do pioneirismo é manipulada, fabricada para atender unicamente aos interesses dos seus idealizadores.

O quarto e último trabalho também é de autoria do já citado geógrafo José Lacerda. Trata-se da sua tese de doutorado em geografia defendida na UFRJ, em 2000, sob o título *Memória e imaginário político na (Re)invenção do lugar: os Rosados e o país de Mossoró*, publicada no ano seguinte pela editora GRAFSET com o título *A (re)invenção do lugar: os Rosados e o 'país de Mossoró'*. Neste trabalho, o autor estuda as ações empreendidas por uma elite política que levaram a um processo de (re)invenção de Mossoró através do culto da memória e da história. Este processo gerou um imaginário político que criou um lugar, o *país de Mossoró* (FELIPE, 2001. p. 16). As fontes utilizadas neste trabalho são compostas essencialmente de títulos da Coleção Mossoroense. José Lacerda também consultou o acervo do Museu Municipal, onde teve acesso a fotografias e a exemplares do jornal *O Mossoroense*. Além disso, consultou dados do IBGE e do TRE-RN. Como

poderemos ver, José Lacerda ratifica as interpretações já presentes no seu trabalho de mestrado, fazendo coro com os demais autores na crítica aos Rosado. Na sua tese, ele conclui sua passagem do estudo do espaço físico para o espaço imaginado.

Para José Lacerda, a Coleção Mossoroense também é vista como um instrumento político que reproduz o poder dos Rosado. Na compreensão do autor, diferentemente de Paiva Neto, é a Coleção Mossoroense o principal instrumento de dominação. Ela cumpre a função de orientar a vida no tempo, uma vez que através das histórias narradas nos seus inúmeros títulos, o passado é invocado para nortear o presente e a construção do futuro. O autor designa a Coleção Mossoroense, juntamente com o seu idealizador, Vingt-un Rosado, como a *fábrica dos imortais*, sendo que os imortais são os grandes vultos da história de Mossoró, entre os quais se destacam vários membros da família Rosado (Ibidem, 2001, p. 116-126). A Coleção Mossoroense é vista como um mecanismo estratégico de convencimento do poder desta família, bem como tem a capacidade de transformar o espaço comum num lugar dotado de valor e de uma singularidade, ou ainda, ela transforma a cidade em um *país*. (Ibidem, p.126).

Da mesma forma que Paiva Neto e Emanuel Braz, José Lacerda compreende a construção dessa memória como uma estratégia ideológica destinada a garantir legitimidade e a dominação dos Rosado. No processo que transforma o território em lugar e (re)inventa a cidade, sobressai invariavelmente a função de dominação política. É isso que podemos perceber na fala do autor: “[...] o domínio de fato é mascarado pelo discurso da permanência e o lugar (re)inventado é um país, onde o grupo político e familiar é reconhecido por todos, inserindo a família e o seu domínio político nos signos identitários do lugar” (Ibidem, p. 143). José Lacerda não tem dúvidas quanto ao poder de persuasão dos Rosado, e faz questão de enfatizar esse ponto. O fundamento empírico, a prova material, de que os Rosado dominam a população mossoroense e a manipula de modo bastante eficaz é o resultado das urnas, uma vez que desde a chegada de Dix-sept Rosado à Prefeitura, em 1948, até a data em que escreve, os Rosado só foram derrotados nas eleições municipais uma única vez (Ibidem, p. 142,150, 156 e162). Poderíamos endossar a ideia da dominação, já que estamos separados por dez anos da sua escrita e os Rosado continuam ocupando a chefia da Prefeitura de Mossoró e mais recentemente, nas eleições de 2010, um de seus membros, Rosalba Ciarlini – casada com Carlos Augusto, filho de Dix-Sept Rosado – chegou ao governo do estado. Nesta compreensão, não é difícil entender por que José Lacerda ratifica a ideia de que os Rosado são os *donos do lugar*.

O discurso do “país de Mossoró” camufla o conjunto de estratégias realizadas pelos Rosado, ao mesmo tempo em que faz com que os sujeitos percebam Mossoró enquanto um lugar, e não como um território da família.

Esse discurso monta um cenário que esconde o território e a sua apropriação. Como atores políticos, os Rosados identificaram a função dos conteúdos simbólicos na disputa eleitoral e percebe que a imagem a ser decodificada pelos seus eleitores deve ser a de pertencimento, em vez de domínio – a imagem de lugar em vez do território que se mostra pelas urnas que demarcam as fronteiras dos votos ou pelo domínio das instituições que o poder político proporciona (Ibidem, p. 156).

1.2 – O “país de Mossoró”: lugar de dominação

Estes trabalhos trazem características comuns, entre as quais a ênfase no problema da dominação das massas por um pequeno grupo detentor do poder. Tal é a conclusão básica desses trabalhos: os Rosado conseguem dominar os mossoroenses por meio de uma pesada carga ideológica presente nos construtos que fazem o “país de Mossoró”. Vale salientar que esta conclusão é fruto do trabalho de autores que pesquisaram essencialmente as mesmas fontes, ou seja, as obras da Coleção Mossoroense. Suas escritas trazem um componente de forte engajamento e estão mobilizadas para alertar os leitores, os mossoroenses certamente, do perigo e das intenções dos Rosado. Não é por acaso que Francisco Fagundes de Paiva Neto compara em dois trechos do seu livro Mossoró com a Alemanha nazista.

A festa cívica assume uma conotação política em que a totalidade aparente e mistificadora arranca o indivíduo da história e o entrega ao Führer, à oligarquia, ao autocrata, sendo um campo privilegiado ao exercício da violência simbólica, em que a ortodoxia dos poderes instituídos entra em choque com as heterodoxias dos demais poderes que formam a vida social (PAIVA NETO, 1998 p.105).

Mais à frente, ao falar sobre o cruzamento de elementos políticos e religiosos como estratégia que permitiu construir o discurso da *resistência* e manter a ordem coronelística, Paiva Neto afirma que isso o faz lembrar a estratégia de propagação política da Alemanha, na qual os nazistas lançaram mão de elementos culturais para legitimar os seus atos (Ibidem, p.131).

A ideologia aparece nessas obras como um o componente estratégico da dominação política que mascara, camufla e esconde o real, num exercício claro de dominação

que revela uma injustiça social. A Coleção Mossoroense, os jornais, as emissoras de rádio, as solenidades cívicas são as *armas* dos Rosado, utilizadas para subjugar o povo. Estes trabalhos chegam mesmo a construírem lugares de sujeito: os Rosado figuram como vilões, enquanto a população mossoroense é a vítima da ação política desta família, e os autores em questão seriam os heróis, prontos a abrirem os olhos das pessoas desse lugar. Vejamos o que diz José Lacerda na conclusão do seu trabalho sobre as atuais lideranças da família Rosado:

Eles não se destacam pela capacidade de congregar, mas, pela capacidade de dividir. São bruxos que pensam no feitiço do dia seguinte. É assim que a cidade com outros adjetivos, decodifica as lideranças de Sandra Rosado como filha e herdeira de Vingt e Carlos Augusto Rosado como filho e herdeiro de Dix-sept, os dois invertem a fábula do bem contra o mal, pois na visão da população é o mal contra o mal (FELIPE, 2001 p.176-177).

É o trabalho das mensagens ideológicas que assegura a permanência da família na prefeitura da cidade. Os Rosado se valem de toda sorte de artifícios para convencer os mossoroenses de que são os eleitos para dirigir a cidade, até mesmo a famigerada compra de votos. À população da cidade, o lado mais fraco nesta relação desigual, só resta o voto, única mercadoria de barganha que pode utilizar.

O apelo ao afeto é exacerbado nos períodos de eleições, nos quais a política torna-se um grande espetáculo (comícios, passeatas, vigílias, shows artísticos), para seduzir e comover as massas, que vão garantir através do voto a continuidade – uma ordem imaginada pelo domínio das instituições que participam com o discurso do reconhecimento e da legitimação, mas, principalmente com o arsenal assistencialista/clientelista que opera desde a promessa do emprego público, até as ordens para consultas médicas, a doação de óculos e prótese dentária e as salvadoras cestas básicas de alimentos (Ibidem, 2001. p. 137-138).

Os discursos elaborados por esta produção acadêmica descambam num olhar dicotômico e maniqueísta sobre Mossoró. Neste sentido, o “país de Mossoró” é dado a ver como um lugar dividido entre os Rosado, juntamente com o seu respectivo séquito de um lado, e o restante da população subjugada de outro. A espacialidade mossoroense oportuniza a um determinado sentido, o qual invariavelmente dá visibilidade às estratégias de dominação presentes em um sem número de práticas realizadas pelo poder público municipal, todas elas tendo por fundamento assegurar a permanência de membros de uma família na chefia do executivo municipal.

Na compreensão dos três autores é possível discernir uma homogeneização irreduzível, na qual Mossoró aparece como palco onde se desenvolve uma luta simbólica dos Rosado pela manutenção do controle político, sendo que o “país de Mossoró” figura como um

engodo que até o momento tem se mostrado bastante eficiente, uma vez que esta família consegue se perpetuar na chefia da prefeitura municipal sem maiores problemas.

A interpretação dos autores imprimiu um aspecto final ao “país de Mossoró”: nesta espacialidade, o exercício da política parece ser exclusivo dos mandatários e poderosos. Os estudos de José Lacerda, Paiva Neto e Emanuel Braz construíram uma representação de Mossoró como um lugar de mandonismo, onde uma oligarquia, constituída no início do século XX, domina uma massa de pessoas submissas. As práticas políticas que existem em Mossoró são comparadas àquelas que designam a República Velha, domínio dos coronéis mandatários. Os Rosado seriam os “novos” coronéis, que arregimentam a população com vários artifícios para no fim conseguirem o que mais desejam, permanecer no poder. A interpretação produz uma dicotomia, engendrando uma polarização entre rosados/elite e os mossoroenses/povo.

De acordo com esta produção acadêmica, os mossoroenses, por se apegarem afetivamente ao “país de Mossoró” acabam, necessariamente, por se deixar controlar pela ideologia dos Rosado. Quanto a isso, é importante destacar a possibilidade – que em nenhum momento é autorizada por essas escritas – de que existam maneiras de usar os pilares da memória, que sustentam esse “país de Mossoró”, de formas diferentes.

Um exemplo interessante e que pode suscitar novos olhares está nas palavras de Crispiniano Neto, autor do texto utilizado no espetáculo Auto da Liberdade. Reproduzimos suas palavras a seguir, que consistem na apresentação do seu livro:

Escrever o Auto da Liberdade foi um desafio diante da visão que os setores mais progressistas sempre cultivaram de que tudo não passava de um jogo de confetes em heróis forjados para reforçar um longo projeto de dominação. Identificamos nestas acontecimentos mossoroenses, o sonho libertário de um povo, como fio condutor das histórias dessa História.

Buscando as raízes profundas do papel das classes que tinham naqueles momentos a liberdade sonhada, nosso papel não poderia ser o de incensar heróis embalsamados, mas sim o de buscar nas forças vivas dos momentos sociais autênticos, o fazer libertário enquanto esforço coletivo e, portanto, histórico.

Maquiavel foi satanizado porque escreveu ao príncipe, dizendo-lhe como dominar o povo. Na verdade estava dizendo ao povo, como o príncipe o dominava, dando-lhe a senha para a própria libertação.

Tive a sorte do encargo de escrever ao povo como o próprio povo libertou-se em momentos vários, estimulando-o a entender como continuar libertando-se das novas formas de opressão que as novas liberdades provocam, levando os dominadores à permanente reação da reação.

Crispiniano Neto narra, em versos, os quatro episódios que fazem da cidade o “país de Mossoró”, assinalando que é a “história de um povo que ama a liberdade” (CRISPINIANO NETO, 2005, p. 94). Ele não deseja que o seu livro seja tomado como um

instrumento de dominação, sugerindo uma apropriação da história que talvez escape das armadilhas da ideologia.

1.3 - Vingt-un, os intelectuais e a Coleção Mossoroense

Há um aspecto aparentemente ignorado nestes trabalhos sobre o qual desejo fazer algumas considerações. Trata-se de questões que envolvem a função da Coleção Mossoroense e as relações entre o seu idealizador, Vingt-un Rosado, e os autores da produção acadêmica. Em primeiro lugar, é importante notar a ligação entre Vingt-un e a Escola Pernambucana de Geografia, especialmente com o geógrafo Manuel Correia de Andrade.

Em 1997, Vingt-un publica um livro pela Coleção Mossoroense intitulado *Manuel Correia de Andrade e Mossoró* (ROSADO, 1997) em homenagem ao geógrafo e amigo pernambucano. O livro é composto por cartas de autoria de Manuel Correia – incluindo discursos, dedicatórias e introduções de livros - e Gilberto Osório de Andrade, resenhas de trabalhos de Manuel Correia, escritas por Vingt-un e uma reimpressão do livro *O território do sal*, de autoria do geógrafo pernambucano. É deste livro que retiramos as informações que se seguem. A relação com a Escola Pernambucana de Geografia e com nomes da envergadura de um Gilberto Osório de Andrade rendeu para Vingt-un a realização da Assembleia da Associação dos Geógrafos Brasileiros em Mossoró, no ano de 1960, dando visibilidade nacional à cidade. (Ibidem, 1997, p. 34).

Por meio das cartas de Manuel Correia de Andrade endereçadas a Vingt-un e que seguem publicadas neste livro, num total de dezesseis, é possível identificar a existência de uma amizade de longa data entre o mossoroense e o geógrafo pernambucano. A primeira carta é de 1953 e a última de 1993. Vingt-un fazia parte da rede intelectual de Manuel Correia. Este costumava recorrer ao amigo mossoroense solicitando livros, documentos, além de outros favores de pesquisa, entre os quais se destacam pedidos de publicação de seus trabalhos pela Coleção Mossoroense (Ibidem, 1997, p. 3-15). A amizade rendeu a publicação de vários livros de Manuel Correia de Andrade. Numa carta, datada de 27 de dezembro de 1991, o geógrafo atesta o seu sentimento de satisfação em ver seus trabalhos publicados por Vingt-un: “fico feliz em ver meu nome entre os autores publicados por você numa série que é um dos maiores e mais importantes eventos culturais do país” (Ibidem, p.13). Em outra carta, de oito de setembro de 1990, ele diz: “sinto-me orgulhoso por possuir três trabalhos editados graças a sua influência no grande País de Mossoró” (Ibidem, p. 10). Outra carta que merece destaque é

a de nove de maio de 1993. Informado sobre a iminência do fim da Coleção, Andrade expressa sua indignação, solidariedade e disposição de luta ao amigo:

É impressionante o número de títulos publicados em quatro décadas e meia, convindo salientar que em geral livros e plaquetes de grande valor para a cultura brasileira e nordestina. Você foi e é o grande herói desta façanha desenvolvendo no campo acadêmico e cultural uma obra que se assemelha à desenvolvida por seu pai no campo empresarial e político. Nesta carta não quero apresentar apenas o meu testemunho e a minha solidariedade. Seria muito pouco da minha parte que tenho vários trabalhos publicados pela Coleção. Quero assegurar a minha disposição de luta no que estiver ao meu alcance [...] (Ibidem, p.14).

Estas informações tornam-se significativas quando levamos em conta que Manuel Correia de Andrade foi o orientador da dissertação de mestrado de José Lacerda. A relação de uma amizade intelectual entre o geógrafo e Vingt-un parece não ter sido obstáculo para a interpretação que José Lacerda fez da família Rosado e dos instrumentos de dominação por ela criados, como a Coleção Mossoroense. Na introdução do seu livro *Geografia, sociedade e cultura* – uma das publicações de Andrade na Coleção – o autor dá uma opinião pertinente sobre a Coleção Mossoroense: “nesta coleção, com centenas de títulos publicados, encontramos sobretudo trabalhos dedicados à problemática regional e local, auxiliando o poder público no encaminhamento da solução dos problemas da cidade e da região” (Ibidem p. 37). Este pensamento é inteiramente distinto daquele construído por José Lacerda, tanto na sua dissertação de mestrado, quanto na sua tese de doutorado. A relação entre Vingt-un e Andrade indica que a interpretação construída pelos três autores sobre a Coleção Mossoroense, como uma *arma* política para angariar votos para os membros da família Rosado, parece redutora, uma vez que a mesma Coleção é considerada também como uma obra cultural importante, fomentando desejos de ter uma participação nela, como foi expressado por Andrade - um intelectual de inspiração marxista reconhecido nacionalmente, engajado na luta contra as desigualdades sociais geradas pelo modo de produção capitalista (LIMA, 2007; CRUZ, 2008).

Este aspecto redutor pode ser mais alimentado quando levamos em conta as relações entre Vingt-un e os três autores que estamos estudando. José Lacerda, Paiva Neto e Emanuel Braz são unânimes em apontar a Coleção Mossoroense como um instrumento de dominação e de legitimação política dos Rosado. Para os três, ela desempenha uma função de dominação ideológica através da fixação dos heróis e dos acontecimentos a serem cultuados, atuando como veículo da ideologia rosadista. Assim sendo, não deveríamos estranhar o fato de que três dos quatro trabalhos que estão sendo estudados tenham sido publicados pela

mesma Coleção Mossoroense? Como explicar a publicação de trabalhos de severa crítica à produção ideológica dos Rosado pela mesma Coleção Mossoroense, apontada como a principal arma dos Rosado? Quais teriam sido as razões de Vingt-un para aceitar dentre as suas publicações trabalhos que de fato denunciam as suas práticas e as de sua família? Estas interrogações estão sendo propostas apenas como exercício de reflexão e imaginação. Elas servem para apontar os limites da compreensão unidimensional proposta pelos nossos autores ao enfatizarem tão somente a função ideológica da Coleção Mossoroense.

Ainda no tocante à relação entre Vingt-un e Manuel Correia Andrade, podemos dizer que à unanimidade partilhada por Felipe, Braz e Paiva Neto de que a Coleção é um instrumento ideológico segue a visão de Andrade atribuindo à Coleção Mossoroense e ao seu idealizador a importância de um trabalho intelectual engajado na resolução de problemas, bem como na ampliação do conhecimento científico. O próprio Andrade reitera elementos que na interpretação dos três autores compõem a mitologia construída pelos Rosado, como o espírito empreendedor e pioneiro da família. O geógrafo destaca o empenho e a determinação dos membros dessa família, exemplificados através da produção da gipsita, iniciativa que exigiu visão e coragem da parte de Jerônimo Rosado e dos seus filhos (Ibidem, p. 70-72), e da criação da ESAM, que teve desde o início a ação decisiva de Vingt-un, o paladino da instituição (Ibidem, p. 170).

Essas informações são destacadas com o intuito de fornecer dados que assinalem a interpretação unidimensional dos autores aqui trabalhados. Não se trata de alimentar polêmica, discutindo qual a interpretação verdadeira. Trata-se de mostrar que ambas as visões são pensadas num mesmo momento e por intelectuais que partilham posicionamentos teóricos e lugares sociais semelhantes.

Outro dado que pode ser destacado para indicar a complexidade que envolve os intelectuais e os Rosado foi a realização do evento em comemoração aos cinquenta anos do governo Dix-sept no Rio Grande do Norte, no ano de 2001. A homenagem contou com a realização de um grande seminário entre os dias 20 e 23 de março no Teatro Municipal Lauro Monte Filho. O seminário ganhou o título de *Dix-sept Rosado 5 Meses de Governo 50 Anos na História*. Nesta oportunidade reuniram-se várias autoridades e integrantes da família Rosado para prestar homenagens ao seu membro mais ilustre. O que surpreende é a participação neste evento de vários pesquisadores que sempre adotam um tom de crítica quando falam das práticas políticas da família Rosado. Não obstante, eles foram convidados para apresentar as suas pesquisas. Além dos três autores que estamos estudando, apresentaram suas pesquisas neste evento, Ana Maria Bezerra Lucas, Maria Conceição Maciel Filgueira,

Lemuel Rodrigues da Silva e Ailton Siqueira. Com a exceção deste último, todos os textos são recortes de suas pesquisas que abordam o tema da dominação política dos Rosado. Alguns autores são até mais incisivos na crítica às ações desta família. Esses trabalhos foram reunidos e publicados na forma de livro pela Coleção Mossoroense, mantendo o título original do seminário, sendo acrescentado o subtítulo *Os Rosado em tese*. Fica aqui a reflexão sobre o que teria levado esta família a convidar esses pesquisadores para participar de uma homenagem ao grande momento da história da família, a chegada de um de seus membros ao governo do Estado.

1.4 - Lugares de memórias

A partir da leitura desses trabalhos podemos entender que a política de construção de uma identidade mossoroense é realizada através da inscrição de uma memória na cidade, que por sua vez tem a ver com a criação de lugares de memória, como a Coleção Mossoroense, o espaço público, os festejos cívicos, em suma, a própria mitologia do “país de Mossoró” pode ser entendida como um conjunto de lugares de memória. O conceito de lugar de memória, do historiador Pierre Nora (NORA, 1993), é aplicado para exemplificar as práticas de monumentalização na França, contudo, pode ser utilizado aqui para identificar um problema que a leitura desses trabalhos acarreta. Os lugares de memória são carregados de uma vontade de memória, que luta para se afirmar e luta também contra o esquecimento (Ibidem, p.22). A existência de lugares de memória é um prenúncio de que as memórias estão em disputa. Porém, este aspecto não é explicitado por nenhum dos autores. Eles identificam a memória como já inteiramente consolidada na cidade, livre de disputas.

Vale notar que em alguns momentos, na leitura de Paiva Neto e principalmente de Emanuel Braz, podemos perceber que a memória está em luta para se manter. Contudo, a este aspecto não é dada uma centralidade que permita explicitar a disputa da memória, uma vez que ambos concebem a memória e a identidade mossoroenses como plenamente consolidadas, mantendo os ouvidos moucos para qualquer coisa que ponha em risco esta compreensão. Como exemplo disso, Paiva Neto nos fala sobre uma sequência de anos em que não foram realizados os festejos abolicionistas. Em 1927 foi identificada uma fraca participação popular nos festejos do *30 de setembro*, levando à crítica veemente realizada pela imprensa local, censurando o desinteresse dos mossoroenses pela festa cívica (PAIVA NETO, 1998, p. 111). Braz também identifica uma série de apelos feitos à população para que participasse mais efetivamente dos festejos e honrassem a memória abolicionista. Somente a partir da década de

1950, quando os Rosado se estabelecem à frente do município, é que haverá comemorações mais sistemáticas, uma vez que a administração municipal se empenhará efetivamente para consolidar os festejos abolicionistas, bem como futuramente as comemorações da resistência ao bando de Lampião.

Sobre a Coleção Mossoroense, instrumento ideológico poderoso apontado pelos três autores, e o evento *Noite da Cultura*, a entrevista concedida a Emanuel Braz pelo jornalista Cid Augusto da Escóssia Rosado, na época diretor da Coleção, traz uma opinião interessante, que reproduzimos a seguir.

As instituições de ensino de Mossoró nunca deram a devida importância a Coleção Mossoroense, que está lá, catalogada em bibliotecas norte-americanas, da Europa, que tem grande importância para a comunidade científica e na brasileira. Contentemente nós recebemos pedidos de livros de cientistas de vários estados brasileiros. Sobre a Noite da Cultura é um dos eventos mais importantes da cultura mossoroense, agora infelizmente conta com uma pequena participação. Ela ainda é realizada graças ao apoio que a loja Maçônica Jerônimo Rosado [tem] através do seu fundador Sebastião Vasconcelos Santos (BRAZ, 1999 p.90).

Outro dado interessante destacado por Emanuel Braz é a pesquisa realizada na década de 1990 pelo jornal *Gazeta do Oeste* e pelo instituto *Consult*, com o objetivo de identificar entre a população a importância das comemorações abolicionistas em Mossoró. A pesquisa apontou que os entrevistados não consideraram o *30 de setembro* como a principal data na história da cidade, bem como a grande maioria não conhecia o significado desta data e também desconhecia os nomes dos abolicionistas (Ibidem, p.110).

Estes aspectos sugerem que a consolidação de uma memória histórica desejável, do próprio “país de Mossoró”, talvez não seja tão efetiva como literalmente denunciaram José Lacerda, Paiva Neto e Emanuel Braz. Além disso, denotam características comuns aos lugares de memória. Talvez o raciocínio de Nora possa ser usado aqui. Os lugares de memória são restos, ilusões de eternidade (NORA, 1993, p. 12). Se a memória que veiculam não corresse o risco do esquecimento, ou ainda, se ela fosse vivida plenamente não haveria necessidade de lhe consagrar lugares onde pudesse se ancorar. A organização de celebrações, a manutenção de aniversários, os elogios fúnebres, enfim, estas formas de *(co)memoração* não são operações naturais (Ibidem, p.13). Devem-se acentuar as estratégias de sua sobrevivência para quem sabe possamos enxergá-los, como sugere Nora, enquanto “empreendimentos de piedade, patéticos e glaciais”. Apesar da ênfase que os autores fizeram em mostrar como uma memória foi edificada, não há em nenhum destes trabalhos uma preocupação em abordar as disputas travadas em torno da construção dessa memória. Talvez se possa dizer que não houve

disputas quanto a esta questão; que a família Rosado tenha erguido uma memória histórica desejável sem rivalizar ou travar nenhuma batalha. Não obstante, é preciso tornar claro que as fontes utilizadas pelos autores, ou seja, a Coleção Mossoroense, como arma principal da própria família, dificilmente iria tratar de conteúdos polêmicos que envolvessem os grandes acontecimentos, solidificados ao longo do tempo.

As fontes consultadas pelos autores vem a falar sempre de uma versão única e grandiosa dos fatos que ocorreram em Mossoró. Sobrou para os autores dizer que tudo não passa de manipulação, invenção, fabricação de versões históricas que favorecem o lugar social ocupado pelos Rosados. Trata-se tão somente de uma ideologia que mascara o real – conclusão fundamental das quatro obras estudadas. Talvez devamos buscar outras fontes, ou quem sabe fazer outras leituras das mesmas, para que possamos entender que os bastiões onde a memória se escora seriam varridos depressa pela história se não existisse uma vigilância comemorativa (Ibidem, p.13). Obviamente, não se trata com isso de adequar a realidade mossoroense ao que Nora, ou a quem quer que seja, propôs no seu texto, mas quem sabe tentar de algum modo escapar da fatalidade que se impõe de acordo com a produção acadêmica mossoroense.

A memória como a concebemos produziu uma espacialidade mossoroense, da qual sobressaem elementos discursivos que aparecem como qualidades das pessoas do lugar, quais sejam, *pioneirismo, liberdade, resistência*. O “país de Mossoró” figura como uma unidade que se antecipa invariavelmente ao Brasil para depois servir-lhe como exemplo. É importante destacar que a memória é um *mecanismo de seleção e descarte*: pode ser vista como retenção, armazenamento, mas também como sistema de esquecimento programado (MENESES, 1992, p. 16). Para dar conta do trabalho da memória, de suas operações, é imperioso considerar os sistemas, suportes, vetores ou lugares nos quais ela se apresenta, como também estudar os conteúdos e representações que são por ela veiculados. Não obstante, seguindo na esteira de Ulpiano Meneses, para cobrir as problemáticas da memória se faz necessário igualmente incluir os agentes e suas práticas (Idem p.19). “Sem investigação sobre os agentes ativos e passivos da memória e seus papéis sociais [...] debilita-se o estudo da memória” (Ibidem, p. 20). Esta pesquisa se estende ao universo escolar e propõe o estudo dos relatos de professores, buscando identificar as apropriações de uma dada espacialidade, com o intuito de cobrir este último ponto que foi destacado por Meneses.

1.5 - Comunidades imaginadas ou lugares afetivos

Até aqui, procuramos assinalar que a produção acadêmica construiu uma versão amplamente aceita da espacialidade “país de Mossoró” e da identidade mossoroense, as quais são entendidas enquanto construções eminentemente ideológicas, com fins políticos e eleitorais. Na versão da espacialidade feita pela produção acadêmica está presente a ideia de que os mossoroenses se apegam fortemente às mitologias do “país de Mossoró”, absorvendo os conteúdos ideológicos que os tornam diferentes das pessoas de outros lugares. A partir disso é premente demonstrar que tal visão é insuficiente e limitadora. Em primeiro lugar, porque os autores ratificam o discurso de que existe um caráter mossoroense, uma singularidade que está presente nos corações e nas mentes das pessoas do lugar. Nesta compreensão, os autores mantêm-se presos ao discurso que institui a identidade e reafirmam a sua força. Em segundo lugar, é necessário dizer que é no mínimo um reducionismo simplista julgar a eficácia simbólica do “país de Mossoró” a partir do sucesso eleitoral dos Rosado. Talvez, afirmar isto seja o mesmo que dizer que os autores, por meio da leitura e crítica das fontes já citadas, conseguiram perceber que no momento da eleição as pessoas se lembram de que devem votar nos membros da família Rosado por conta do passado glorioso do qual são os legítimos herdeiros e continuadores. A memória não estaria em disputa, uma vez que o consenso foi atingido em níveis máximos de excelência. Além disso, os autores afirmam que a própria existência do sentimento de pertença à Mossoró implica numa especificidade. O bairrismo é identificado como um elemento característico do mossoroense.

Embora não seja minha intenção apontar novas compreensões acerca da produção da identidade mossoroense, ao menos não de forma sistemática - por meio de uma releitura das fontes utilizadas por esses autores - talvez seja válido utilizar a noção de *comunidade imaginada* (ANDERSON, 2008) para testar o caso de Mossoró. É evidente que Benedict Anderson está tratando do fenômeno do nacionalismo. Não proponho a compreensão de Mossoró como uma nação, embora suas elites tenham se valido de estratégias comuns àquelas que são típicas da construção das nações e dos nacionalismos. Como bem assinalou Anderson, as comunidades imaginadas não são constituídas de cima para baixo. Não se trata da criação de uma ideologia burguesa a ser conscientemente adotada pelos membros das comunidades.

Neste sentido, é válido refletir sobre as comunidades que se constituíram e acreditam que pertencem a um grupo muito maior, em vista de crerem que partilham elementos comuns, como um passado ou uma cultura. A ideia de pertencimento é possível por

conta da capacidade de imaginar, como diria Benedict Anderson. Algo semelhante também foi dito pelo geógrafo chinês Yi-Fu Tuan acerca da característica que os homens têm em olhar com indulgência para os seus lugares de nascença, num processo de mobilização das subjetividades dos indivíduos. Tuan elabora esta ideia quando fala de um centro de valor (TUAN, 1983). Pessoas de todos os lugares tendem a considerar a sua cidade ou o seu país como o centro do mundo, um centro dotado de valor. Esses valores podem ser partilhados por uma grande comunidade: os muçulmanos consideram Meca como um lugar sagrado. Ela não apenas está no centro do mundo, como também ocupa o topo do mundo (Ibidem, p. 44). É uma característica da espécie humana o apego muitas vezes apaixonado a lugares de grande tamanho, como a nação, a cidade, a comunidade religiosa etc. Dessa forma, soa no mínimo estranho e redutor o pensamento de que a ligação do mossoroense à sua cidade, o seu bairrismo, seria sinônimo de passividade, e ainda, que aí reside a sua *essência*, como se o mossoroense fosse o detentor exclusivo de sentimentos bairristas.

Podemos dizer que a produção acadêmica até aqui considerada tratou de estudar as práticas que instituíram o “país de Mossoró”, no sentido de desnaturalizar esta espacialidade, mostrando que o fundamento da identidade do lugar não existe desde sempre, tendo sido inventado em determinado momento. Contudo, após demonstrarem que se trata de um processo de invenção, os autores compreendem que a identidade mossoroense está homogeneizada e a população do lugar se apega fortemente aos símbolos oficiais porque não se dá conta de que eles foram construídos tão somente para lhes dominar. Tal apego é sinônimo de passividade, característica inerente ao processo de dominação a que estão submetidos. A produção acadêmica, pretensamente crítica, mostra as condições de possibilidade para a construção desse “país de Mossoró”, mas os autores vacilam e findam por atualizá-las, afirmando a existência de uma identidade essencialista. A homogeneização da identidade é uma forma de naturalização do espaço mossoroense. A tentativa de racionalizar o quadro político da cidade resultou numa amarração da história a uma determinada interpretação, na qual, Mossoró aparece ancorada na República Velha, sendo a família Rosado a oligarquia de onde saem os coronéis e com estes todas as estratégias de dominação, repetidas *ad nauseum* pelos autores aqui vistos.

Embora não possamos dizer que José Lacerda, Emanuel Braz e Paiva Neto estudaram os processos que envolvem o ensino de história em Mossoró, não podemos negar que eles estiveram interessados neste aspecto e que ofereceram uma base importante para se pensar a questão. Também não se trata de negar a importância que esses trabalhos tiveram e

ainda têm, uma vez que são os primeiros estudos sobre a produção de uma espacialidade que confere uma identidade para o espaço mossoroense.

Podemos perceber na escrita de José Lacerda, Francisco Paiva Neto e Emanuel Braz a ideia de que a escola constitui um espaço privilegiado onde se configura um ensino voltado para inculcar nos estudantes a ideologia que permeia a memória oficial de Mossoró. Contudo, não há quaisquer programas de disciplinas escolares, nenhum documento curricular ou proposta para o ensino dessa memória, qualquer relato de professores da cidade, numa palavra, nenhum documento elaborado para escola e/ou na escola que permita evidenciar efetivamente essa relação tão denunciada entre a escola e a disseminação ideológica. Em grande medida, isso ocorre porque os autores enxergam previamente a escola como mecanismo de reprodução de uma identidade mossoroense. Para eles, isto é tão óbvio que não demanda uma preocupação maior, no sentido mesmo de se interrogarem sobre as práticas do cotidiano escolar. É premente dizer que nesta visão está inclusa uma perspectiva de que não há separação entre intenções e resultados, ou seja, se a escola constitui um mecanismo de reprodução de uma ideologia criada pelas elites que estão acima dela, a escola também se configura numa instituição bastante poderosa, uma vez que a existência de uma proposta de ensino já assegura os resultados que a mesma anseia atingir. O raciocínio funciona da seguinte forma: como há um projeto de reprodução de uma identidade mossoroense que chega até a escola – embora os autores não demonstrem conhecer documentos desse projeto – isso quer dizer que o resultado do mesmo é a efetivação nas escolas de um aprendizado histórico ideologizado, que fará os alunos sentirem-se mossoroenses nos termos do que é apregoado pelos inúmeros dispositivos criados pela família Rosado, para quando chegar a hora, eleger os membros dessa oligarquia.

Os autores da historiografia mossoroense vacilam ao se darem por satisfeitos quanto à atitude de considerar a escola tão somente como mecanismo de reprodução da ordem social, que assegura a difusão da ideologia dominante, moldando o pensamento dos estudantes e imprimindo nestes as formas que lhes são enviadas de cima. Esta é uma concepção unidimensional que conduz o leitor à compreensão de que tudo é ideologia.

A historiadora Thais Fonseca elabora uma crítica a esta perspectiva, que nos serve para ilustrar esta situação, haja vista a semelhança entre os casos analisados por ela e os trabalhos que estamos problematizando aqui. Na introdução do seu livro *História & Ensino de História*, ela nos diz que as primeiras pesquisas sobre o ensino da história estavam pautadas numa tradição dedicada a estudar a escola a partir de suas relações com os aspectos econômicos, políticos e ideológicos. Sustentada numa perspectiva marxista, esta tradição

compreendia a escola como reprodutora das desigualdades sociais, bem como da ideologia dominante. As fontes mais privilegiadas nestes estudos eram as propostas oficiais, currículos, livros didáticos e as políticas públicas para a escola. Nesta apreensão, todos os elementos internos ao espaço escolar eram negligenciados, bem como se ignorava todo o complexo de relações estabelecidas entre os sujeitos que constituem a própria escola, uma vez que todo o esforço estava concentrado em desvendar as concepções políticas e ideológicas acerca da escola (FONSECA, 2006 p. 9-10).

No Brasil, esta perspectiva de alerta e denúncia dos projetos de dominação ideológica construídos para a escola foi denominada de *as belas mentiras* (MUNAKATA; GALZERANI, 2006). Nos anos 70 e 80 foram desenvolvidas várias pesquisas dedicadas a criticar e flagrar nos livros didáticos a legitimação ideológica da burguesia no Brasil, representada pelo governo militar. Esse estilo de pesquisa foi preservado posteriormente ao período da ditadura. No seu estudo sobre a produção dos livros didáticos de história após o regime militar, o autor identifica muitas dessas críticas como sendo sensacionalistas, uma vez que se assemelham a uma política de inquisição terrorista, um tribunal de belas mentiras que instaurou uma verdadeira caça às bruxas. Em suma, os pesquisadores viam a ideologia onde quisessem (MUNAKATA, p. 271).

A preocupação em desvendar a ideologia burguesa escondida nas propostas curriculares, nos programas de ensino, nos materiais didáticos, etc., pode ser entendida como uma resposta de um conjunto de intelectuais engajados, inspirados por determinadas perspectivas teóricas, para a complexa relação entre Estado e sociedade civil, que no Brasil teve a indigesta contribuição de um governo militar autoritário. Em grande medida, é no final da ditadura militar que se pode notar uma preocupação em se fazer uma crítica para potencializar novas visões e concepções, que por sua vez teria a função de alimentar os desejos de mudança. A perspectiva foi ampliada com a redemocratização e os intensos debates que se seguiram até a Constituição de 1988. Essa tendência pode ser percebida não só no Brasil. O livro de Umberto Eco, *Mentiras que parecem verdades*, de 1972, é um exemplo do interesse em flagrar a ideologia burguesa subjacente nos materiais didáticos.

Maria Carolina Galzerani identifica essa tendência no Brasil a partir do trabalho de Maria de Lourdes das Chagas, *As belas mentiras: a ideologia subjacente aos textos didáticos*, publicado em 1979 (GALZERANI, 2006 p. 107). Munakata indica também que este trabalho é inspirado no livro anterior de Umberto Eco. A questão que nos interessa é salientar que o momento no qual José Lacerda, Paiva Neto e Emanuel Braz escrevem - décadas de 1980 e 1990 - o desejo de emboscar a ideologia que assegura a manutenção de

certos grupos no poder mantêm-se forte e sedutor, o que se confirma também na tese de José Lacerda, de 2000, e em trabalhos recentes que seguem a mesma perspectiva. Esses intelectuais foram formados nesse contexto, e o olhar que lançam para a realidade é fruto dessa formação.

1.6 - Entre arremates e alinhavos

Ao longo deste capítulo tentamos mostrar que existe na versão acadêmica do “país de Mossoró” uma representação dos mossoroenses como um povo ideologicamente dominado pela oligarquia Rosado. Tal representação foi construída a partir de uma produção acadêmica ocupada em demonstrar como esta família constrói uma mitologia que lhes dão um fundamento histórico no exercício do poder. Há uma ligação direta entre a aceitabilidade, consentimento e apego aos referenciais identitários do “país de Mossoró” pela população e a permanência dos Rosado na liderança da cidade. Em razão dessa permanência é que não há suspeita a ser lançada sobre a eficiência dessa dominação e da homogeneização da identidade.

Nesta perspectiva, a identidade mossoroense tem força não apenas porque há um esforço contínuo no lado de sua produção – mobilizada pelos Rosado no executivo municipal – como também no lado dos consumidores, que se apegam a esses referenciais e depositam nas urnas os seus votos para esta elite política, fechando o ciclo da dominação. É correto dizer que os Rosado conseguem os votos da população porque esta acredita – por conta da difusão da mitologia política – que eles são destinados a servir o povo mossoroense? Se for este o caso, seria correto também afirmar que por acreditarem na história do “país de Mossoró” como ela é disseminada nos espetáculos teatrais, na Coleção Mossoroense, etc., os mossoroenses também são dominados e seus corpos estão atravessados por relações de poder que são infinitamente mais fortes do que eles. O mossoroense traria consigo marcas de uma violência simbólica que o impede de se dar conta que toda essa difusão de história e de memória é uma cortina de fumaça construída precisamente para impedi-lo de enxergar a realidade. A realidade seria a própria dominação.

Vimos que nos trabalhos de José Lacerda, Paiva Neto e Emanuel Braz há uma tentativa de esclarecimento desta realidade. Eles anseiam revelar a verdade escondida debaixo do pano e tornar seus leitores conscientes da dominação que lhes é imposta. Contudo, este alerta é feito, a nosso ver, a partir de uma concepção maniqueísta e demasiado simplista da história, que desconsidera as experiências dos sujeitos, captando-os num mecanismo de objetivação.

Esse modelo de interpretação enxerga Mossoró como um lugar de dominação oligárquica, e com esta todo o conjunto de práticas que lhe parecem ser intrínsecas, tais como clientelismo, assistencialismo, nepotismo, currais-eleitorais, falsas promessas, nas quais os candidatos se valem da boa fé da população necessitada. A condição de possibilidade para tais práticas é dada pela capacidade que os membros da família possuem para manipular os corações e as mentes da massa, numa manifestação clara do seu poderio intelectual. Para os autores, o poder econômico foi a base necessária para que a família Rosado viesse a ter o monopólio do capital cultural. Não é por acaso que José Lacerda e Paiva Neto consomem um terço dos seus trabalhos para explicar a constituição da base econômica da família como garantidora do poderio intelectual e político do grupo. O fator econômico é preponderante sobre os demais, apesar de reconhecerem que o coronelismo mossoroense não tem como base econômica a posse da terra. A espacialidade mossoroense é recortada, selecionada, e sua imagem é elaborada a partir de um tom de denúncia. Assim, essa produção acadêmica mossoroense revela um saber sobre o espaço, que por seu turno, fixa determinados significados e os repete como verdade.

Estas obras constroem um discurso histórico sobre Mossoró, uma outra espacialidade que difere da maneira como foi pensado o “país de Mossoró” nos projetos da família Rosado. Não obstante, a maneira de ver desta espacialidade enxerga a população mossoroense apenas como vítima dos Rosado. A cidade tem uma gênese comum ao restante do Nordeste e padeceu dos males tantas vezes denunciados: seca, miséria, analfabetismo, exploração, alienação, coronelismo, etc. Em certa medida, os autores fazem coro juntamente com uma determinada produção sociológica e histórica sobre a região Nordeste, como salienta Durval Muniz: “região onde até mesmo a produção acadêmica, seja sociológica ou histórica, ainda consegue ver coronéis, já que Nordeste sem coronel parece não fazer sentido” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, p. 227). Os autores apontam que muitos desses males ainda estão presentes em Mossoró, de forma camuflada para que o povo não perceba sua existência. Sua elite política, os Rosado, deve ser encarada como a vilã da história, uma vez que ela é responsável por reproduzir de cima para baixo o mesmo sistema de exploração capitalista que assola o mundo, em especial a região Nordeste do Brasil. Num exercício de imaginação, se levarmos às últimas consequências essa proposta de interpretação aplicada à cidade de Mossoró, poderíamos nos questionar se talvez o único modo de salvar o povo das garras dessa burguesia ainda seria a revolução.

CAPÍTULO 2:

As tramas da consciência histórica e os problemas da ideologia

Depois de analisada a versão a espacialidade mossoroense, construída pelos trabalhos acadêmicos, queremos nos voltar neste segundo momento para os processos que envolvem a consciência histórica. Tendo como ponto de partida a interpretação já consolidada desses trabalhos, que apontam os mossoroenses como sujeitos submetidos aos construtos ideológicos formulados pela família Rosado, nos sentimos instigados a refletir, tomando como lente as operações da consciência histórica, de que maneira se configura a relação entre professores de História e uma dada espacialidade, qual seja, o “país de Mossoró”.

Todavia, antes de examinarmos como, a partir de suas consciências históricas, professores constroem sentidos para esta espacialidade, é necessário expor a maneira como entendemos o conceito de consciência histórica e alguns de seus desdobramentos. Uma observação aqui é importante. Entre os trabalhos que compõem o programa de pós-graduação em História e Espaços há uma variedade significativa em relação aos temas, problemáticas, recortes espaço-temporais, referenciais teóricos etc. Sendo este o primeiro trabalho dentro do programa que aborda o ensino de história, através do recorte da consciência histórica, e mais, sendo este conceito alvo de muitas controvérsias, decidimos aprofundar neste capítulo a discussão sobre o problema da consciência histórica e as implicações que decorrem de sua utilização.

O conceito de consciência histórica está orientado aqui fundamentalmente a partir dos insumos de Jörn Rüsen. A entrada sistemática dos trabalhos de Rüsen nas universidades brasileiras é relativamente recente – pouco mais de dez anos. Em face também desta relativa “novidade” é que procederemos a uma análise mais pormenorizada do conceito.

Podemos agrupar a recepção de Rüsen no Brasil em dois centros principais: na Universidade de Brasília, onde os professores Estevão Resende Martins e Arthur Assis coordenam um grupo de pesquisa que se dedica à produção sobre teoria e filosofia da História, utilizando fartamente Rüsen como referência; já o segundo grupo divide-se em dois polos: na Universidade Federal do Paraná, onde existe o Laboratório de Pesquisa em Educação Histórica (o LAPEDUH) coordenado pela professora Maria Auxiliadora Shimidt, e na Universidade Estadual de Ponta Grossa, onde temos o Grupo de Estudos em Didática da História (o GEDHI), coordenado pelo professor Luis Fernando Cerri. Estes dois últimos grupos do Sul do país vêm utilizando os trabalhos de Rüsen para pensar o ensino e a aprendizagem da História. Obviamente a apropriação de Jörn Rüsen não se limita a estes

centros: também existem grupos de pesquisa consolidados que utilizam os trabalhos desse autor na UNICAMP, na UFMG, entre outros lugares do Brasil.

Chama atenção o fato de que a audiência de Jörn Rüsen esteja se concentrando, em grande medida, entre os pesquisadores do ensino de História. Um grupo de intelectuais de vários países tem se dedicado a explorar a pesquisa em *educação histórica* inspirados fortemente nas suas contribuições. Basicamente, essas pesquisas procuram responder *como os sujeitos aprendem história* e também *para que serve aprender história*, em detrimento do problema de determinar *como se ensina, ou deve-se ensinar a história*. Nesta perspectiva está inclusa uma determinada reflexão, na qual os pressupostos, ideias e concepções do sujeito cognoscente são indispensáveis para a compreensão das diversas maneiras como se aprende história.

No decorrer do processo de consolidação do campo de pesquisa em ensino, os pesquisadores abandonaram lentamente o seu caráter prescritivo, passando a se preocupar com elementos internos à sala de aula (OLIVEIRA, 2007. p. 155). Nesse contexto, entendemos que a linha de pesquisa em educação histórica é bastante sintomática dessa migração da externalidade para a internalidade da sala de aula. Em linhas gerais, essas pesquisas refletem sobre os significados da história para pessoas comuns, os quais são possíveis de identificar somente pela realização de estudos empíricos.

Atualmente, integram um grupo bastante heterogêneo, intelectuais de países como Brasil, Portugal, Inglaterra, Alemanha, Itália e Canadá, na tentativa de estabelecer estudos comparados. Mesmo reconhecendo as diversidades culturais de cada país, existe o pressuposto partilhado pelo grupo de que haja uma racionalidade humana comum acerca da função da consciência histórica, que pode ser identificada nestes estudos transnacionais (BARCA, 2007 p.31).

É importante também identificar o contorno disciplinar que as pesquisas em ensino adquirem. Trata-se de pensar as questões de ensino e aprendizagem da História a partir de um enquadramento epistemológico na própria História, e não somente na pedagogia e/ou psicologia cognitiva. Essa perspectiva – como procuraremos exemplificar – se deve à concepção de que a racionalidade que caracteriza o modo de produção do conhecimento histórico tem relação direta com as formas de aprendizagem da história (BARCA, 2007 p.24-26). E nesse sentido, os trabalhos de Jörn Rüsen têm sido utilizados para estabelecer a relação entre os usos da história – que vão muito além do restrito campo da ciência – com a História acadêmica.

A seguir, selecionamos alguns elementos presentes nos trabalhos de Rüsen, enfatizando as perspectivas e conceitos que nos inspiraram na realização desta dissertação. Utilizaremos essencialmente sua trilogia, Teoria da História, I: *Razão Histórica* (2001), II: *Reconstrução do Passado* (2007), e III: *História Viva* (2007), bem como outros textos publicados em revistas e periódicos, além de alguns textos de seus comentadores.

2.1 - Consciência histórica: um fenômeno universal

A noção de consciência histórica traz na esteira do seu debate algumas polêmicas acesas que temos que levar em conta, ainda que sumariamente, na medida em que é necessário evitar possíveis enganos. É indispensável elaborar algumas ressalvas, tendo em vista que não foram poucos os que já falaram sobre este conceito e isso contribuiu para torná-lo um tanto polissêmico. Em publicação recente, Luis Fernando Cerri (2011) reuniu alguns dos principais autores que discutem essa noção, arrolando algumas características que os distinguem. Acompanhamos a discussão feita por Cerri não com a intenção de caracterizar exaustivamente o modo como os vários autores problematizam a consciência histórica, mas para tentar nos afastar minimamente de alguns aspectos que envolvem a questão.

De acordo com Cerri, o historiador Phillipe Ariès compreende a consciência histórica como um determinado estágio. Para ele, a tomada de consciência da história acontece no momento em que o indivíduo olha para além do seu papel de agente histórico e enxerga sua condição de *ser* determinado pelo movimento da história. Isso o leva a romper com a dimensão tradicional de sua vida. Essa tomada de consciência é resultado do processo de modernização, o qual provoca a mudança dos indivíduos de seus lugares físicos e culturais, levando-os para uma nova realidade onde as referências antigas não dão conta de orientá-los. (Ibidem, p. 27). Nesta perspectiva, a consciência histórica é um fenômeno recente, tornado possível em decorrência da modernidade ocidental. Ao lado dessa consciência histórica teríamos, numa posição diametralmente oposta, um tipo de “inconsciência” histórica. (Ibidem, p. 24-25).

Em contraposição a perspectiva de consciência histórica como um estágio de maturação do pensamento, Cerri aproxima num primeiro momento as reflexões de Rüsen e Agnes Heller. “Para ambos a consciência histórica não é meta, mas uma das condições da existência do pensamento: não está restrita a um período da história, a regiões do planeta, a classes sociais ou a indivíduos mais ou menos preparados para a reflexão histórica ou social geral” (Ibidem, p. 27-28).

No decorrer da discussão, Cerri diferencia o pensamento desses autores. Em suma, a noção de consciência histórica em Heller aponta para uma dependência de circunstâncias históricas. Cada *estágio*⁶ da consciência histórica está condicionado a determinados momentos históricos. No pensamento de Rüsen também há uma associação de padrões de consciência histórica com determinados momentos históricos. Não obstante, isso não significa que a cada época corresponda um padrão de consciência histórica homogêneo, já que múltiplas articulações da consciência histórica podem estar presentes num mesmo grupo ou até num mesmo indivíduo. Isso porque as gerações de sentido do tempo “relacionam-se muito mais com contextos e situações [...] em que são demandados conforme as características do quadro que nos cerca em momentos específicos”. (Ibidem, p. 100).

O historiador John Lewis Gaddis compõe, por outro lado, uma instigante articulação do que é a consciência histórica. Num primeiro plano, ele destaca a função crucial do passado na vida humana: sem o conhecimento deste, não saberíamos nem mesmo quem, ou o que nós somos (GADDIS, 2003, p. 17). Dessa maneira, a identidade encontra-se na base do trabalho da consciência histórica e “nos leva, assim como a maturidade, a ter, simultaneamente, um sentido de nossa própria significância e insignificância” (Ibidem, p. 22). A consciência histórica assemelha-se a uma espécie de visão da paisagem do passado. E esta visão é conquistada com passar do tempo, e tem um sentido de amadurecimento.

Não obstante, ao afirmar que a consciência histórica assemelha-se à maturidade – etapa da vida em que não mais nos percebemos como o centro do mundo – e que ela nos conduz a um sentido de nossa significância e também de insignificância, Gaddis limita o seu campo de atuação. Essa restrição pode ser vislumbrada quando consideramos que as identidades culturais raramente vêm a falar de sua insignificância, uma vez que são construídas para destacar as particularidades de um grupo e com isso afirmar sua grandeza frente ao *outro* – no mais das vezes desenhado como o avesso do grupo, o diferente, o incivilizado (Cf. HALL, 2006). Essa relação assimétrica que compõe a estratégia de constituição da identidade e da diferença não é considerada por Gaddis. A sua concepção de consciência histórica não comporta a faceta etnocêntrica, inerente à identidade humana (RÜSEN, 2009). Como observou Rüsen, o etnocentrismo permeia de modo quase natural as estratégias identitárias. “Ele significa simplesmente a distinção entre a esfera da própria vida como algo familiar da esfera da vida dos outros, que é substancialmente diferente” (RÜSEN, 2009, p.175). Neste sentido, sobressai uma perspectiva indulgente como estratégia para

⁶ Apesar de utilizar o conceito de *estágio* Heller não o aplica no sentido de etapas, às quais a humanidade deve necessariamente passar.

delimitar e qualificar o que é próprio do grupo e para o que estiver além da fronteira é reservado um olhar de estranheza. Como diz o próprio Rüsen, “os valores positivos moldam a imagem histórica de ‘si mesmo’ e os valores negativos a imagem dos outros” (RÜSEN, 2009, p.175).

Para Gaddis, o sentido da identidade que é construído pela consciência histórica coletiva aponta para uma perspectiva de humildade, conduzindo os indivíduos para uma sociedade saudável e balanceada, como uma espécie de floresta em equilíbrio ecológico (GADDIS, 2003, p. 148-169). O etnocentrismo estaria fora dessa constituição da identidade, ou pelo menos se encontraria relativizado a tal ponto que fosse aceito por membros do grupo e fora do grupo. Portanto, se pensarmos num indivíduo que não possui um nível de maturidade como a que foi descrita – e sabemos que não são poucos – então, a consequência óbvia a partir do pensamento de Gaddis é que ele não possuiria consciência histórica. Em resumo, a consciência histórica não seria comum a todos.

Para Rüsen, o trabalho da consciência histórica é mais amplo, visto que compreende todo trabalho de atribuição de sentido do tempo. Isso significa dizer que são múltiplos os sentidos e as orientações produzidos pela consciência histórica: na relação entre os grupos, ela pode conduzir à tolerância e também à intolerância, à estabilidade e à instabilidade, à afeição e à animosidade. É também em função desta perspectiva sincrônica que optamos por utilizar a teoria da História de Rüsen, tendo em vista que o padrão da consciência histórica “varia conforme as circunstâncias sob as quais as orientações históricas se tornam necessárias na vida prática” (RÜSEN, 2007, p. 47). Como procuraremos deixar claro a seguir, o pensamento desse autor abre um vasto leque de possibilidades para pensarmos o ensino da história a partir da teoria da História.

2.2 - História e vida prática

Um primeiro aspecto a destacar é que a teoria da História de Rüsen tem como ponto de partida uma auto-reflexão. Nesta teoria são identificados os fundamentos da ciência da História a partir do cotidiano do historiador, dos dilemas e inquietações que enfrenta quando escreve História. Em razão disso é que Rüsen chama a sua teoria de uma *metateoria*, ou seja, uma teoria reflexiva da própria teoria. É um pensar sobre o significado do pensamento histórico. A metateoria não serve diretamente para ser aplicada à pesquisa empírica, uma vez que sua função é refletir sobre a pesquisa, bem como sobre as teorias, conceitos, metodologias etc., que o historiador utiliza para alcançar seus objetivos (RÜSEN,

2001, p. 15-17). Esse esforço de abstração é realizado para tentar fundamentar a ciência da História através de um pensamento que se volta sobre si mesmo.

Em face da multiplicidade que cerca o campo da História, com utilizações de inúmeras matrizes teóricas, metodologias variadas, objetos diversos, Rüsen tenta recompor o que podemos chamar de uma identidade geral da ciência da História, captando o que há de subjacente no trabalho do historiador. Ele decanta essa multiplicidade para tentar perceber e conciliar o que há de transversal neste vasto emaranhado de práticas historiográficas, recortando a unicidade no tecido da pluralidade, ou como ele mesmo diz, passando das árvores isoladas para a floresta. (Ibidem, p. 26).

Para se chegar aos fundamentos mais genéricos e elementares da ciência histórica ele assevera a necessidade de se tomar como ponto de partida o pensamento histórico, ou consciência histórica, que é um pensamento pré-científico a partir do qual a História como ciência se desenvolve.

A consciência histórica é resultado do estar no mundo. Esse estar no mundo cria diversas demandas para o homem, entre as quais se destaca a carência por orientação no tempo. Para que possa viver, o homem precisa entender o mundo do qual ele próprio faz parte; precisa interpretar o mundo em função daquilo que espera e daquilo que efetivamente alcança. Suas tomadas de decisão e o seu agir são intencionais, e dependem exatamente do tipo de interpretação/entendimento que constroem ao longo de suas vidas acerca das experiências passadas.

A dimensão temporal, portanto, se encontra no centro desse trabalho interpretativo. Para saber onde está é imperativo considerar onde já se esteve e aonde se quer chegar. A tarefa de interpretar o mundo, de construir um sentido para a existência, pode ser entendida como uma operação de domar o tempo, de engendrar uma leitura da realidade que será utilizada para que se possa agir intencionalmente e fazer escolhas. É com a finalidade de construir uma orientação temporal – um sentido do tempo - que a consciência histórica se manifesta.

Nesses termos, pode-se notar que a carência por orientação está presente na vida prática dos homens. De fato, tomar conhecimento das experiências passadas é uma prática que se pode observar em todas as sociedades de que se tem notícia.

Ao elaborar a sua teoria da História, Rüsen evoca exatamente essa relação entre História e vida prática, e na esteira dessa discussão aponta para um problema que em muitos casos parece velado pelos historiadores: trata-se das razões que justificam a existência da História enquanto ciência. Afinal, qual é a função da História? Para que tenhamos uma ideia

mais exata da grandeza e dramaticidade do dilema, é importante salientar que a essa questão comparecem implicações como: por que ao longo dos anos universidades de todo o mundo formam milhares de historiadores? Por que os governos de vários países financiam suas pesquisas? O que justifica esse esforço não desprezível?

A resposta a essa inquietante pergunta é respondida por Rüsen de uma maneira profunda, como não poderia ser diferente. A História⁷ é uma realização específica daquela operação fundamental, da qual falamos a pouco, comum a todos os homens: a orientação no tempo. Para Rüsen, o tempo representa uma ameaça à normalidade das relações humanas, lançando-as para o abismo das incertezas. A experiência mais radical do tempo é a morte. Neste sentido, a História, tal como a consciência histórica, é uma resposta a este desafio: é uma interpretação da experiência ameaçadora do tempo (RÜSEN, 2001, p. 66).

Em virtude da força inexorável do tempo sobre a vida humana é que a orientação assume um papel crucial. “O homem necessita estabelecer um quadro interpretativo do que experimenta como mudança de si mesmo e de seu mundo, [...] a fim de poder agir nesse decurso temporal, ou seja, assenhorar-se dele de forma tal que possa realizar as intenções de seu agir.” (Ibidem, p. 58).

O que seria, então, esse quadro interpretativo? Como a consciência histórica desempenha sua função? Para Rüsen, é a *narrativa* (histórica) que expõe os padrões da consciência histórica – em alguns momentos de sua obra esses conceitos são tomados quase como sinônimos. A narrativa histórica é o construto intelectual que fundamenta o pensamento histórico; é a operação constitutiva da consciência histórica, bem como do conhecimento histórico científico. (Ibidem, p. 61). A orientação é intermediada pela construção narrativa da experiência do tempo, que elabora um sentido da existência do homem.

Podemos perceber as condições que a narrativa tem de cumprir para ser considerada uma narrativa histórica, portanto, qualificada para exercer essa função de orientação, quando Rüsen isola artificialmente os seus componentes – conteúdo, estrutura e função.

O primeiro elemento são as *lembranças*, que reúnem as experiências ou acontecimentos do tempo passado. Este é o conteúdo empírico ao qual a narrativa histórica se refere. As lembranças precisam ser articuladas no interior de uma estrutura que conecte passado, presente e futuro. É dentro de uma *representação da continuidade* que o passado é articulado de modo a dar sentido às experiências, sendo esta articulação, portanto, a segunda

⁷ Quando escrita com H maiúsculo estamos nos referindo à ciência da história.

especificação da narrativa. Ademais, o construto narrativo deve ser engendrado de tal forma a convencer os destinatários acerca das mudanças e permanências no tempo.

A narrativa histórica, enquanto constituição de sentido sobre a experiência do tempo, no final das contas, tem a ver com a constituição da *identidade* – terceiro elemento integrante da narrativa. (Ibidem, p. 56-67). Em suma, a narrativa histórica é composta de uma tríplice operação, a qual se dá a partir de uma articulação entre as experiências lembradas e a representação de um fluxo temporal que incide na constituição das identidades dos seus receptores. (ASSIS, 2004, p.67-68). Nas palavras de Jörn Rüsen, é por intermédio da narrativa histórica que “são formuladas representações da continuidade da evolução temporal dos homens e de seu mundo, instituidoras de identidade, por meio da memória, e inseridas, como determinação de sentido, no quadro de orientação da vida prática humana.” (RÜSEN, 2001, p. 67). Em outro momento, ele nos diz que: “[...] em sua vida em sociedade, os sujeitos têm de se orientar historicamente e têm que formar sua identidade para viver – melhor: para poder agir intencionalmente.” (Idem, 2007, p. 87).

Segundo Arthur Assis, as identidades postas em funcionamento pela consciência histórica “informam os sujeitos humanos acerca de quem eles são, por recurso ao passado que e em que eles foram e, com isso, fixam as possibilidades de seu vir a ser. Por causa desse desempenho, identidades se colocam na base efetiva da orientação do agir”. (ASSIS, 2004, p. 33). Nota-se que a constituição de identidade é uma demanda da ação humana, um autêntico fenômeno do mundo vital.

Luis Fernando Cerri também assinala que são questões de fundo identitário que estão na base da consciência histórica. Ela coloca em movimento a definição da identidade coletiva e pessoal (CERRI, 2011, p. 13).

O espaço que a consciência histórica ocupa nas relações humanas pode ser percebido por diversos elementos, mas principalmente (e provavelmente aquele do qual os demais derivam) é a identidade coletiva, ou seja, tudo aquilo que possibilita que digamos *nós* (e eles). [...] Em suma, a consciência histórica constitui a parte preponderante da resposta à pergunta: quem somos nós? (Ibidem, p. 41).

O saber elaborado cientificamente pelos historiadores tem como ponto de partida a mesma racionalidade que caracteriza a produção da narrativa histórica, descrita acima. Desse modo, a História tem uma relação umbilical com a consciência histórica, uma vez que decorre dela. É importante assinalar que a consciência histórica encontra-se no âmbito da vida prática, ou seja, as orientações no tempo são construídas para dar conta de problemas

cotidianos. Então, é na vida prática que Rüsen enxerga o fundamento existencial da História e é a partir dela que desenvolve seus argumentos.

É pertinente deixar claro que ele não concede aos historiadores o monopólio da produção de sentido e significado do tempo. A própria utilização do adjetivo *histórica* não deve remeter única e exclusivamente ao trabalho dos historiadores porque “não se limita à ciência da história, mas designa igualmente as operações elementares e gerais da consciência histórica humana.” (RÜSEN, 2001, p. 11-12). Como assevera também Luis Fernando Cerri, história é toda produção de conhecimento em função do tempo, da qual participam indivíduos e coletividades. (CERRI, 2011, p. 28).

Compreendemos que a busca por orientação no tempo não existe por conta do trabalho dos historiadores – embora seja excitada em muitos casos por meio deste. Ao contrário, o ofício dos historiadores existe porque há uma carência de orientação inerente ao homem. Tendo as operações genéricas e elementares da consciência histórica como elemento central é que Jörn Rüsen desenvolve sua teoria:

Para se saber o que significa conhecer historicamente de modo científico, é preciso esclarecer o que significa pensar historicamente. Tenciono, pois, analisar os processos mentais genéricos e elementares da interpretação do mundo e de si mesmos pelos homens, nos quais se constitui o que se pode chamar de consciência histórica. Buscar-se-á identificar, nesses processos, os momentos em que a história como ciência está “inserida”. (RÜSEN, 2001, p.55).

2.3 - Matriz disciplinar: a apreensão da racionalidade da História

Essa relação entre o conhecimento científico e as demais orientações produzidas na vida prática é tangenciada por Rüsen com a noção de *matriz disciplinar*. Esta noção é tomada de empréstimo de Thomas Kuhn, e “significa ‘o conjunto sistemático dos fatores ou princípios do pensamento histórico determinantes da ciência da história como disciplina especializada’.” (Ibidem, p. 29). Partindo desse ponto, ele expõe a racionalidade e a dinâmica da História – em sua forma científica – através dos seus princípios e fundamentos mais elementares.

A matriz disciplinar é composta de cinco fatores. Em primeiro lugar temos os *interesses*, que podem ser entendidos como demandas/necessidades/carências de orientação. São carências, originadas na vida prática, que levam o homem a apropriar-se do passado pela mediação do conhecimento. Nesse ponto já identificamos um pressuposto fundamental do pensamento histórico, qual seja, o de que “a compreensão do presente e a projeção do futuro somente seriam possíveis com a recuperação do passado”. (Ibidem, p. 30).

O segundo fator da matriz disciplinar são as *ideias*, que consistem em modelos de interpretação do passado, ou ainda, perspectivas orientadoras da experiência. Pelo trabalho das ideias “as carências de orientação no tempo são transformadas em interesses precisos no conhecimento histórico na medida em que são interpretadas como necessidade de uma reflexão específica sobre o passado” (Ibidem, p. 31). As experiências são transpostas para os modelos de interpretação, e desse encaixe resultará a orientação a ser levada em conta na vida prática. No contato com as ideias, “as informações das fontes são abertas, exploradas e, em sequência, integradas em conexões interpretativas carregadas de experiência e preparadoras da representação narrativa”. (ASSIS, 2004, p.53). São as ideias, portanto, que orientam o sentido e organizam a compreensão das experiências no tempo, conectando passado e presente num construto narrativo - uma história.

É no âmbito das ideias que a ciência especializada se diferencia do pensamento histórico mais geral, ou consciência histórica.

Delas depende o que, como “história”, integra o campo cognitivo da ciência da história (pois o mero fato de pertencer ao passado não faz de tudo algo histórico). Delas depende o que o historiador já traz consigo, ao formular suas conjecturas e ao interrogar as fontes acerca do que ocorreu no passado. Sem tais perspectivas determinantes do que queremos propriamente saber, ao pesquisar as fontes do passado, estas em nada nos podem ajudar quanto ao que é ou foi a história que tencionamos fazer emergir delas (RÜSEN, 2001, p.32).

Os *métodos* são as regras que caracterizam a pesquisa empírica e constituem o terceiro fator da matriz disciplinar. Os métodos conectam os interesses, que advém de carências de orientação, com as ideias, que orientam o sentido, juntamente com as experiências concretas vividas no tempo passado. Essa conjugação é o trabalho específico do historiador, ou seja, é precisamente a regulação metódica de sua pesquisa. É o momento da produção do conhecimento em que é preciso fazer a crítica, exploração e elaboração das fontes e com isso garantir que o conteúdo da História seja referente às ações humanas no tempo. São essas regras da pesquisa empírica que tornam o passado cognoscível e o inserem no construto significativo da História.

O quarto fator da matriz disciplinar são as *formas de apresentação*. Elas constituem o texto historiográfico no qual estão presentes todos os fatores apresentados anteriormente de modo a responder a pergunta que motivou toda a pesquisa. “Com as formas de apresentação, o pensamento histórico remete, por princípio, às carências de orientação de que se originou. Ele se exprime, como resultado cognoscitivo, sob a forma da historiografia, com a qual volta ao contexto da orientação prática da vida no tempo”. (Ibidem, p. 34).

Fechando o círculo da matriz disciplinar temos as *funções* de orientação. Elas remetem ao papel que os resultados da pesquisa empírica, expressos historiograficamente, assumem na vida prática, ou seja, as funções têm a ver com o potencial que o construto histórico desempenha quanto à sua capacidade de orientar a vida no tempo, ou de responder as carências que motivaram a pesquisa.

As funções que a História desempenha na vida prática costumam não preocupar tanto os historiadores, uma vez que não podem ser controladas pela regulação metódica. Afinal, os historiadores não podem garantir quais serão os significados que os seus trabalhos terão para o público, seja um público acadêmico ou não. Contudo, as funções para a vida prática devem ser levadas em conta durante toda a pesquisa, porque é para responder uma pergunta – ou várias – que o historiador desenvolve o seu trabalho; quando produz História ele espera que esse trabalho cumpra uma determinada função, ou ainda, que ele produza algum efeito. Nesse sentido, vale a pena reproduzir as palavras do autor:

Originadas em carências de orientação e enraizada em interesses cognitivos da vida prática, a ciência da história – com os resultados de seu trabalho cognoscitivo expressos historiograficamente – assume funções de orientação existencial que têm de ser considerados como fator próprio (quinto e último) de seus fundamentos, na medida em que se quer saber por que é racional fazer história como ciência e em que consiste essa “racionalidade”. Pois se são carências de orientação no tempo que provocam o pensamento histórico e lhe conferem uma função relevante na vida, então a história como ciência e sua pretensão de racionalidade não podem ser explicadas e fundamentadas sem se levar em conta essa função. Não se pode caracterizar suficientemente o que é a história, em seus fundamentos, como ciência, se não se considerar a especificidade do pensamento histórico também na função de orientação, da qual afinal se originou. (Ibidem, p. 34-35).

Como fica claro nas palavras de Rüsen, as funções que o saber histórico desempenha na vida prática compõem a racionalidade da ciência da História. Não foi por acaso que ele considerou as funções do conhecimento histórico, juntamente com as formas de apresentação, como a dimensão viva da História. (RÜSEN, 2007).

2.4 - Formação histórica e aprendizado histórico: o retorno à vida prática

A princípio, quando se levanta o problema das funções do saber histórico, aparentemente se escorrega para uma dimensão considerada fora da alçada dos historiadores, a saber, os usos da História. Em detrimento dessa visão, Rüsen considera que “o saber histórico desempenha sempre funções na vida cultural do tempo presente. Forma e função são essenciais ao trabalho do historiador. [...] São elas que tornam necessários e significativos

todos os esforços de reflexão da história como ciência.” (Ibidem, p. 10). Não considerá-las implica em decréscimo do potencial de racionalidade da História.

Ao enfatizar a necessidade de uma articulação com a vida prática, Rüsen dá expressão à ideia de que a ciência da História tem algo a dizer para as demais formas de ensino e aprendizagem da história. Essa ideia está presente, por exemplo, na utilização do conceito de *formação histórica*. Quando os destinatários se apropriam dos conhecimentos produzidos pelos historiadores, quando apreendem os potenciais racionais da História, podemos dizer que há, nesses casos, uma formação histórica, isto é, uma “aquisição de competências que dialogam com a racionalidade da ciência, que por sua vez contribuem decisivamente para a construção, atribuição e consolidação de identidades históricas” (Ibidem, p. 99). Neste sentido, a formação histórica se apresenta como uma maneira de recepcionar o saber cientificamente elaborado, de lidar com ele, de tomar posição quanto a ele, numa palavra, de utilizá-lo (Ibidem, p.101). Esse aproveitamento tem mais chances de acontecer quando o historiador coloca em evidência a função que sua escrita pode desempenhar.

A formação histórica encontra-se intimamente relacionada ao aprendizado histórico. Segundo Rüsen, o aprendizado histórico é o resultado de três operações: a) ele “corresponde ao aumento da *experiência* no quadro de orientação da vida prática” (Ibidem, p. 111) – concentra-se no aumento do saber acerca dos acontecimentos do passado; b) as experiências devem ser inseridas no interior de uma *interpretação*, que por sua vez confere ao saber um sentido e um significado histórico, um “modo de ver” (Ibidem, p. 114); c) por fim, o aprendizado histórico permite a *orientação* temporal, ou seja, “a capacidade dos sujeitos de correlacionar os modelos de interpretação, prenes de experiência e saber, com seu próprio presente e com sua própria vida, de utilizá-los para refletir e firmar posição própria na vida concreta do presente”. (Ibidem, p. 116). O aprendizado histórico é uma articulação da consciência histórica que promove a formação dos sujeitos na medida em que produz uma “ampliação da experiência do passado humano, aumento da competência para a interpretação histórica dessa experiência e reforço da capacidade de inserir e utilizar interpretações históricas no quadro de orientação da vida prática”. (Ibidem, p. 110).

Segundo Arthur Assis, a formação do destinatário traz de volta à História o imperativo da reaproximação com vida prática. “Sem ela, todo o trabalho dos historiadores é posto a perder no labirinto da especialização metódica”. (ASSIS, 2004, p. 38).

Luis Fernando Cerri também fala da importância do aprendizado de elementos centrais do raciocínio da História pelo público não especializado. Ele compreende esse

aprendizado como sendo o *pensar historicamente*, isto é, “a capacidade de beneficiar-se das características do raciocínio da ciência histórica para pensar a vida prática”. (CERRI, 2011, p.61). Neste caso, pensar historicamente implica necessariamente em utilizar-se de elementos da ciência da História na tarefa de orientação temporal. O pensar historicamente acontece, por exemplo, quando os destinatários apreendem a relatividade e a historicidade da verdade. A partir disso, Cerri demonstra que existem incompatibilidades entre determinadas formas de consciência histórica e a tarefa de pensar historicamente.

É válido explicitar brevemente essa distinção entre Rüsen e Cerri. A concepção proposta por Cerri de “pensar historicamente” pode acarretar alguma confusão. Apesar de se mostrar bastante influenciado pela escrita de Rüsen, Cerri parece não atribuir importância ao fato de que ele compreende *pensamento histórico* e *consciência histórica* como sinônimos. Ao longo de toda a sua trilogia, sobretudo no primeiro volume, Rüsen deixa claro que quando fala da consciência histórica, está se referindo ao pensamento histórico⁸. Portanto, a definição de Cerri é distinta e mantém uma distância do que Rüsen defende. Uma vez que são sinônimos, entendemos que toda consciência histórica, ou pensamento histórico, é, por definição, um pensar historicamente. De resto, todas as pessoas, inclusive aquelas que não se utilizam dos potenciais de racionalidade da ciência histórica, quando tiverem de orientar-se no tempo, estarão pensando historicamente. Segundo esta definição, não há incompatibilidade entre o pensar historicamente e a consciência histórica.

Essa preocupação, que se encontra manifesta em Rüsen, de identificar como um público não especializado se utiliza da História, faz com que uma gama de pesquisadores do ensino esteja referenciada nos contributos rüsenianos. É o caso do grupo da UFPR (o LAPEDUH), que investiga a formação da consciência histórica de crianças, jovens e professores. As pesquisas realizadas pelo grupo vêm demonstrando a possibilidade da construção gradual de ideias históricas sofisticadas por crianças e adolescentes (SCHMIDT, 2010, p. 11). As funções que a História desempenha, e pode desempenhar, constituem pontos de convergência para esses pesquisadores, que a exemplo de Rüsen compreendem que a História tem muito a contribuir para a formação geral de um público leigo.

A trilogia de Jörn Rüsen cumpre a tarefa de analisar detalhadamente cada fator da matriz disciplinar. O autor especifica cada um dos componentes da matriz, bem como sua relação com os demais, mostrando como se dá a passagem de um fator para o outro – o que não quer dizer que esse esquema aponte a configuração da História como um mecanismo feito

⁸ Ver RÜSEN, 2001, p. 13, 16, 22 e 30.

por etapas, já que os cinco fatores se manifestam o tempo todo durante o processo de produção do conhecimento histórico. A separação entre os princípios é artificial.

Cabe elucidar ainda que para Rüsen, a consciência histórica não implica em privilégio de uma parcela da humanidade; ela não é um estágio de desenvolvimento intelectual do sujeito ou mesmo um nível superior de conhecimento que resulta em capacidade especial para a compreensão do mundo.

A consciência histórica não é algo que os homens podem ter ou não - ela é algo universalmente humano, dada necessariamente junto com a intencionalidade da vida prática dos homens. A consciência histórica enraíza-se, pois, na historicidade intrínseca à própria vida humana prática. (RÜSEN, 2001, p.78).

Além disso, quando fala em consciência histórica ele não se refere tão somente ao conhecimento do passado. A consciência histórica dá uma forma ao conhecimento histórico, ligando a compreensão do passado ao entendimento do tempo presente e possibilitando uma ampliação no horizonte de expectativa por meio de uma antecipação do futuro. (Idem, 2010, p.36).

2.5 - Didática da História

Quando trata das funções do saber histórico na vida prática, Rüsen também compõe uma pertinente articulação com a *didática da história*, sendo esta considerada uma parte integrante da própria teoria da História (Idem, 2007, p. 87).

Falando sobre o caso da Alemanha para elucidar o paradigma através do qual eram pensadas as relações entre didática e História, Rüsen aponta determinadas características que podemos observar também no caso brasileiro. Não é raro encontrarmos em nossas universidades historiadores que consideram a didática como ramo de especialização estritamente pedagógico e, por sequência, apartado do saber histórico acadêmico. Segundo Rüsen, até a década de 1960, na Alemanha, esse era o posicionamento hegemônico. A relação entre didática e História era caracterizada por uma rígida divisão de tarefas. O conhecimento histórico era controlado pelos historiadores profissionais e a tradução deste conhecimento para níveis escolares era a tarefa da didática (Idem, 2010, p. 27-28). Esse quadro nos é bastante familiar.

Convém salientar que o sentido da didática não é o de alguma coisa externa à ciência (Idem, 2007, p. 89). Rüsen se afasta da concepção hegemônica da didática como um setor estritamente responsável pelo aprendizado; uma instância que se localizaria fora da

ciência, ou ainda, da didática que se relaciona com a História tal como o *marketing* se relaciona com a produção de mercadorias (Ibidem, p. 89). Essa didática, que se costuma entender como maquinaria que torna o conhecimento da ciência assimilável, de fácil apreensão, um meio de transporte que leva o conhecimento histórico do recipiente cheio do professor para a cabeça vazia do aluno, não é, portanto, o sentido utilizado pelo autor.

Para Rüsen, a didática tem uma faceta mais genérica e social e está presente durante a produção do saber histórico, uma vez que os historiadores desejam causar efeitos no processo de aprendizagem do seu público-alvo. Como não pode prescrever o significado que uma história deva assumir, faz-se necessário ao historiador pensar no universo da recepção. E nesse sentido, é didática a reflexão do historiador que leva em conta a racionalidade dos seus destinatários no momento em que produz a sua História. Ou ainda, na medida em que ele se preocupa com a relação entre o que *realmente* será transmitido, com o que *podia* e com o que *devia* ser transmitido. (BERGMANN, 1990, p. 29).

Ainda que de modo não explícito, existe em todo trabalho de História uma preocupação em ensinar determinado conteúdo para alguém. A relação com a aprendizagem histórica, como diz Cerri, “precede e projeta-se após o ato da produção do conhecimento”. (CERRI, 2011, p. 69). Diante disso, é importante reparar que a reflexão sobre o aspecto didático – ainda não observável de modo sistemático entre os historiadores - esclarece o processo científico de conhecimento porque leva o profissional da História a pensar nas formas como o seu público se relaciona com este saber.

Aqui também cabe uma especificação no que tange à noção de aprendizagem. Antes de associarmos exclusivamente a aprendizagem como um fenômeno situado exclusivamente no espaço escolar, fruto da mediação e dos recursos pedagógicos utilizados pelos professores, Rüsen assinala que a dimensão do aprendido não se restringe a isso: “Aprender significa, antes, uma forma elementar da vida, um modo fundamental da cultura, no qual a ciência se conforma, que se realiza por ela e que a influencia de forma marcante”. (RÜSEN, 2007, p. 87). Aprender é um fenômeno vital e indispensável para os homens elaborarem uma interpretação do tempo e poderem orientar suas vidas.

Antes da sua institucionalização enquanto ciência da História, os historiadores mantinham no circuito de sua racionalidade uma preocupação efetiva com a didática. Quando escreviam História tinham em mente questões relativas ao ensino e aprendizagem, de modo que seus destinatários, ao entrarem em contato com seus trabalhos, pudessem aprender alguma coisa para a vida. (Ibidem, p. 88). No decorrer do século XIX, essa perspectiva foi alterada por conta da cientificação do saber histórico. Com essa redefinição disciplinar, os

historiadores “começaram a perder de vista um importante princípio, a saber, que a história é enraizada nas necessidades sociais para orientar a vida dentro da estrutura tempo” (Idem, 2010, p. 25). O público consumidor de História, que antes abrangia nos seus quadros uma parcela não acadêmica mais significativa, também se modificou:

Como os historiadores do século XIX se esforçaram para tornar a história uma ciência, este público foi esquecido ou redefinido para incluir apenas um pequeno grupo de profissionais especialistas treinados. A didática da história não era mais o centro da reflexão dos historiadores sobre sua própria profissão. Ela foi substituída pela metodologia da pesquisa histórica (Ibidem, p.25).

Ao se referir a esta exclusão da dimensão didática, Klaus Bergmann afirma que apesar do progresso epistemológico, a especialização da História trouxe o risco de transformá-la num saber esotérico, exclusivo para os iniciados. Quando isso acontece, a História perde as condições de apontar de maneira sistemática os significados que as pesquisas têm para a sociedade. Em função disso,

a Didática da História é indispensável para a Ciência Histórica exatamente por causa do fato de ela indagar sobre e problematizar este significado e, destarte, se opor ao perigo de a Ciência Histórica se isolar das necessidades legítimas de uma orientação histórica daquela sociedade que, em última análise, a sustenta. (BERGMANN, 1990, p.34).

A aproximação com a didática serve tanto para trazê-la de volta ao âmbito da ciência, em detrimento de considerá-la a priori como instância de exílio, quanto também para diferenciá-la da História. A distinção não implica num descarte, antes, serve para reforçar a relação entre ambas.

Tanto a história como ciência quanto o aprendizado histórico estão fundados nas operações e nos processos existenciais da consciência histórica: a teoria da história e a didática convergem, assim, nesse tema. Elaboram-no, contudo, de maneiras distintas. A teoria da história pergunta pelas chances racionais do conhecimento histórico e a didática pelas chances de aprendizado da consciência histórica (RÜSEN, 2007, p.93).

Como podemos ver, a teoria e a didática possuem o mesmo ponto de partida, mas tomam caminhos distintos, e quando cruzados reforçam suas interligações constitutivas.

Ao lado de Rüsen, Bergmann compreende a didática da História como uma disciplina específica, necessária e interna à ciência da História (BERGMANN, 1990). Nesta reflexão, o foco passa do ensino para a aprendizagem, cabendo à didática a tarefa de pensar sobre a produção, circulação e utilização social de todos os tipos de conhecimento histórico. (CERRI, 2011, p. 52). Entre as utilizações do conhecimento histórico incluem-se as recepções

escolares e extraescolares, como por exemplo, pode-se investigar a relação que um público estabelece com narrativas históricas veiculadas através de um filme, novela, rádio, imprensa etc. (BERGMANN, 1990, p. 31) Nas palavras de Bergmann, a didática “se preocupa com a formação, o conteúdo e os efeitos da consciência histórica num dado contexto sócio-histórico. [...] Investiga sistematicamente os processos de ensino e aprendizagem de História, que são processos de formação de indivíduos, grupos e sociedades” (Ibidem, p. 29-30).

Tomando o pensamento de Rüsen para refletir sobre o ensino, concluímos que é uma demanda do próprio campo da História compreender como os saberes históricos são utilizados por diferentes grupos, como estão enraizados na vida prática e como exercem sua finalidade de orientação temporal. Nas palavras do autor: “refletir sobre o uso prático do saber histórico é um requisito básico da ciência da história. (E é uma exigência aos especialistas, para que não confundam o fundamento de sua ciência na vida com uma torre de marfim perdida no espaço.)” (RÜSEN, 2007, p. 15).

2.6 - Os problemas da ideologia: uma criação deliberada para a garantia da dominação?

Em face da problemática da consciência histórica, é oportuno enfatizar a utilização do conceito de ideologia pela produção acadêmica estudada no primeiro capítulo. Essa utilização é um ponto de convergência entre os autores. Deixamos claro, desde logo, que a discussão que faremos aqui sobre a ideologia não pretende de modo algum esgotar a questão. Obviamente, não pretendemos reconstituir cada linha de significação que existe no emaranhado das determinações da ideologia. De um lado, queremos mostrar a diferença entre a ideologia - especificamente como ela é pensada pela produção acadêmica estudada - e a consciência histórica. Por outro lado, pretendemos apontar para um problema que decorre exatamente dessa utilização, a saber, a generalização acerca de como os mossoroenses interpretam os construtos que lhes chegam pela ação de todo o complexo ideológico.

De saída, é importante salientar que mais do que a consciência histórica, o conceito de ideologia carrega uma polissemia tão diversa que a sua utilização torna-se um verdadeiro desafio. A título de exemplo fazemos menção aos trabalhos de Alípio de Sousa Filho (2011) e Slavoj Žižek (1996): ao reafirmarem a validade do conceito de ideologia, revisitando diversos autores que pensaram a respeito da questão, eles chegam a significações distintas desse conceito ⁹. A tentativa de reconstrução lógico-narrativa do conceito de

⁹ No próprio livro organizado por Žižek (1996) há artigos que trazem concepções de ideologia inteiramente discrepantes e irreconciliáveis entre si.

ideologia constitui, portanto, uma tarefa bastante espinhosa. Recuperar os seus significados, em muitos momentos, implica em lidar com paradoxos irreduzíveis¹⁰.

Os trabalhos analisados no capítulo 1 podem ser integrados na tradição da crítica da ideologia. Isso significa dizer que os autores compartilham a ideia de que as relações de dominação não são transparentes, e mais, que para ser efetiva, a lógica da dominação tem que permanecer oculta. Neste sentido, “o ponto de partida da crítica da ideologia tem que ser o pleno reconhecimento do fato de que é muito fácil *mentir sob o disfarce da verdade*”. (ZIZEK, 1996, p. 14). Essa postura pode ser claramente identificada nos trabalhos analisados, visto que os autores entendem que a ideologia rosadista é o cimento que garante a dominação e é por meio de seus tentáculos que os mossoroenses não se dão conta dos interesses inconfessos, subjacentes nos construtos ideológicos.

Ao refletir sobre a multiplicidade de determinações da ideologia, Zizek depara-se com um problema difícil de resolver, qual seja, o da inversão da não ideologia em ideologia. Esse aspecto pode até mesmo tornar a reflexão epistemológica da ideologia como auto-invalidante. Inicialmente, ele destaca:

Ideologia pode designar qualquer coisa, desde uma atitude contemplativa que desconhece sua dependência em relação à realidade social, até um conjunto de crenças voltado para a ação; desde o meio essencial em que os indivíduos vivenciam suas relações com uma estrutura social até as ideias falsas que legitimam um poder político dominante. Ela parece surgir exatamente quando tentamos evitá-la e deixa de aparecer onde claramente se esperaria que existisse. (Ibidem, p.9).

Diante disso, há que se destacar um dos principais problemas que envolvem os estudos de crítica da ideologia. Esse problema é narrado por Zizek (Ibidem, p. 9) da seguinte maneira: “acaso a crítica da ideologia não implica um lugar privilegiado, como que isento das perturbações da vida social, que faculta a um sujeito-agente perceber o mecanismo oculto que regula a visibilidade e a invisibilidade sociais?”. Na sequência de sua argumentação ele sugere como esse problema da suposta inexistência de um espaço extra-ideológico, de onde se pode discernir a ideologia, pode ser solucionado teoricamente, embora não haja consenso acerca desta solução.

Zizek (Ibidem, p. 15) reúne a multiplicidade da ideologia em três eixos:

A ideologia como um complexo de ideias (teorias, convicções, crenças, métodos de argumentação); a ideologia em seu aspecto externo, ou seja, a materialidade da ideologia, os Aparelhos Ideológicos de Estado; e por fim, o campo mais fugidio, a ideologia “espontânea” que atua no cerne da própria “realidade” social.

¹⁰ Cf. ZIZEK (1996), EAGLETON (1996).

É imprescindível elucidar que Zizek não entende essa formulação como uma linha de sucessão hierárquica, implicando em superação, obsolescência e/ou irrelevância do modo precedente. Cada eixo reúne apreensões da ideologia que devem ser reconstituídas, identificadas suas incoerências, limitações e possibilidades, para que se entendam efetivamente os seus modos de operar. Ao longo dos seus textos há um claro objetivo de sustentar a tensão que mantém viva a crítica da ideologia (Ibidem, p. 22).

Inicialmente, podemos situar no primeiro eixo, explicitado por Zizek, a maneira como a produção acadêmica mossoroense emprega o conceito de ideologia, ou seja, os autores entendem que a ideologia é um conjunto de ideias que tenta convencer os destinatários de sua “veracidade” ao mesmo tempo em que serve a inconfessos interesses, no caso, a manutenção do poder político. Como diz o próprio autor, neste sentido,

a ideologia é uma comunicação sistematicamente distorcida: um texto em que, sob a influência de interesses sociais inconfessos (de dominação etc.), uma lacuna separa seu sentido público “oficial” e sua verdadeira intenção – ou seja, em que lidamos com uma tensão não refletida entre o conteúdo enunciado explicitamente no texto e seus pressupostos pragmáticos. (Ibidem, p. 16).

Dentro da produção acadêmica mossoroense, o conceito de ideologia é trabalhado a partir das contribuições de autores diversos, como Karl Marx, Antonio Gramsci, Pierre Bourdieu, Cornelius Castoriadis, dentre outros. Em nossa leitura dos trabalhos de José Lacerda, Paiva Neto e Emanuel Braz não identificamos uma definição precisa do conceito de ideologia. O que se pode notar é que a ideologia tem um significado muito amplo, que ora se confunde com mitologia, ora é apresentado como sinônimo de hegemonia e em outros momentos ainda é compreendido como violência simbólica. Num trecho do livro de Paiva Neto (1998, p. 52), ele diz que “o discurso ideológico não deve ser visto necessariamente como voluntariamente produzido pelos grupos no exercício de dominação, pois é produzido de forma espontânea pelos indivíduos nas relações sociais”. Não obstante, como demonstramos no capítulo 1, ao longo de todo o seu trabalho, bem como nos trabalhos de Felipe (1985; 2001) e Braz (1999), vemos que a ideologia é um artifício construído precisamente para controlar os mossoroenses. A dimensão da espontaneidade não aparece.

Seguindo a leitura de Sousa Filho, (2011, p. 2) que faz um balanço sobre o estado da arte deste conceito, cumpre assinalar que o sentido de ideologia presente nestes trabalhos tem a ver com as reflexões de Marx: ideologia é sinônimo de uma inversão da realidade, cuja tarefa é ocultar a dominação de uma classe social, a burguesia. Em Marx, a ideologia

compreende um conjunto de ideias, típico da sociedade capitalista, sendo produto de uma luta entre interesses antagônicos de classe. Nesta apreensão, “a ideologia seria a representação da realidade que a classe econômica e politicamente dominante nesta sociedade produziria e procuraria impor a todas as demais classes, com o objetivo de garantir sua posição de classe dominante” (Ibidem, p. 3). Ela funciona de modo velado, dissimulado, e cumpre o seu papel na medida em que justifica a exploração e a dominação da burguesia sobre a classe trabalhadora (loc. cit.). Esta determinação da ideologia, juntamente com outras, ressoa na produção acadêmica mossoroense.

Neste sentido, a ideologia parece ter uma relação de parentesco com a prática de enganar e iludir pessoas. Contudo, Zizek assevera que

a ideologia nada tem a ver com a “ilusão”, com uma representação equivocada e distorcida de seu conteúdo social. [...] um ponto de vista político pode ser perfeitamente correto (“verdadeiro”) quanto a seu conteúdo objetivo, mas completamente ideológico; e, inversamente, a ideia que uma visão política fornece de seu conteúdo social pode revelar-se totalmente equivocada, mas não ter absolutamente nada de “ideológica”. (ZIZEK, p. 12).

Além da influência de Karl Marx, Paiva Neto se mostra inspirado pela obra de Gramsci. Ele entende que os Rosado constituem o grupo detentor da *hegemonia*, ou seja, eles conseguem “fazer os demais grupos aceitarem o seu ‘modo de vida, de pensar e de agir’, empenhando ao máximo o aparato consensual e ao mínimo o coercitivo”. (PAIVA NETO, 1998, p. 39). Não obstante, no decorrer de seu trabalho, Paiva Neto afirma insistentemente estar analisando o *complexo ideológico* construído pelos Rosado, que é formado por bens culturais e simbólicos, tais como a Coleção Mossoroense, a Biblioteca, o Museu, as festas cívicas etc. Em certa medida, ele deixa um pouco de lado o conceito de hegemonia e passa a tratar mais da ideologia.

Em face da inspiração em Antonio Gramsci, é preciso considerar que há uma polifonia de vozes que ressoa de seus trabalhos. Isso deve ser considerado para que se evitem posições extremadas em relação à sua obra. Em primeiro lugar, é a hegemonia, e não a ideologia, a categoria principal dos escritos de Gramsci. (EAGLETON, 1996, p. 195). Quando fala em hegemonia, Gramsci refere-se “às maneiras como um poder governante obtém, daqueles a quem subjuga, o assentimento à sua dominação”. (Ibidem, p. 195). A hegemonia envolve a ideologia, mas é uma categoria mais abrangente do que esta.

A partir de sua leitura de Gramsci, Michèle Barrett informa sobre a “precariedade” da compreensão da ideologia no interior do pensamento marxista. A

concordância sobre questões teóricas fulcrais está longe de ser plena. Ao analisar de perto os trabalhos de Gramsci, Barrett (1996, p. 235) afirma que “não fica claro [...] de que modo sua abordagem da ideologia harmoniza-se com a hoje célebre definição e uso da ideia de hegemonia”. Para ela, o próprio Gramsci discorda dos juízos negativos que se ligaram ao sentido de ideologia, que a compreendem como fruto de uma base econômica. Como desdobramento dessas compreensões, esses juízos negativos associam ideologia àquilo que é aparente e inútil. A ideologia passa a ser vista como algo a ser combatido, desfeito e superado – perspectiva notadamente presente na produção de José Lacerda, Paiva Neto e Emanuel Braz. Não obstante, a ideologia também pode ser vista como algo mais positivo: “Gramsci frisa então que as ‘ideologias historicamente orgânicas’ – aquelas que são ‘necessárias’ – tem validade psicológica e ‘criam o terreno em que os homens se movem, adquirem consciência de sua posição, lutam etc.’”. (BARRET, 1996, p. 236).

A leitura de Barrett harmoniza-se com a de Eagleton, em razão de que este também diz que Gramsci rejeita o uso puramente negativo do conceito de ideologia. Essa negatividade é discernida da seguinte maneira: “a ideologia foi vista, com demasiada frequência, como pura aparência ou mera obtusidade, quando, a rigor, é preciso traçar uma distinção entre as ideologias ‘historicamente orgânicas’ e a ideologia no sentido das especulações arbitrárias dos indivíduos”. (EAGLETON, 1996, p. 198). A exemplo de Barrett, Eagleton também identifica que as ideologias historicamente orgânicas são aquelas necessárias a uma dada estrutura social (loc. cit.).

Como se pôde observar, não existe apenas uma significação de ideologia em Gramsci. Pelo que demonstrou Barrett e Eagleton, a ideologia, em Gramsci, não necessariamente representa algo a ser combatido, uma vez que,

[...] as ideologias devem ser vistas como forças ativamente organizadoras e psicologicamente “válidas”, que moldam o terreno em que os homens e mulheres agem, lutam e se conscientizam de suas posições sociais. Em qualquer “bloco histórico”, comenta Gramsci, as forças materiais são o “conteúdo” e as ideologias, a “forma”. (EAGLETON, 1996, p.199).

O conceito de ideologia como é trabalhado pela produção acadêmica mossoroense remete para uma criação intencional, que produz uma visão falseada da realidade, um chamariz enganador que pretender capturar os sujeitos e aprisioná-los a uma visão de mundo que os impede de perceber essa distorção. Podemos dizer que quando usam a noção de ideologia, seguem a linha descrita por René Gertz (2009, p. 21), segundo a qual,

“ideologias” costumam ser vistas como algo que não corresponde à realidade. Quando alguém diz que uma manifestação é “ideológica”, está querendo dizer que não é realista, que é mentirosa, que não tem correspondência na realidade, que se trata de encobrir algo – que, portanto, há uma diferença entre aquilo que uma ideologia diz e aquilo que efetivamente existe ou acontece.

Na produção acadêmica mossoroense, a ideologia sempre é vista como uma criação voluntariosa que pretende exatamente convencer as pessoas comuns de sua “verdade”, quando de fato pretende tapeá-las para dispor de seus votos. Retomando a concepção de Paiva Neto, que mencionou o caráter não voluntarioso da produção ideológica, nos resta dizer que não foi possível identificar esse aspecto no seu trabalho e em nenhuma das outras obras estudadas. A ideia que nos chega é a de que a produção ideológica é fruto de uma bem conduzida estratégia de dominação. Quando se efetiva, *simula*, entre os mossoroenses, *uma irmandade coletiva*. (PAIVA NETO, 1998, p. 133). Isso implica em dizer que o sentimento de identidade mossoroense é forjado a partir de uma base falsa, enganosa e distorcida da realidade.

A concepção de ideologia adotada por José Lacerda, Paiva Neto e Emanuel Braz carrega uma série de problemas que provoca até mesmo a recusa em utilizar o conceito, como as que foram explicitadas por Foucault e Bourdieu. A ideologia estaria sempre diametralmente oposta ao que seria a verdade, impondo a dicotomia entre ciência de um lado, que revelaria o que há de verdadeiro no discurso, e ideologia de outro, como um falseamento do real. Além disso, a ideologia estaria numa posição secundária em relação à infraestrutura ou a uma determinação econômica (FOUCAULT, 1979, p. 7). Segundo Bourdieu (1996, p. 266), a ideologia “parece transmitir uma espécie de descrédito. Descrever uma afirmação como ideológica é, muitas vezes, um insulto [...] tanto se tem usado e abusado do conceito de ideologia, que ele não funciona mais”.

Com isso, ressaltamos a operação de redução do fenômeno ideológico presente nos trabalhos estudados no primeiro capítulo, bem como a utilização metonímica do conceito de ideologia, que é apreendido como ponto de vista de uma classe particular, responsável por transmitir uma visão/versão de mundo a ser aceita pela população. Os indivíduos figuram, nos trabalhos analisados, em joguetes, fantoches, alienados, subservientes, haja vista que aceitam sem contestação alguma a ordem social imposta de cima. A generalização em torno de como se dá a relação entre os mossoroenses e a ideologia rosadista não dá margem para que se perceba formas de contestação.

Perseguindo o tema da ideologia em vários autores, notadamente em Foucault, Certeau e Maffessoli, Sousa Filho (2011, p. 4) propõe uma operacionalização deste conceito

que ultrapassa essa compreensão. No seu entendimento, é imperativo salientar que “a ideologia constitui o modo de operar de toda cultura, ao procurar naturalizar-se, universalizar-se e eternizar-se [...]”. Mais ainda, ela é um dado antropológico do fenômeno da estruturação social; constitui o canal de ingresso do indivíduo na cultura. Não se trata, portanto, de um trabalho voluntarioso, deliberado, consciente, de uma classe, uma vez que a ideologia é antes disso, um efeito de sentido ou de significação (Ibidem p. 6). E como tal, em sua utilização enquanto conceito deve-se ter em mente que as significações *hegemônicas* produzidas pelas ideologias conhecem, em diferentes épocas e culturas, diversas formas de recusas, contestações, resistências, reinterpretações, desvios, uma vez que os indivíduos tornam-se pontos de resistência às formas da dominação e transgridem os significados da realidade (Ibidem, p. 4-5). Essa possibilidade não é levantada em nenhum momento pela produção acadêmica mossoroense. Não há que se falar em *descobrir* a ideologia subjacente a determinadas representações, mas analisar os efeitos de sentido que estas representações produzem.

Como se pôde notar, com essa breve descrição das significações da ideologia, não pretendemos esgotar o tema, mas sim, apontar outras possibilidades para aplicação do conceito, ainda que de modo bastante sucinto, com o intuito de demonstrar a utilização redutora, e em alguns momentos imprecisa, como a que foi empregada pela produção acadêmica mossoroense. Essa maneira de empregar a ideologia contribuiu decisivamente para a compreensão unidimensional da espacialidade mossoroense.

2.7 - A consciência histórica e a espacialidade mossoroense

Os autores analisados no primeiro capítulo construíram uma base importante para se pensar a questão da apropriação da espacialidade mossoroense na escola, em especial através do ensino de História, muito embora não tenham realizado um estudo sistemático sobre a questão. Retomando uma vez mais a discussão, a leitura desses trabalhos nos possibilitou compreender que além de Mossoró ser reduto de uma presença oligárquica que remonta à República Velha, lugar onde esta oligarquia inscreve seus valores e símbolos, ainda se caracteriza por ser composta de sujeitos passivos que se permitem dominar pela ideologia rosadista. Ideologia construída precisamente para fins de dominação.

É notória a referência que os trabalhos desses autores fazem ao que podemos chamar de *usos sociais da história*. Podemos identificar suas pretensões em apontar, em

vários momentos, os sentidos que o *país de Mossoró* tem para as pessoas comuns. Não obstante, embora façam referências às maneiras como estes sentidos são colocados em funcionamento, esses autores não se dispuseram a estudá-los de modo sistemático. Não houve uma preocupação em buscar fontes – entrevistas com alunos, professores, espectadores e/ou participantes dos festejos cívicos etc. - que pudessem corroborar a interpretação que fazem da maneira como os mossoroenses recebem as representações do país de Mossoró. José Lacerda, Paiva Neto e Emanuel Braz fazem inferências acerca desses sentidos para a população em geral a partir do estudo da produção da espacialidade e da identidade mossoroenses, julgando que a ação do complexo ideológico dos Rosado homogeneiza a compreensão que os mossoroenses têm da história.

Eles compartilham a ideia de que o uso da história implica necessariamente numa concordância plena do que é veiculado, sem quaisquer questionamentos e/ou distorções. Nesta lógica, o que podemos entender é que os mossoroenses absorvem as mensagens difundidas pelos Rosado e a compreendem exatamente como os agentes desse poder dominador planejam. Os mossoroenses efetivamente atribuem aos Rosado os valores que estes construíram para si. A consciência histórica das pessoas do lugar seria então composta de narrativas que orientam para a compreensão de que os Rosado são os melhores políticos para conduzir o destino da cidade. E essa qualificação não é construída sobre uma tábua rasa. Como estão cientes do passado heroico da cidade e sabem o quanto esta família contribuiu para o engrandecimento de Mossoró, estão, portanto, bem municiados de argumentos para manter os membros desta família no poder.

Tendo em mente a discussão sobre a consciência histórica, consideramos esta interpretação insuficiente. Convém elucidar que mesmo sendo um universal antropológico - estar presente em todas as pessoas - isso não quer dizer que todos tenham a mesma consciência histórica. (CERRI, 2011, p. 39). As maneiras de colocar em funcionamento o conhecimento histórico são múltiplas e não podem ser generalizadas dessa forma excessivamente simplista e redutora.

Sobre a variedade que a consciência histórica pode assumir vale a pena citar um exemplo retirado da tese de Marília Gago (2007), que na sua tese se propõe a estudar a consciência histórica de professores. A autora relata um caso interessante, vivenciado por outro pesquisador, Wertsch. Ele realizou uma série de entrevistas na Estônia, nas quais as pessoas deveriam expressar seus posicionamentos diante de duas narrativas de um mesmo evento histórico: uma versão oficial, transmitida pela escola e demais instituições, e outra considerada não oficial, aprendida através do convívio familiar, com amigos etc. Os

entrevistados demonstraram conhecer bem a primeira narrativa, sendo capazes de reproduzi-la e aplicá-la na explicação de outros eventos. Diante da segunda narrativa eles demonstraram um conhecimento fragmentado e parcelar. Contudo, os entrevistados concordavam que a versão oficial era falsa, enquanto a versão não oficial era apontada como verdadeira. A despeito do nível de conhecimento que foi demonstrado, os entrevistados não tinham interiorizado a narrativa oficial. Ela “não foi interiorizada, pois não demonstraram adesão aos valores correspondentes. A interiorização e o compromisso com determinada narrativa da realidade histórica só fará sentido se for refletida, discutida pelos próprios [sujeitos] [...]” (Ibidem, p. 99). A segunda narrativa, mesmo sendo parcialmente conhecida, era dotada de um significado mais efetivo, haja vista ser tratada como verdadeira. Ela cumpria, portanto, a função de orientar as pessoas no tempo. Este exemplo serve para assinalar o limite de generalizações excessivas, mostrando a capacidade inventiva que está presente nas pessoas e que pode se manifestar também nos usos da história.

Como dissemos na introdução deste trabalho, a atenção que dedicamos aos relatos dos professores guarda uma proximidade teórica com o trabalho de Gilmar Arruda. Quando Arruda toma as falas dos seus familiares como fonte histórica, ele não quer obter a verdade através de um cruzamento de fontes, mas sim, oferecer outros “ângulos de visão” (ARRUDA, 2000 p. 38). De modo semelhante, as falas dos professores acerca da espacialidade mossoroense, cumprem a tarefa de oferecer outro foco narrativo para o entendimento das relações entre o ensino de história e o país de Mossoró. Contudo, diferentemente de Arruda, não fizemos uma história de vida dos professores. Procuramos identificar como eles utilizam as representações do país de Mossoró no processo de orientação temporal, dando margem para que expressassem possíveis divergências e concordâncias acerca da versão oficial.

Por se tratar de um tema bastante controvertido, optamos por não categorizar os relatos dos professores como sendo ideológicos ou não ideológicos, bem como não diremos da falsidade ou verdade de suas concepções. Acreditamos que o conceito de consciência histórica se mantém bastante pertinente mesmo não trazendo à baila essas questões. Além disso, ele supre as nossas demandas, uma vez que identificaremos como os professores usam a história, ou seja, ao tratarmos das funções que o país de Mossoró desempenha no processo de orientação temporal, bem como dos sentidos que fazem e dos significados que lhes são atribuídos, estaremos perscrutando exatamente a dimensão da consciência histórica dos professores.

CAPÍTULO 3: **“Conhecer a cidade não é só ver aquilo ali”: consciência histórica e as espacialidades mossoroenses**

Iniciamos o trabalho com os professores aplicando um questionário com perguntas abertas e fechadas. A partir desse instrumento de pesquisa, procuramos obter uma caracterização geral dos profissionais, identificando as formações acadêmicas, níveis de atuação, tempo de profissão, entre outros elementos que nos ajudassem, num primeiro momento, a traçar um perfil, ainda que sucinto, dos entrevistados. Procuramos identificar também quais são os conteúdos e temas da história de Mossoró que os professores ensinam para os seus alunos e quais as funções, na ótica dos professores, que esse aprendizado histórico deve exercer em suas vidas. Nos aproximamos, a partir deste ponto, da dimensão dos usos sociais da história, uma vez que estamos analisando como os professores mobilizam os seus conhecimentos históricos na vida prática. Os conhecimentos históricos dos professores e que interessam à nossa pesquisa são aqueles que adjetivam uma espacialidade mossoroense, o “país de Mossoró”. Nesse sentido, também nos interessou as opiniões dos professores acerca do esforço realizado pelo poder público local em difundir uma memória dos grandes acontecimentos.

Ao longo deste capítulo iremos trançar os dados que coletamos por meio dos questionários, juntamente com as informações que obtivemos com as entrevistas. O objetivo é entender, à luz do aparato teórico construído por Jörn Rüsen, as orientações temporais que os professores formulam quando utilizam a espacialidade “país de Mossoró”, somando a ela diversas camadas de significados. Para analisar as narrativas dos professores focamos em três elementos que compõem a consciência histórica, quais sejam, experiência, interpretação e orientação. (RÜSEN, 2007, p. 111.). Esses elementos estão diretamente ligados aos componentes da narrativa histórica: conteúdo, forma e função. Contudo, não perseguimos a meta de estabelecer diferenciações exatas entre esses elementos, uma vez que eles sempre aparecem intrincados em quaisquer narrativas, sendo, portanto, indissociáveis. O próprio Rüsen (Ibidem) salienta que a tarefa de estabelecer uma distinção entre experiência, interpretação e orientação é um exercício artificial: “não há experiência histórica livre de interpretação, nem orientação histórica livre de experiência. Todo modelo de interpretação é relacionado simultaneamente à experiência e à orientação”. (Ibidem, p. 118). Veremos como a partir dessas operações fundamentais da consciência histórica, os professores criam significados para esta espacialidade, que adquire, a partir de então, diferentes matizes. Por

meio da diferenciação e integração temporal – entre passado, presente e futuro – feita pela operação da consciência histórica, os professores criam lentes que instituem diversas especialidades para Mossoró, imprimindo marcas pessoais, carregadas de subjetividade, na maneira como constituem os sentidos das experiências.

3.1 - Os sujeitos da pesquisa

Participou dessa fase inicial da pesquisa – de aplicação dos questionários - um total de dez professores. Os professores, Breno, Inácio, Leonardo, Elizete e Marcos, têm entre 25 e 30 anos de profissão. Os professores, Afonso, Maria e Sandra possuem entre 20 e 25 anos de profissão. E os professores, Humberto e Laura¹¹, têm entre 10 e 15 anos de atuação profissional. Esses dados apontam que mais da metade desses professores leciona desde a década de 1980. Todos eles ensinam há pelo menos dez anos, revelando que os sujeitos da nossa pesquisa são profissionais com bastante experiência em sala de aula e possuem uma longa trajetória docente, tendo vivenciado distintos momentos na história da educação pública brasileira. Alguns deles já estão em final de carreira e dois deles, os professores Marcos e Leonardo, já deram entrada no pedido de aposentadoria. Com raras exceções, tratamos com senhores e senhoras de cabelos brancos, com expressões faciais marcadas pela ação do tempo; alguns demonstraram inicialmente certa desconfiança quanto às nossas intenções, nos confessando, posteriormente, que chegaram a pensar que eu estava ali com o objetivo de criticá-los; outros, não conseguiam esconder o cansaço provocado por anos da extenuante rotina de sala de aula, em jornada de trabalho dupla e até mesmo tripla, sem contar os feriados e finais de semana consumidos com a preparação de aulas, elaboração e correção de provas, não esquecendo o tempo que é sugado pelo trabalho com as cadernetas, ou diários de classe.

Não obstante esse quadro pouco encorajador, estes senhores e senhoras, em sua maioria, se mostraram animados e felizes com o seu trabalho, mantendo vivo o desejo de contribuir de maneira significativa para a formação dos jovens mossoroenses, sempre procurando motivar os seus alunos a interessarem-se pelos estudos, notadamente pelo estudo da História. Também foi possível identificar entre eles o engajamento em prol de melhorias salariais e das condições de trabalho, visto que durante essa fase da pesquisa testemunhamos a forte adesão dos professores a movimentos grevistas na educação,¹² o que resultou, diga-se de

¹¹ Preferimos adotar nomes fictícios para preservar a identidade dos professores.

¹² Foram duas as greves que testemunhamos. A primeira delas ocorreu na rede estadual de ensino e foi deflagrada em 28 de abril de 2011. Os professores reivindicavam o pagamento do Piso Salarial Profissional

passagem, no prolongamento dessa fase de coleta de dados, uma vez que tivemos que adiar as entrevistas. Ademais, resta dizer que os professores, em sua maioria, foram bastante solícitos, procurando brechas dentro dos seus horários de expediente para nos atender sempre da melhor forma possível.

Todos os professores atuam no Ensino Fundamental. Os professores Afonso, Leonardo, Inácio e Laura trabalham também no Ensino Médio. Os professores exercem a atividade de ensino em dois expedientes, sendo que os professores, Leonardo e Inácio, trabalham em três expedientes – matutino, vespertino e noturno. Os professores, Afonso, Breno, Laura, Leonardo e Sandra, possuem vínculo empregatício no município e no estado. Foram estes últimos que participaram da segunda etapa da pesquisa, que correspondeu ao momento de concessão de entrevista áudio gravada.

Quanto à formação acadêmica, sete professores têm graduação em História, sendo que três professoras, Maria, Elizete e Sandra, fizeram suas graduações em Ciências Sociais. O professor Humberto tem especialização em Filosofia, a professora Laura possui especialização em gestão escolar e a professora Sandra fez especialização em psicologia da educação. Todos fizeram suas graduações em Mossoró, na UERN. Nos chamou atenção o fato de que nem todos os professores tinham formação específica na área de História. De fato, identificamos que a prática de ensinar uma disciplina, na qual não se tem a formação necessária, é corriqueira nas escolas, sejam elas pertencentes à rede estadual ou municipal de educação. Uma de nossas entrevistadas, a professora Laura, traz a sua visão acerca dessa prática:

Aí no ensino médio, o estado diz que coloca cada professor na sua área, mas infelizmente não é verdade. Eu, formada em História, cheguei aqui nessa escola ensinando Ciências, Sociologia, Geografia, Artes e Filosofia. Eu tinha cinco disciplinas. Quando saía de uma sala e entrava em outra eu não sabia mais o que eu tinha dito lá na outra sala. Eu só não ensinei Química porque eu disse que não iria servir de palhaça para ninguém, porque se não, eu teria completado a minha carga horária com Química também. Então eu era assim, eu nunca aceitei pegar uma disciplina que eu não tivesse a menor condição de chegar lá na sala e falar, e não acrescentar nada, porque não combina comigo. (Entrevista Laura, p. 2).

Nacional como fora estabelecido nos termos da lei 11.738, sancionada em 16 de julho de 2008. Essa greve ganhou repercussão nacional, não apenas por ter sido a maior greve já realizada pelos professores no Rio Grande do Norte, durando 80 dias, mas também em razão da ampla divulgação, primeiramente via internet e em seguida pela grande mídia, da fala da professora Amanda Gurgel em audiência pública, realizada na Assembleia Legislativa do estado, no dia 10 de maio de 2011. A segunda greve ocorreu na rede municipal de ensino de Mossoró, deflagrada no dia 04 de abril de 2012. A greve foi motivada também por questões salariais, especificamente pelo não cumprimento, por parte da Prefeitura Municipal de Mossoró, do reajuste salarial estabelecido pelo MEC para o ano de 2012, de 22,22%, a ser pago para todos os profissionais do magistério público da educação básica, conforme a lei supracitada.

O professor Afonso também relata que já teve de ensinar outras disciplinas. No momento, ele nos revela: “trabalho com a disciplina de História, já trabalhei com outras disciplinas como Artes, Geografia, mas atualmente eu trabalho somente com História”. (Entrevista Afonso, 2012, p.1). O professor Inácio nos disse que atualmente ensina as disciplinas de História, Geografia e Ensino Religioso na rede municipal e na rede estadual trabalha com as disciplinas de História, Sociologia e Filosofia. A professora Sandra contou que quando fez concurso para professor do município, concorreu para uma vaga na disciplina de Geografia, mas desde que começou sua carreira profissional, trabalha simultaneamente com a disciplina de História. Praticamente todos os professores relataram experiências com diferentes disciplinas escolares.

Essa prática, já naturalizada nas escolas públicas do estado e do município, é o resultado da crônica falta de um investimento adequado na educação. Ela também se deve à necessidade dos professores em completar sua carga horária de trabalho. Muitas vezes isso acontece em razão da diminuição de turmas e até mesmo do fechamento de turnos e de escolas. A EMLS, por exemplo, que até 2010 oferecia o Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) nos dois turnos, matutino e vespertino, em função da diminuição da demanda de alunos, oferece, atualmente, esse nível de ensino somente em um turno, o matutino. Em consequência disso, os professores *perdem* suas turmas, e para não terem que sair em busca de novas turmas, em outras escola - muitas delas ficam mais afastadas de suas residências - decidem completar sua carga horária com outras disciplinas.

É comum também encontrarmos professores que trabalham em mais de uma escola e que precisam se deslocar entre as instituições no mesmo turno, mantendo uma agitada rotina de trabalho. Isso acontece principalmente, mas não exclusivamente, com os professores que preferem completar a sua carga horária somente com a disciplina na qual tem formação. Na rede municipal de Mossoró, que abriga o Ensino Fundamental, são três horas-aula de História por semana, em cada turma. O professor precisa de oito turmas para fechar sua carga horária, que é de 24 horas-aula por semana. No caso da rede estadual, são duas horas-aula de História em cada turma, para o mesmo nível. O professor necessita de 12 turmas para completar sua carga horária, que também é de 24 horas-aula por semana. Contudo, não são todas as escolas que possuem um número de turmas suficientes para que os professores possam completar a carga horária. Muitos acabam acumulando mais de uma disciplina para evitar o deslocamento do qual falamos mais acima. Por isso nos deparamos tantas vezes com professores ensinando disciplinas nas quais não têm formação alguma.

Obviamente, tal situação pode acarretar inúmeros problemas para o professor que ensina História sem formação na área, uma vez que não conhece a especificidade da produção do conhecimento histórico. O conhecimento da racionalidade da História é condição *sine qua nom* para que o professor promova uma aprendizagem histórica eficiente, possibilitando aos alunos uma ampliação qualitativa dos potenciais da consciência histórica. (BARCA, 2008). Não atendida esta condição, podemos dizer, no mínimo, que os alunos terão maiores chances de desenvolver leituras não problematizadas do passado. Em vista de não ser possível garantir a presença de um profissional com formação em História nas salas de aula, a situação mostra também que o campo de militância por um ensino de História de qualidade ainda tem muitas batalhas a serem travadas e vencidas.

3.2 – Na sala de aula: as histórias de Mossoró

Um dos grandes méritos da Mossoró da Gente é compreender a cultura como força transformadora da sociedade. Durante todo o ano, a Prefeitura promove eventos artístico-culturais fortemente ligados à história e as tradições locais. E para que a cultura seja realmente fortalecida desde a escola, os mossoroenses aprendem sobre a riqueza histórica de Mossoró. É a educação fazendo, hoje, a Mossoró de amanhã. (Revista Veja, 2006, p.97)

O trecho acima integra um conjunto de propagandas da Prefeitura Municipal de Mossoró que circulou na edição de 16 de agosto de 2006 da Revista Veja. Ele sugere que há uma preocupação do poder público municipal em ensinar às crianças e aos jovens mossoroenses um conhecimento histórico que esteja ancorado nas tradições culturais do lugar. O texto configura uma espacialidade para Mossoró, que a representa como um lugar onde os cidadãos aprendem, desde cedo, um conhecimento histórico que contribui para a criação e manutenção de uma identidade com o lugar. Foi sobre esse ensino também que a produção acadêmica mossoroense se manifestou, elaborando uma sequência de críticas para servir de alerta contra os interesses inconfessos que estão diluídos nessa estratégia de disseminação da história. Diante disso, não seria nenhum absurdo pensar que nas escolas da cidade podem ser encontrados, sem maiores dificuldades, professores empenhados em ensinar uma história conforme o que foi dito nesse texto.

Nesse sentido, fomos à busca, primeiramente, de professores que tivessem a preocupação de ensinar histórias de Mossoró. De início, é válido ressaltar que os professores

Inácio e Marcos, afirmaram categoricamente que não costumam trabalhar nenhum conteúdo da História de Mossoró em suas aulas¹³. O professor Marcos afirmou:

O trabalho com esses conteúdos da história de Mossoró, quando existe, se resume a levar os alunos para visitar o Memorial da Resistência. Quando os alunos chegam lá, não tem como fazer um bom trabalho porque o que acontece é que eles ficam por lá, soltos, e não tem quem consiga controlá-los. A atividade perde o sentido. (Entrevista Marcos, p. 1).

Entre as justificativas para não se trabalhar esses conteúdos, o professor Inácio alegou a falta de livros didáticos que tratem das histórias mossoroenses. Segundo o professor, é a falta de materiais que impossibilita esse tipo de trabalho em sala de aula. O professor Marcos também seguiu um raciocínio semelhante, quando apontou como justificativa o fato do livro didático utilizado na escola não tratar de nenhum tema da história de Mossoró. Esses elementos sugerem que há uma dependência excessiva desses professores em relação a este suporte pedagógico, uma vez que na ausência do mesmo não há como trabalhar os conteúdos históricos. O professor Inácio ainda destaca: “o único material didático que eu tinha sobre Mossoró era um livro para os primeiros anos do Ensino Fundamental que, aliás, não tenho mais”. (Entrevista Inácio, p. 1).

Entre os professores que afirmaram trabalhar com as temáticas locais, identificamos que somente a professora Laura lamentou a escassez de materiais didáticos. A professora diz que tem dificuldades em relação a esse trabalho: “Não há materiais didáticos para se trabalhar a história de Mossoró. O único material que tenho sobre Mossoró é um livro didático para os primeiros anos do Ensino Fundamental”. (Entrevista Laura, p.1). As queixas sobre a escassez de materiais também foi apontada como um motivo para não se trabalhar com a história local pelos professores entrevistados por Rocha (2001).

Em contraste com o que foi dito pelos professores Breno, Marcos e Laura, o professor Afonso mostra que apesar de não possuir livros didáticos sobre Mossoró, isso não impossibilita o trabalho com esses temas, uma vez que há muito material que pode ser utilizado em sala de aula:

Existem entrevistas de bons historiadores. Nós trazemos para sala de aula depoimentos de historiadores. Nós trazemos vídeos com documentários. Até mesmo

¹³ Quando fiz a pesquisa para a monografia, em um total de dez professores de História, apenas três deles disseram que costumavam trabalhar alguma coisa da história de Mossoró em suas aulas. Alguns professores não consideravam a história de Mossoró um conteúdo muito relevante. Preferiam se dedicar aos conteúdos das chamadas, história do Brasil e da história geral, presentes nos livros didáticos. Alguns professores disseram também que a história local não precisava ser ensinada no nível Fundamental, já que os alunos estudam esses conteúdos nas séries anteriores, do 1º ao 5º ano.

filmes. Existem filmes que você pode trabalhar em sala de aula: um filme relacionado ao cangaço, você pode trabalhar e trazer para nossa realidade aqui. Além de matérias de jornais, de revistas, que já saíram no passado. A Fundação Vingt-un Rosado - estou citando aqui essa - tem muito material bom que a gente pode trazer. A gente traz para escola e trabalha com eles. Até para facilitar o aprendizado. Então, toda fonte: vídeo, áudio, revistas, jornais, enfim, facilitam para o aprendizado dos alunos. (Entrevista Afonso, p. 9).

Outros professores também disseram que costumam trazer para sala de aula, jornais, revistas, vídeos de entrevistas com pessoas que viveram em tempos passados¹⁴, filmes e livros. A ideia do que pode ser utilizado em sala de aula depende da própria concepção do que é uma aula de história, bem como do que é História e quais são os objetivos do seu ensino.

Perguntamos aos professores quais são os conteúdos relacionados à história de Mossoró, trabalhados em sala de aula. Os conteúdos destacados são: o *cangaço*, a *invasão de Lampião*, a *história de Lampião*, a *escravidão*, o *30 de setembro*, a *questão do petróleo*, o *meio ambiente*, a *origem da cidade*, a *origem das oligarquias*, o *patrimônio histórico*, os *interesses eleitorais* e o *sindicato do garrancho*¹⁵. Os professores disseram que abordam os conteúdos da história de Mossoró relacionando-os aos conteúdos do livro didático. Também costumam tratar esses conteúdos de acordo com o calendário festivo da cidade. Foi possível perceber que alguns professores não fazem um trabalho sistemático com esses temas; não incluem, por exemplo, nenhum tema específico que seja referente à Mossoró nos seus planejamentos. O estudo desses assuntos fica restrito, em alguns casos, à eventualidade, como nos fala a professora Elizete: “eu falo sobre Lampião e sobre o 30 de setembro quando chega a época dos festejos da cidade, no mês de setembro”. (Entrevista Elizete, p.1).

A professora Laura nos informa o seguinte:

Os conteúdos da história de Mossoró são trabalhados nos primeiros anos do Ensino Fundamental, do 1º ao 5º ano. A partir do 6º ano o professor se preocupa em trabalhar os conteúdos do livro didático, que não trazem nenhum conteúdo específico sobre o Rio Grande do Norte ou Mossoró. Sempre que trabalho algum tema da história de Mossoró a aula fica descontextualizada em relação ao que vinha sendo trabalhado antes. Eu falo sobre esses temas da história de Mossoró a partir do calendário festivo da cidade, principalmente no mês de junho. (Entrevista Laura, p.1).

¹⁴ O professor Breno disse que já levou para a sala de aula gravações que ele mesmo fez de um programa chamado “Mossoró de todos os tempos”, que vai ao ar semanalmente num canal por assinatura. É um programa apresentado pelo Magnífico Reitor da UERN, prof. Milton Marques de Medeiros, que realiza entrevistas com diversos sujeitos que viveram em outros tempos, na cidade de Mossoró e regiões vizinhas.

¹⁵ Esse foi o nome como ficou conhecido o sindicato dos salineiros.

[...] muitas vezes essas temáticas aí só aparecem no mês de setembro. Porque aqui é assim: chegou setembro, aí parece que Mossoró se vira para todas essas quatro temáticas que você me mostrou. Passou setembro, esquece que existiu Lampião, esquece que existiu Ana Floriano, esquece tudo. Então às vezes elas [as temáticas] surgem através de conversas. Dependendo do interesse que você desenvolva no desenrolar da situação. Às vezes o aluno se interessa mais e outro não. Aí você pode passar um trabalho de pesquisa, pode-se debater isso na sala, mostrar [...] um lado e o outro da coisa. (Ibidem, p. 7).

O professor Leonardo destacou: “relaciono os conteúdos do livro didático com o calendário festivo da cidade. Então, no mês de setembro, naquela turma onde eu estou trabalhando a escravidão no Brasil, eu falo sobre essas comemorações que acontecem aqui, que festejam a conquista da liberdade” (Entrevista Leonardo). Como se pode notar, a abordagem das temáticas locais aparece, em alguns casos, vinculada às efemérides municipais. Para trabalhar conteúdos históricos referentes à Mossoró, os professores utilizam a atmosfera festiva da cidade nos meses de junho e setembro, quando se comemoram, respectivamente, a resistência ao bando de Lampião e a libertação dos escravos¹⁶.

Os objetivos que norteiam a seleção dos conteúdos da história mossoroense também foram elencados pelos professores. Nos questionários, solicitamos aos participantes que apontassem por que, ou para quê, ensinam conteúdos da história mossoroense. Foi pedido que ordenassem a partir de um critério de importância – utilizando a escala de 1 a 6, sendo o número 1 para o que julgassem como o mais importante e o número 6 para o menos importante - as razões que justificam suas escolhas. Identificamos então, os objetivos que organizam o ensino desses temas¹⁷. Com essas informações, é possível notar que quando os professores dizem da importância e dos objetivos, revelam também as *funções* que o ensino de História deve desempenhar para os seus alunos. Isso implica dizer que nessa tarefa de explicitar as funções do conhecimento histórico na vida prática, os professores já estão pondo em funcionamento as suas consciências históricas.

Os professores Breno, Elizete e Maria, assinalaram como principal objetivo o *desenvolvimento da identidade mossoroense*. A professora Sandra indicou o desenvolvimento da identidade como o segundo objetivo mais importante e a professora Laura como o terceiro mais importante. A professora Laura também indicou como o principal objetivo a terceira opção do nosso questionário, *para que os alunos conheçam o passado*. Os

¹⁶ Para comemorar essas datas, no mês de junho a Prefeitura promove o espetáculo teatral “Chuva de Bala no país de Mossoró”, que retrata o episódio da resistência dos mossoroenses ao bando de Lampião. Em comemoração ao aniversário da abolição, a Prefeitura promove o espetáculo teatral, “Auto da Liberdade”. Neste, é elaborada uma narrativa que reúne os grandes acontecimentos de Mossoró: o Motim das Mulheres, a Abolição dos Escravos, a Resistência ao Bando de Lampião e o Voto Feminino.

¹⁷ Ver anexo.

professores Leonardo, Sandra e Afonso, assinalaram como principal objetivo a opção que dizia, *para que os alunos percebam as utilizações ideológicas do passado*. Os professores Humberto e Elizete, indicaram este último como o segundo objetivo mais importante, e a professora Maria indicou como sendo o terceiro objetivo na sua lista de prioridades. Outra opção que figurou entre as escolhas dos professores foi a que dizia, *para que os alunos conheçam o passado de glórias de Mossoró*, selecionada pelas professoras Laura e Maria, como o segundo objetivo mais importante. O professor Breno nos informou também que tem como objetivo “mostrar como Mossoró está inserida no contexto nacional”. (Entrevista Breno, p. 1). E o professor Afonso destacou também que ao trabalhar com a história mossoroense pretende fazer com que os alunos “entendam, a partir do conhecimento do passado, o porquê das coisas serem assim no presente”. (Entrevista Afonso, p. 2).

É interessante ressaltar que nenhum professor assinalou a *exigência da escola* como motivo para se trabalhar esses conteúdos. Esse dado pode sugerir que talvez não haja uma determinação clara do próprio poder público municipal no sentido de exigir um determinado ensino da história de Mossoró – ao menos não para esse nível escolar (6º ao 9º ano).

Os objetivos dos professores compõem um quadro bastante diverso a partir do que eles julgam ser importante quando ensinam História. Por vezes, aparentam até mesmo cair em contradição, como no caso da professora Maria, que indicou as opções, *para que os alunos conheçam o passado de glórias de Mossoró* e *para que os alunos percebam as utilizações ideológicas do passado*, como elementos importantes para trabalhar as temáticas locais em sala de aula¹⁸. A professora mantém uma interessante relação com a espacialidade “país de Mossoró”. No mês de setembro, quando a cidade vive o clima das festas da liberdade, a professora propõe aos seus alunos o desenvolvimento de peças teatrais inspiradas no *Auto da Liberdade* e no *Chuva de Bala no País de Mossoró*. Ao que parece, a professora figuraria como um exemplo de atuação pedagógica, consciente ou inconsciente, que serve aos interesses da família Rosado. Contudo, destacamos uma vez mais que a professora apontou como função do ensino da história mossoroense, a capacidade, a ser conquistada pelos seus alunos, de perceberem os sentidos ideológicos do passado. Além disso, a professora Maria se mostrou ciente de que a iniciativa do poder público local em disseminar uma memória através dos espetáculos teatrais – este foi o item de número 3 do nosso questionário – tem por objetivo *desenvolver nos cidadãos uma identidade com a elite de Mossoró*. Não obstante,

¹⁸ Por razões logísticas, lamentavelmente não conseguimos fazer uma entrevista áudio gravada com a professora Maria. Só tivemos um contato com ela, que foi justamente na oportunidade que aplicamos o questionário.

favorecer a elite de Mossoró não está entre as metas da professora quando ensina História. Destacamos com isso, a complexidade que reveste a relação que a professora Maria estabelece com o “país de Mossoró”. Identificamos algumas compreensões semelhantes durante as entrevistas com os demais professores.

Veremos a partir do próximo tópico como os professores utilizam os conhecimentos históricos no processo de orientação temporal, desvelando as diversas relações que estabelecem com os enunciados que formam a espacialidade “país de Mossoró”. É relevante salientar que ao identificarmos a importância do ensino da história de Mossoró para os professores, já é possível perceber que eles apresentam compreensões distintas daquelas elaboradas pela produção acadêmica mossoroense. Como demonstramos no primeiro capítulo, os autores José Lacerda, Paiva Neto e Emanuel Braz, manifestam uma visível preocupação no que se refere ao ensino escolar da história mossoroense, uma vez que este ensino é descrito como *fantasioso, manipulado, ideológico e mitológico*, pronto a servir diretamente aos interesses eleitorais da família Rosado. Até este ponto, os professores demonstraram certa distância em relação ao que é dito por esses autores.

3.3 - Os sentidos do tempo: a consciência histórica dos professores

Mossoró é uma cidade singular. Os sentimentos de pertencimento ao local são tão fortes nesta cidade que as pessoas que chegam para trabalhar, morar ou estão de passagem, mas têm a oportunidade de ficar um instante, são acometidas constantemente de um sentimento de “estranhamento”. Percebe-se realmente como um verdadeiro estranho, um “estrangeiro”. (NOBREGA, 2007, p. 10).

O texto que abre esse tópico comunga da versão elaborada pela produção acadêmica mossoroense. Nóbrega (loc. cit.) cita ao longo do seu trabalho alguns trechos retirados dos livros de Lacerda¹⁹, Paiva Neto e Emanuel Braz, a fim de mostrar que existe, de fato, uma identidade mossoroense singular. Para ele, não se trata de simples bairrismo, uma vez que as pessoas nascidas em outros lugares sentem-se estrangeiros quando chegam nesta terra, como se tivessem sido teletransportadas para outro *país*, bastante diferente do seu, diga-se de passagem. Assim como a produção acadêmica mossoroense, Alessandro Nóbrega também entende que esse forte sentimento de pertença ao lugar é produzido pela família Rosado e atende aos interesses políticos da mesma. Com a sua escrita, Nóbrega dá a ver uma Mossoró centrada em torno desta identidade. Entendemos que o autor, ao essencializar e

¹⁹ Alessandro Nóbrega (2007, p. 60) reconhece que sua pesquisa foi inspirada exatamente no trabalho de Lacerda Felipe (2001).

generalizar a identidade, contribui também para reafirmar uma espacialidade mossoroense que emoldura o lugar, oportunizando uma maneira de ver e dizer Mossoró. Consideramos que essa maneira de ver a cidade é um efeito do sentido que foi engendrado pela produção acadêmica mossoroense.

Tomando esse raciocínio como ponto de partida, pode-se imaginar que o mossoroense seria um sujeito absolutamente centrado em sua identidade local. Seria um patriota do lugar, capaz de fazer demonstrações de sua identidade com força suficiente para causar um sentimento de desterritorialização nos cidadãos de outros lugares. Portanto, as palavras de Nóbrega alimentaram, em certa medida, as nossas perspectivas e expectativas quanto ao que encontraríamos nas escolas. A partir dessa ideia, vemos como se expressam as consciências históricas dos professores e como os passados são recompostos pelas suas narrativas.

3.3.1 – Orientações para o tempo presente

Há um primeiro aspecto a ser destacado na fala da professora Laura, quando aponta as funções que o ensino da história de Mossoró deve ter para os seus alunos. Quando se deparou com a alternativa do nosso questionário que dizia, *para que os alunos conheçam o passado de glórias de Mossoró*, a professora disse: “Não concordo com essa ideia de passado de glórias. Digo isso porque estou pensando na morte de Jararaca. Ela deveria ser vista como um ato de covardia e não como motivo de orgulho²⁰”. (Entrevista, Laura, p. 1). Ao longo da entrevista, a professora fala uma vez mais sobre o espetáculo teatral *Chuva de Bala no “País de Mossoró”*, e expressa sua visão:

A parte do espetáculo que eu acho mais chocante, que eu escuto os comentários até hoje, quando mamãe fala – porque ela tinha um amigo que era da polícia nessa época: é a forma como mataram Jararaca. Eu acho vergonhosa. Porque mamãe comenta que ele dizia que realmente foi verdade, Jararaca entrou no corredor do cemitério e cada soldado tinha uma faca – uma baioneta como eles chamavam – de um lado para outro. E furaram ele todinho antes de entrar. E ele estava com as mãos amarradas. E ele disse que se soltasse uma das mãos dele, ele morria, mas ele levava um bocado com ele. Então, ele tinha muito mais coragem. (Ibidem, p. 6).

²⁰ A professora refere-se ao momento do espetáculo, *Chuva de bala no país de Mossoró*, em que o cangaceiro Jararaca, após ser capturado pelos mossoroenses, é morto a golpes de faca e tem as pernas quebradas porque a cova que haviam preparado para ele era pequena.

Na sequência, a professora conclui esse trecho do relato com uma pertinente indagação:

Aí é quando eu pergunto – desde a faculdade até hoje eu tenho uma dúvida: Lampião é herói ou bandido? Até hoje eu não tenho resposta. Eu acho bonito o espetáculo, a forma e a coragem como o pessoal enfrentou, porque realmente demonstraram coragem, mas até hoje eu me pergunto, ele é herói ou bandido? Eu não tenho a resposta. (Ibidem. p. 6).

Nesse relato, podemos identificar como a professora mobiliza o conhecimento das experiências – o assassinato do cangaceiro, com requintes de crueldade – que estão carregadas de significados – a interpretação do assassinato como um ato de covardia – e que produz um sentido que a orienta no tempo presente – a relativização da maldade do cangaceiro Lampião, ou ainda, a relativização do próprio heroísmo mossoroense. Aqui, podemos ver que a consciência histórica nos faz reportar ao passado para justificar nossos posicionamentos e ideias atuais. Essa orientação conduz a professora Laura ao questionamento da interpretação dominante construída pela narrativa oficial, segundo a qual, Lampião é um bandido cruel, que se orgulha em cantar os versos:

Eu já fiz bala chover
Estrela correr
O tempo parar
Matei por matar
Só pra ver morrer
Fazer Sol quente esfriar²¹

Podemos desdobrar o pensamento da professora da seguinte maneira: se Lampião é considerado um bandido porque aterrorizava as pessoas – matando, torturando, roubando, etc. – o fato de os mossoroenses terem praticado a tortura e assassinado covardemente um membro do seu bando, finda por igualar os dois lados desta disputa. A mesma opção do nosso questionário que se refere às *glórias de Mossoró* provocou uma interpelação no professor Leonardo, que também apresentou uma visão que diverge do que é veiculado nos espetáculos teatrais. Quando fala sobre o modo como ele apresenta, em sala de aula, os conteúdos da história de Mossoró, o professor revela sua compreensão acerca dos interesses políticos que estão depositados na prática de disseminação da história, realizada pelo poder público municipal:

²¹ Chuva de Bala no País de Mossoró. Direção de João Marcelino. Fundação Municipal de Cultura

Trabalho a história de Mossoró de forma crítica, mostrando os interesses eleitorais, porque a história de Mossoró como é contada pelo poder público tem interesses eleitorais. Por que não se fala na história da classe trabalhadora? Do sindicato do garrancho? Das organizações sociais? Os alunos devem conhecer o passado a partir de uma visão crítica, para que sejam cidadãos conscientes. Essa coisa de “glórias do passado” é melhor deixar para o Chuva de Bala. (Entrevista Leonardo p. 1).

De uma forma diferente daquela apresentada pela professora Laura, podemos identificar que o professor Leonardo também sustenta uma posição crítica em relação à narrativa oficial. Ele deseja fazer com que seus alunos percebam os interesses eleitorais do poder público. Para o professor, essa posição crítica é o que faz do cidadão um sujeito *consciente*, sendo que a aquisição desta consciência é assinalada como a função do aprendizado histórico. Cabe elucidar que o professor utiliza a noção de *consciência* de uma maneira semelhante àquela que discutimos anteriormente, a saber, como uma meta a ser alcançada. Como se só a partir de um determinado momento, estágio, maturação, experiência ou aprendizado, o sujeito pudesse ter consciência.

Como advertimos no segundo capítulo, esse sentido distingue-se inteiramente da maneira como nós empregamos o conceito de *consciência histórica*. A perspectiva de consciência histórica que adotamos aqui se encontra revestida de uma característica universal, como bem assinalou Rüsen. (2001, p. 78). Por definição, todas as pessoas têm consciência histórica. Não obstante, como nos lembra Cerri (2011, p. 67) ela “pode ser mais ou menos aprofundada, mais ou menos adequada ao seu contexto, mais ou menos envolvida por mitos e preconceitos”. É preciso ressaltar que “não se trata de imaginar que ‘consciência’ seja algo que se tem ou não se tem, ou que se tem do jeito certo ou errado, ou que possa ser doado de um sujeito para outro, pois isso significaria a imposição cultural de uns sobre outros”. (Ibidem, p. 66). Isso implica dizer que o fato de todos possuírem consciência histórica não significa dizer que o ensino escolar da História seja desnecessário. Ora, é precisamente sobre a dimensão da consciência histórica que atua o ensino escolar da História, promovendo um aumento das experiências do tempo (ampliando o conhecimento do passado humano), bem como potencializando as capacidades interpretativas dessas experiências (construindo significados), para que o sujeito, o aluno, tenha mais possibilidades na criação de sentidos temporais e possa orientar a sua vida no presente. (RÜSEN, 2010, p. 84).

O professor Leonardo retomou essa perspectiva *crítica* quando perguntamos de que maneira ele classifica a iniciativa da Prefeitura em promover uma memória histórica desejável – item de número 3 do questionário²². Segundo o professor, o objetivo é *dominar*

²² Ver anexo.

ideologicamente os cidadãos. Durante a entrevista, perguntamos como ele trabalha os marcos históricos de Mossoró com os seus alunos (Motim das Mulheres, Abolição dos Escravos, Resistência ao Bando de Lampião e Voto Feminino), ao que se seguiu um detalhamento maior de sua visão:

Eu mostro a eles que esses fatos existiram e que tiveram a sua importância, mas não no sentido de mudança, de uma melhoria de vida para população. Mas esses fatos são utilizados com objetivos eleitorais, como eu falei anteriormente, e eu mostro para o aluno que nós não devemos nos apegar a essa retórica da classe dominante. Quer dizer, a população tem que participar, tem que questionar sobre os diversos problemas que nos afligem em nosso dia a dia, em nossa vivência, como o transporte coletivo, como moradia, como a escola, como assistência médica, a segurança por exemplo. A gente prepara a criança, o adolescente para que ele, no futuro, possa ter a possibilidade de conseguir um emprego, mas também ter a possibilidade de desenvolver o seu raciocínio, a sua intelectualidade, para contribuir na melhoria da qualidade de vida. (Entrevista Leonardo, p. 4)

A partir do que foi dito, há que se observar a presença de uma clara recusa ao que é veiculado pelas narrativas oficiais. O professor Leonardo articula um sentido do tempo que leva ao questionamento e à desconfiança dos interesses eleitorais da família Rosado, que, para ele, estão presentes nas formas de contar a história dos grandes acontecimentos de Mossoró. Ele espera que a sua atuação enquanto professor de História contribua para que os seus alunos não se apeguem à *retórica da classe dominante*. Em vez disso, eles devem cobrar dos grupos dirigentes a solução para os vários problemas sociais, que castigam os cidadãos mossoroenses. Para ele, a História cumpre uma importante função nesse processo. Estes são os objetivos formativos que ele pretende desenvolver nos seus alunos.

As demais entrevistas também trazem elementos que contribuem para mostrar a existência de diferentes sentidos para a espacialidade “país de Mossoró”. Esses sentidos se mostram muitas vezes como contraponto em relação ao que é disseminado pelos inúmeros mecanismos que veiculam as representações de heroísmo, pioneirismo, bravura, etc., referentes ao passado da cidade.

Da mesma forma que o professor Leonardo, o professor Afonso também identificou que as estratégias da família Rosado em disseminar uma determinada memória dos acontecimentos têm por objetivo *dominar ideologicamente os cidadãos*. Quando perguntamos sobre o modo como trabalha os conteúdos da história local, ele nos diz:

São superinteressantes. Inclusive, eu trabalho essas questões em sala de aula, e em todos os lugares onde eu tenho a oportunidade de proferir alguma palestra, alguma coisa... Agora, é preciso que isso seja visto não da maneira como muitas vezes o poder público transmite. Por exemplo, o chuva de bala no país de Mossoró: existem

muitas distorções naquele espetáculo. Lógico que os diretores e as pessoas que vêm de outros estados para dirigir aquele espetáculo, dizem: “nós estamos aqui fazendo um pouco da realidade, mas tem um pouco de ficção, afinal você não pode fazer a coisa como realmente aconteceu”. Tudo bem, você não pode fazer a coisa real, mas você também não pode colocar coisas que não existem. (Entrevista Afonso, p. 7).

O professor Afonso manifesta uma posição clara de combate à narrativa do espetáculo *Chuva de Bala*. Ele mostra que é preciso ter cuidado com as *distorções* apresentadas, uma vez que não informam sobre a realidade do acontecimento. Apesar de não ter explicitado quais seriam essas distorções, está claro que o professor Afonso compreende que a narrativa do espetáculo não corresponde à realidade, portanto, é considerada como sendo falsa. Ele não se orienta temporalmente a partir dela e procura fazer com que os seus alunos, e demais interlocutores, tenham uma percepção semelhante. Fazemos aqui um paralelo com o exemplo de Wertech, do qual falamos no segundo capítulo. A narrativa do *Chuva de Bala* não foi *interiorizada* pelo professor, tendo em vista que ele não manifesta uma adesão aos valores que nela estão agregados. Ao ser entendida como falsa, não lhe serve para atribuir sentido às experiências no tempo.

Podemos ver, desde já, que há nas escolas de Mossoró determinados tipos de interpretação da história as quais os autores José Lacerda, Paiva Neto e Emanuel Braz, não suspeitam da existência. Ora, as estratégias políticas da família Rosado em disseminar uma memória histórica desejável são compreendidas pelos professores Leonardo e Afonso, de forma semelhante à maneira como esses próprios autores o fizeram. Como ficou demonstrado no primeiro capítulo, esses autores manifestam profunda preocupação acerca de um suposto ensino de História que apenas favorece aos interesses dos dominadores, garantindo a perpetuação do seu poder. Eles não consideram que possa haver, nas escolas da cidade, formas de recusa, contestação e desvios dos significados produzidos pelas imagens canônicas da história de Mossoró. Esse é um limite da maneira como a espacialidade mossoroense foi por eles engendrada. Ao generalizar os significados dos construtos que formam o “país de Mossoró”, esses autores fecharam seus olhos para outras formas de significação que possam existir. Parafrazeando Rüsen (2007, p. 106), diríamos que eles subestimaram o papel produtivo dos sujeitos. Segundo Rüsen (Ibidem, p. 119), é preciso considerar a dinâmica da subjetividade que participa decisivamente do aprendizado histórico, podendo conduzir os sujeitos a novos questionamentos, motivando novas leituras do passado.

3.3.2 – As identidades com Mossoró

Mossoró tem 250 mil habitantes, que sempre relatam, com entusiasmo, a história do cangaceiro Jararaca. Empolgado, o mossoroense falará da coragem do grupo de conterrâneos que, em 1927, enfrentou Lampião e o expulsou de seu país. Depois, quando o sangue lhe subir, o mossoroense lembrará a façanha dos heróis que capturaram o temido Jararaca, braço direito do temido cangaceiro Virgulino Ferreira da Silva. (FARIAS, 2009, p. 2-3).

Este fragmento foi retirado de um texto, intitulado “O país de Mossoró”, que faz um relato irônico de alguns aspectos encontrados na cidade. O texto ressalta que existem muitas excentricidades no “país de Mossoró”, como por exemplo, o estranho hábito do prócer ter nomeado seus filhos com os números 17, 18, 19, 20 e 21, todos no idioma francês, o intenso e implacável calor, a água quente que sai das torneiras, o hábito dos jovens mossoroenses comerem sanduíches utilizando garfo e faca, a presença de uma população de morcegos que já faz parte da paisagem urbana, a produção de histórias e mitos pela Coleção Mossoroense, além, é claro, da defesa incondicional dos grandes feitos heroicos que os mossoroenses praticam incessantemente. Consideramos que a estigmatização do mossoroense realizada nesse texto é um efeito de sentido orientado por uma dada leitura de Mossoró, sendo que entre as fontes utilizadas por este jornalista encontra-se o livro, *A (Re) Invenção do Lugar*, do professor José Lacerda (2001)²³. Obviamente, ao chamarmos atenção para o fato de que o trabalho de José Lacerda pode ter alimentado uma interpretação estereotipada do mossoroense, não estamos querendo afirmar que ele seja inválido. Ressaltamos que o seu trabalho, bem como os trabalhos de Paiva Neto e Emanuel Braz, podem atuar na produção de sentidos estigmatizados do Mossoroense, dada a ênfase em dois aspectos: as intenções da família Rosado em utilizar da história e da memória em proveito próprio e a relação entre o mossoroense e a versão da história fabricada pelos Rosado, entendida como plenamente aceita pelas pessoas do lugar.

Mantendo essa interpretação como pano de fundo, veremos a partir deste tópico como os professores de História constroem suas identidades em relação à cidade. A questão norteadora aqui é entender de que forma a consciência histórica dos professores expressa suas identidades em relação à Mossoró. Para dar conta disso, perguntamos aos professores o que é

²³ “Em seu trabalho, Felipe afirma que a criação imagética do País de Mossoró foi uma das formas encontradas pela família Rosado para dominar politicamente a região. Baseia seus argumentos no estudo dos ‘heróis civilizadores’ e na criação de mitos que contribuíram para o fortalecimento da identidade cultural do mossoroense”. (FARIAS, 2009, p. 4).

Mossoró, no intuito de identificarmos os significados que a cidade assume para eles. Os professores se apegam a diversos aspectos de Mossoró.

A professora Laura nos responde:

Aí eu vou usar o lema da prefeita: *eu adoro Mossoró*²⁴. Eu não troco por nenhuma outra cidade. Eu não tenho a menor vontade de sair daqui para morar em outro local. Nem em Parnamirim, que eu nunca gostei, nem Natal, nem capital nenhuma. Prefiro isso aqui. Eu sei que a gente tem os problemas de administração, mas qual é a cidade que não tem? A violência também está presente aqui. A questão política também que sai Rosado e entra Rosado, é sempre a mesma coisa. [...] Eu gosto de sair para o centro e resolver tudo de uma vez no mesmo canto – eu adoro isso. Eu saía de Natal e vinha para cá, fazer compra aqui. O povo sai daqui para fazer compra lá. Eu passava meu tempo todo lá, quando eu vinha para cá era meu dia de festa, porque eu ia para o centro, eu me virava, comprava tudo que eu queria sem está precisando de ninguém. Eu gosto da comodidade daqui. Às vezes quando se fala que Mossoró é interior, eu até que acho parecido. Mas é isso também que eu gosto. Apesar da violência eu me sinto mais tranquila aqui do que em andar numa capital, com a exceção de João Pessoa – que eu achei interessante, mas também não quero morar lá, prefiro aqui mesmo. (Entrevista Laura, p. 4).

Está claro que Mossoró tem um significado muito especial para a professora Laura. O fato de já ter morado em cidades diferentes – Parnamirim e Natal – e ter viajado para vários lugares do Brasil – como João Pessoa – parece ter reforçado ainda mais o sentimento de que pertence a este lugar. A comparação que faz entre as cidades, a partir de uma perspectiva experiencial (TUAN, 1983), resulta no julgamento afetivo de que Mossoró é o melhor lugar para se viver, apesar dos seus problemas sociais, como a violência, bem como os problemas políticos e administrativos. É interessante ressaltar que diante desses problemas, a professora pondera: *qual é a cidade que não tem?*

A visão do professor Leonardo é um tanto diferente:

Mossoró é uma área geográfica, habitada por nós potiguaras, e por pessoas que vieram de outros municípios e de outros estados para morar aqui. Mossoró é essa área em que nós vivemos, esse território, que eu considero um solo que tem riquezas, tem muito petróleo. Se bem que dizem que está diminuindo. Nós temos riquezas, temos calcário... Suas terras, uma parte delas é agricultável, é boa. Uma cidade que eu considero um polo de desenvolvimento. Uma cidade polo que é importante, não só para quem habita aqui, mas também para os municípios circunvizinhos. Hoje, nós temos duas universidades públicas, além das universidades privadas. Nós temos o Instituto Técnico Federal, nós temos escolas de segundo grau, privadas e públicas. Enfim, Mossoró é uma cidade importante no contexto econômico e político do Rio Grande do Norte. O que eu vejo é que os nossos governantes são muito descuidados com relação à política educacional, à política de saúde, que anda meio devagar, meio capenga. Mas para mudar isso tem que ter a participação popular. O povo tem que acordar, tem que ter consciência. Aliás, eu acho que os nossos governantes preferem a “massa” ao invés de “povo”.

²⁴ Esse foi o slogan da última administração de Rosalba Ciarline, atual governadora do estado, a frente da Prefeitura Municipal de Mossoró – 2001 – 2004.

Porque o povo tem história. O povo, subentende-se, participa das decisões políticas e econômicas. Enfim, participa da vida de um município, de uma comunidade. O povo tem história, reivindica direitos, mas infelizmente na história do Brasil, desde o período colonial, os nossos governantes preferem “massa”, porque ela não participa e serve de manobra. (LEONARDO, 2012, p. 2)

A descrição inicial de Mossoró como *área geográfica* revela uma explicação bastante objetiva, desprovida de sentimentos afetivos em relação ao lugar de origem. Não obstante, à medida que prossegue em sua narrativa, o professor passa a apresentar elementos que conferem à Mossoró um conjunto de qualidades: *é uma cidade importante*, que possui universidades, escolas; com muitas *riquezas*, terras férteis, petróleo, calcário; figurando como um *polo de desenvolvimento*, tendo importância econômica e política para todo o Rio Grande do Norte. O professor parece estar fazendo uma propaganda de Mossoró, dando uma visibilidade à cidade que enfatiza diversos elementos positivos, mostrando uma relação de identidade com esses aspectos do desenvolvimento. Além disso, os males de Mossoró provêm da má administração pública, que é indiferente aos problemas da educação e da saúde. Nesse ponto, cabe ressaltar uma determinada leitura do passado. Para ele, os problemas de administração estão situados numa recorrência de longa duração. Desde o período colonial, os nossos governantes demonstram uma falta de zelo para com a população, usando a *massa* para fazer manobras. De acordo com o professor Leonardo, esse quadro só irá mudar quando o povo *acordar*, tomar *consciência* de que tem de agir como *povo*, participando das decisões políticas, reivindicando seus direitos, etc. Neste exemplo, podemos ver mais uma vez como o professor estabelece uma ponte que vai do presente para o passado, criando uma orientação histórica.

O professor Afonso apresenta uma visão híbrida, contendo elementos das narrativas anteriores:

Primeiro, eu gosto muito de Mossoró, sou mossaoroense, como se diz, mossaoroense da gema. Gosto muito da cidade de Mossoró. Lógico que tem algumas coisas que a minha disciplina desperta e que eu não concordo em Mossoró. Por exemplo, vou logo entrar nessa questão da política, política partidária mesmo. Eu acho que essa coisa da oligarquia tem feito com que Mossoró se atrase um pouco. Hoje, a gente vê que outras cidades, até mesmo como Parnamirim, já está em termos de desenvolvimento, chegando perto de Mossoró. E outras cidades pequenas, como Caicó, Currais Novos, Pau-dos-Ferros, estão avançando. Eu penso que essa questão da oligarquia atrapalhou um pouco esse desenvolvimento de Mossoró. Apesar de dizerem que nos últimos anos Mossoró tem crescido. Tem crescido sim, mas a iniciativa privada é que tem contribuído para esse crescimento. Há empresas que estão vindo de fora. Tem a questão do aquecimento imobiliário, mas isso parte da iniciativa privada. Na medida em que a iniciativa privada contribui para esse crescimento, as necessidades básicas da população não estão acompanhando esse desenvolvimento. A questão do transporte coletivo de Mossoró é precária, e isso é uma função do poder público. A saúde, a própria educação deixa muito a desejar.

Entendo que estas são funções do poder público. Então Mossoró está crescendo através da iniciativa privada, mas o poder público não está acompanhando esse crescimento. A violência também é outro ponto negativo: nos últimos dez anos Mossoró tem se tornado uma das cidades mais violentas do Nordeste. Temos a questão da criminalidade, do tráfico de drogas. Muitos jovens e adolescentes, de 16 a 23 anos, estão sendo levados para esse caminho. E isso é um ponto negativo de Mossoró. Mas eu gosto daqui. Nunca pensei em sair de Mossoró e quero viver o resto da minha vida aqui nessa cidade. (AFONSO, 2012, p. 6).

Como se pode ver, comparando com a narrativa do professor Leonardo, o professor Afonso faz críticas ainda mais severas à administração pública e nesse primeiro momento destaca apenas os pontos negativos da cidade: o aumento dos índices de violência e do consumo de drogas entre a população mais jovem, a precariedade do transporte público e dos serviços saúde. Segundo o professor, tais mazelas são frutos da presença política de uma oligarquia em Mossoró, que prejudicou o desenvolvimento da cidade. Apesar desses problemas, ele gosta muito de Mossoró e diz que nunca pensou em sair desta cidade, mostrando um elo afetivo com a cidade, semelhante ao que foi apresentado pela professora Laura.

Solicitamos ao professor Afonso que apresentasse, então, os aspectos positivos que existem em Mossoró e que o ajudam a manter essa relação de indulgência para com a cidade. Os aspectos positivos foram elencados da seguinte maneira:

Eu penso que essa hospitalidade. O povo de Mossoró é muito hospitaleiro, recebe as pessoas muito bem. Mesmo com tanta violência, Mossoró ainda é aquela cidade que tem características de uma cidade pequena, de interior. Praticamente, todo mundo se conhece. Enfim, esse é um ponto positivo. Ainda não tem aquela característica de metrópole. Eu não sei, eu tenho muito medo dessa coisa de metrópole. Então eu acho que o ponto positivo é esse: é o fato de ainda ter aquela característica de uma cidadezinha, não querendo menosprezar, nem dizer que é pequena. É uma cidadezinha do interior mesmo, com características de interior. Isso é um ponto positivo que eu acho na nossa cidade. (Ibidem).

Quando fala do que acha positivo, o professor Afonso circunscreve Mossoró numa espacialidade de *cidade do interior*. Em sua fala, a professora Laura também se mostrou simpática a essa ideia. O professor Afonso imagina Mossoró como uma cidade interiorana, onde todos se conhecem e recebem muito bem as pessoas vindas de fora. Apesar de ver com bons olhos o desenvolvimento da cidade, ele se contrapõe enfaticamente à ideia de Mossoró como *metrópole*. Prefere uma Mossoró hospitaleira, como *uma cidadezinha de interior mesmo*.

O professor Breno apresenta Mossoró a partir de outros temas, manifestando preocupações diferentes das que foram identificadas até aqui. Perguntado sobre o que Mossoró representa para ele, o professor responde:

Sinceramente, Mossoró para mim é tudo. O que ela representa para mim? Ela representa muita coisa: é a cidade onde eu nasci. Infelizmente, a meu ver, é uma cidade ainda muito sem memória. Você faz uma busca em Mossoró, de prédios antigos, de museus, de história de pessoas que são anônimas e se verifica que não existe um resgate da vida desse povo. É uma história voltada mais para aqueles que dominam a sociedade. Mas a cidade tem um potencial muito grande, na história. Fatos importantes que aconteceram na nossa cidade como, o Motim das Mulheres, a resistência ao bando de Lampião, são os mais conhecidos. Mas existe por trás desses grandes acontecimentos a história do dia a dia, das pessoas que dão a vida, de pessoas que lutam, das pessoas que enfrentam as dificuldades, as vicissitudes do dia a dia, para poder viver melhor. Acho que isso é bem mais interessante porque é a história de um povo que luta. É uma cidade construída pela vida de todas as pessoas, que de alguma forma fazem a cidade crescer. É a empregada doméstica, é o gari, as classes menos favorecidas, que com a sua luta, com a sua força de trabalho, fazem a cidade crescer no dia a dia. (Breno, 2012, p. 10)

O professor expressa uma forte afeição a Mossoró. Faz uma importante ressalva quanto à política de memória, que favorece apenas aos que *dominam a sociedade*. O seu pensamento mantém uma relação de contraponto ao que é disseminado pelo poder público local. Foi o único professor que se referiu espontaneamente à história da cidade para falar dos significados de Mossoró. Não obstante, o professor se identifica com outros personagens de Mossoró. Para ele, mais interessante do que a Resistência ao Bando de Lampião e o Motim das Mulheres, é a história das pessoas comuns, *anônimas*, que pertencem às *classes menos favorecidas* e fazem o cotidiano da cidade. A referência que ele faz aos grandes acontecimentos, amplamente divulgados e conhecidos, é para se afastar da costumeira e excessiva valorização, lamentando que na cidade não haja um interesse pela história de outros personagens, das *pessoas que lutam* e que contribuem para o crescimento de Mossoró.

A professora Sandra destaca uma série de aspectos negativos na cidade, que também foram destacados pelo professor Afonso:

Mossoró para mim, hoje é uma cidade desenvolvida até certo ponto. Houve um desenvolvimento muito grande na cultura. De certa forma, esse desenvolvimento gerou alguns empregos, mas ao mesmo tempo, com o crescimento da cidade, aconteceram algumas catástrofes e transtornos, como a violência que cresceu. [...] Hoje, Mossoró é uma cidade perigosa: a gente não tem mais a liberdade de andar nas ruas como a gente andava há alguns anos. Até mesmo durante o dia você anda e vê assaltos. A gente não tem mais essa liberdade nem de estar na calçada da nossa casa, ou até mesmo, dentro da nossa casa [...] A cada dia os problemas vão aumentando, as pessoas vão migrando para cá e a cidade vai realmente inchando. E eu vejo que isso vai estar muito mais grave no futuro. E isso vai se agravando porque a gente vê que a proposta urbana não é satisfatória, a gente vê que a prefeitura não trabalha com o desenvolvimento urbano da cidade. A questão do trânsito, por exemplo, é caótica, a cidade não é bem sinalizada [...] Daqui a alguns anos eu não sei como é que essas pessoas vão conseguir trafegar dentro dessa cidade. (SANDRA, 2012, p. 11-12).

Como fica claro, a professora demonstra uma grande preocupação quanto ao aumento da violência. Ela também faz uma prospectiva e imagina que no futuro os problemas irão se agravar. É importante observar que as perspectivas de futuro estão condicionadas à leitura que se faz do passado e do tempo presente. No processo de orientação, que também forma identidades, o tempo é diferenciado. A professora diz que no passado, as pessoas tinham mais liberdade para andar nas ruas e que hoje essa liberdade não mais existe, sendo que a partir dessas experiências, o futuro assume um caráter de incerteza. Portanto, a professora Sandra faz uma leitura bastante crítica do presente e não demonstra a mesma afeição por Mossoró que os seus colegas demonstraram - a partir de diversos motivos e com graus distintos de intensidade.

A dimensão do futuro também aparece nas narrativas de outros professores. A professora Laura expressa uma grande preocupação quanto à violência: “do jeito que nós estamos vamos ficar igual ao Rio de Janeiro e São Paulo. Não está muito difícil não. Mas enquanto esses bandidos estiverem matando uns aos outros eu fico até mais tranquila. O pior é que de vez em quando morre um inocente no meio da história”. (Entrevista Laura, p. 4). Assim como foi percebido na narrativa da professora Sandra, também identificamos que a professora Laura estabelece uma diferenciação do tempo: “eu lembro que há dez anos eu sentava na calçada da casa da minha mãe e nós ficávamos até uma hora da madrugada conversando, sem problema nenhum. Hoje a gente não senta de sete horas da noite, porque a gente tem medo”. (loc. cit.). Com esse exercício de prospectiva, realizado a partir da consciência histórica, Mossoró é comparada com outros espaços. No caso, Rio de Janeiro e São Paulo são destacados como espaços do medo, e a comparação expressa um temor de que Mossoró agrave o seu quadro de violência.

O futuro vislumbrado pelo professor Afonso é de intenso desenvolvimento: “eu acredito que Mossoró será uma metrópole. Será uma grande cidade, não só do Nordeste, mas uma grande cidade do Brasil, se ela continuar no ritmo que está”. (Entrevista Afonso, p. 6). O professor Breno se considera bastante otimista em relação ao futuro: “eu acredito em um futuro bem promissor: que as coisas vão melhorar na educação, afinal de contas temos duas grandes universidades que contribuem e muito já contribuíram para o crescimento dessa cidade”. (Entrevista Breno, p. 11).

A partir das leituras do tempo, e com as diferenciações que fazem entre passado, presente e futuro, Mossoró ganha várias características e assume espacialidades diversas: *cidade do interior, hospitaleira, desenvolvida, área geográfica, território, metrópole, caótica, sem memória* etc. Até o momento não foi possível perceber sentimentos de afeição por

Mossoró que tenham sido motivados pelo reconhecimento dos grandes feitos históricos. A única menção a esses grandes acontecimentos, feita pelo professor Breno, apresentou uma postura de crítica. Diante disso, perguntamos aos professores o que é o “país de Mossoró”.

3.3.3 – A magia do lugar: o “país de Mossoró”

*O país de Mossoró, mais do que uma ficção, é o fundamento do
genius loci de Mossoró, para o bem ou para o mal.
Iná Elias de Castro*

A professora Iná Elias de Castro foi a orientadora da tese de José Lacerda. O arremate que inserimos aqui neste tópico, como epígrafe, foi retirado do prefácio que ela escreveu para o livro do seu orientando. Consideramos que ele configura uma representação espacial. Tal representação é fruto de uma dada leitura da cidade – uma parte considerável dos significados que ela tem sobre Mossoró deve muito ao trabalho do seu orientando. A espacialidade mossoroense, como é pensada pela professora, pode ser entendida, a exemplo dos textos de Alessandro Nóbrega e Fabio Farias, citados anteriormente, como um efeito do sentido elaborado por José Lacerda. É oportuno destacar que, ao menos até a data em que escreve este prefácio, a professora Iná Elias de Castro nunca esteve em Mossoró. Ela conhece esse lugar por meio da narrativa de José Lacerda. Portanto, destacamos mais uma vez a força representativa que os escritos deste autor, assim como Paiva Neto e Emanuel Braz, assumem quando são apropriados por diversos leitores. O “país de Mossoró” é o *genius loci*, a magia e o espírito do lugar, considerado o fundamento da identidade mossoroense. Essa perspectiva nos instigou a entender as representações desse “país de Mossoró” que são formuladas pelos professores de História.

Quando solicitamos que nos dissesse o que é o “país de Mossoró”, a professora Laura demorou um pouco para responder e, ao contrário do que fez ao longo de toda a entrevista, demonstrou certa insegurança ao falar:

O país de Mossoró? Rapaz, eu acho que é até emocionante assistir ao espetáculo, eu não vou dizer que eu não estou lá assistindo... O chuva de bala no país de Mossoró. (Não está muito difícil não, tem chuva de bala toda semana. Daqui a pouco vai pegar mesmo aí por fora, se é que não já pegou, a ideia de que Mossoró é realmente um país onde chove bala). Mas eu acho que a expressão é usada para chamar a atenção mesmo das pessoas que vem para cá. Mossoró tem tudo para ser uma cidade muito mais desenvolvida do que o que ela é – eu imagino que sim. É tanto que está chegando muitos empreendimentos. A cidade está inchando, talvez não esteja nem crescendo. Talvez por isso tenha se utilizado a expressão “país”, para se chamar

atenção. Talvez até para dar uma pontadinha de irritação no natalense, mas eu acredito que seja mais ou menos por aí. (Entrevista Laura, p. 5).

Ela não associa o “país de Mossoró” a uma construção política. A fala da professora sugere que o “país de Mossoró” é apenas uma propaganda turística, utilizada para dar visibilidade e valor ao lugar, no intuito de atrair mais pessoas para a cidade. Ela associa a utilização da palavra “país” ao desenvolvimento e crescimento da cidade, sugerindo, por outro lado, a possibilidade de que a expressão esteja relacionada com a ideia de uma cidade grande. A professora também levanta a hipótese de que o “país de Mossoró” tenha sido forjado para alimentar um conflito de identidades, no caso a rivalidade entre mossoroenses e natalenses. No mais, o relato da professora indica que, para ela, o “país de Mossoró” não possui um significado imediato. A maneira como emprega o termo não expressa uma utilização afetiva.

Para o professor Leonardo, o “país de Mossoró” tem um significado diferente:

Eu ouço essa expressão, mas eu não me apego muito a ela não. Não é país não. Isso aí foi uma criação de uma família que milita na política há mais de meio século aqui. E são pessoas hábeis. Pessoas intelectualmente preparadas e que usam essa frase de efeito para chamar a atenção da comunidade. Então eu vejo o seguinte, é que Mossoró tem um potencial econômico grande, mas eu não considero, eu não me apego muito a essa questão de país de Mossoró. Isso é uma frase de efeito idealizada por alguém da classe dominante, da família dominante. A política de Mossoró é dominada por eles. Eu penso dessa forma. (Entrevista Leonardo, p. 3).

O professor Leonardo identifica o “país de Mossoró” como uma criação política da família Rosado. A expressão é utilizada para chamar a atenção da comunidade. Apesar do grande potencial econômico, *Mossoró não é país não*. É uma frase de efeito que tem a ver com a dominação política da família Rosado, que se estende por mais de meio século na cidade de Mossoró. Ele demonstra claramente uma rejeição à ideia de “país de Mossoró”, nos informando que não costuma se apegar a isso.

Há uma forte semelhança entre os significados do professor Leonardo e do professor Breno. Este último demonstra uma clara recusa à ideia do “país de Mossoró”:

Para mim essa expressão foi criada pelos Rosado, para demonstrar o país deles, onde eles vêm dominando há quase oitenta anos. Então eles criaram isso aí. Na verdade essa expressão exclui o povo. Eles criaram isso aí para mostrar que eles dominam. É tanto que o grupo político se dividiu para se manter no poder. É aquele poder perpétuo: “vamos nos dividir porque quatro anos fica um e quatro anos fica outro”. Então, não há na criação desse país de Mossoró uma participação do povo. (Entrevista Breno, p. 11).

O professor Breno diz que se trata de uma criação exclusiva dos Rosado. O “país de Mossoró” exclui o povo. Na sua criação não existe uma participação popular. Expressa tão somente o domínio político da família Rosado em Mossoró, que já dura mais de oitenta anos. Na maneira como emprega o “país de Mossoró”, é possível perceber que também não há um sentimento afetivo por esta espacialidade.

O professor Afonso também expressa alguns elementos presentes em outras narrativas. Segundo ele:

Essa coisa de país de Mossoró - talvez quando as pessoas lerem o seu trabalho vão dizer “esse cara só falou nessa questão” – mas isso foi uma invenção de alguns políticos, achando que muita coisa só acontece em Mossoró. Inclusive existe aquela coisa da gozação do natalense em dizer que tem muita coisa que só acontece em Mossoró. Eu acho que diante desse fato as pessoas criaram essa coisa de país de Mossoró, mas eu não acho que seja país não. A cultura de Mossoró que as pessoas tentam preservar aqui, por exemplo, a memória da resistência de Lampião, o 30 de setembro, que é a questão da libertação dos escravos, são festas que acontecem em qualquer outra cidade, outro estado. Toda cidade lembra os fatos históricos que marcaram a sua história. Então eu acho que essa questão de país de Mossoró talvez tenha surgido até de uma brincadeira. Como eu já disse, eu não concordo. Eu acho que é a cidade. Cidade de Mossoró. Município de Mossoró. País de Mossoró, não. Eu acho que nossa cidade é uma cidade comum como qualquer outra, talvez um pouco mais quente do que as outras, talvez... Enfim, mas eu não gosto dessa coisa de país de Mossoró. (Entrevista Afonso, p. 7).

O professo Afonso identifica que o “país de Mossoró” é uma criação política. Não obstante, diferentemente dos professores Leonardo e Breno, ele não associa a invenção do país como uma estratégia de dominação da família Rosado, muito embora, considere a presença desta família no poder municipal como uma presença negativa, responsável por muitos problemas sociais. Ele ressalta que essa criação pode ter sido até uma brincadeira de alguém que pensa que existem algumas coisas que só acontecem em Mossoró. Neste ponto, ele destaca a apropriação do “país de Mossoró” realizada pelos natalenses, utilizada para ridicularizar a cidade em gozações que afirmam existir coisas que só acontecem por aqui. Ele também relativiza a política de enaltecimento da história: toda cidade costuma lembrar os grandes acontecimentos que lhe marcaram. Ele não usa o “país de Mossoró” para especificar nenhuma particularidade. Mossoró é uma cidade como qualquer outra. A exemplo dos professores Leonardo e Breno, ele mantém uma distância da postura de um patriota do lugar. Como deixa muito claro, não gosta *dessa coisa de país de Mossoró*.

A Professora Sandra é categórica:

Honestamente, país de Mossoró para mim é um reduto eleitoral. Eu posso até usar uma expressão mais forte, um reduto eleitoreiro. Porque o país de Mossoró para mim é isso. É uma cidade que tem uma oligarquia muito forte – você sabe. O

sistema oligárquico está perdurando e eu não acredito também nessas mudanças políticas. Enfim, país de Mossoró, a grosso modo, eu entendo cada vez mais como a confirmação de uma oligarquia. Apesar de se investir no desenvolvimento da cultura. Mas a gente sabe que é uma cultura fechada. Você vê pessoas tentando se afirmar, mas eu acho que os caminhos políticos são fechados. Você tem que estar o tempo todo rezando na cartilha de alguém, porque é fulano que é parente não sei de quem. Eu não vejo muito acesso na cidade. Mossoró é uma cidade muito limitada, as pessoas são muito apegadas a questões de laço de parentesco. Quase não se vê alguém sendo reconhecido pelo valor do conhecimento que ela tem. (Entrevista Sandra, p. 13).

Ela considera que a expressão é uma estratégia política dos Rosado. De acordo com a professora Sandra, o “país de Mossoró” é um reduto eleitoreiro que representa a confirmação de uma oligarquia muito forte. A despeito do investimento na cultura, a professora entende que se trata de uma cultura fechada, que está a serviço da família Rosado. Ela lamenta que os caminhos políticos estejam fechados para quem não faz parte dessa família. Uma vez mais, a tônica presente na sua fala é de severa crítica à Mossoró. Considera a cidade muito limitada. Um lugar onde as pessoas não são reconhecidas pelo seu valor próprio, mas pela sua posição no interior das relações de poder, que são determinadas pelos laços de parentesco. A professora não demonstra apego ao “país de Mossoró” e sugere ter dificuldades em expressar uma afeição pela cidade, dada a sua visão negativa.

Afinal, o que é o “país de Mossoró” para os nossos entrevistados? Que espacialidades são elaboradas pelo trabalho de suas consciências históricas? A análise das narrativas descortina significados para esta espacialidade inteiramente distintos do que foi imaginado pela produção acadêmica mossoroense. Não foram encontradas perspectivas de enaltecimento, de defesa incondicional, de apego sentimental, de significações indulgentes ou de adesão aos valores da família Rosado. Ao contrário, os professores demonstraram uma postura bastante crítica em relação aos Rosado e ao “país de Mossoró”, ressaltando que esse país consiste numa invenção, cujas finalidades são de natureza política, e está pronto a atender aos interesses da família Rosado. Ora, não seria esta a mesma perspectiva dos trabalhos estudados no primeiro capítulo?

3.4 – Os marcos históricos da cidade

Diante das interpretações dos professores acerca do “país de Mossoró”, perguntamos qual a leitura que fazem dos eventos históricos que ajudaram a erguer esta espacialidade. Os significados dos marcos históricos são múltiplos, dando a ver um

emaranhado de representações e identificações com alguns aspectos que envolvem esses acontecimentos.

3.4.1 – O Motim das Mulheres

A professora Laura nos revela uma interessante relação com o episódio do Motim das Mulheres:

O motim das mulheres dá uma bela história. Um monte de mulher que vai enfrentar quem? O exército. Por conta dos filhos que foram chamados para a guerra. Só que na verdade esse exército aqui era o quê? Era uma carta com um representante. Então, quando isso veio acontecer já estava praticamente acabando o conflito. Daqui, pouca gente foi... Inclusive eu tenho dois tios que chegaram a ir só até Natal. E a mãe quase morre aqui porque foram convocados os seus três filhos. Um adoeceu e não chegou nem a sair daqui. Os outros dois foram apenas até Natal e são ex-combatentes - não sei de que, porque eles não foram para guerra. Mas foi coragem de Ana Floriano ter encabeçado esse movimento. Hoje é interessante que se fale isso também porque ela enfrentou o povo com panela, com espeto de churrasco e juntou outras mães, que rasgaram as cartas. Então é uma forma de você também elevar o prestígio da cidade. (Entrevista Laura, p. 5).

Ao tentar inserir-se no fato histórico, nossa entrevistada demonstra uma confusão entre dois acontecimentos distintos: o Motim das Mulheres (1875) e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Portanto, notamos que existe um equívoco quanto à percepção do acontecimento em si, ou seja, um equívoco quanto ao que foi a experiência no passado. Esse desliz nos chamou atenção para uma característica presente em todas as nossas entrevistas, a saber, nenhum dos professores mostrou um grande conhecimento acerca dos marcos da história mossoroense. Não obstante, todos nos pareceram bastante seguros quanto às interpretações e sentidos desses acontecimentos.

A professora Laura reconhece que o Motim das Mulheres é uma *bela história*. Apesar de entender que as circunstâncias históricas – o conflito já estava no final e o Exército, contra o qual as mulheres se rebelaram, era apenas uma carta de convocação e um representante que deveria entregá-la ao destinatário – não foram das mais adversas e, em certa medida, acabaram por facilitar a destruição dos livros de registros e a consequente vitória do movimento popular, liderado por Ana Floriano. A entrevistada também entende que é importante falar sobre esse episódio, sugerindo que a personagem maior deste acontecimento, Ana Floriano, pode ser vista como um exemplo. Segundo a professora, manter o acontecimento na memória contribui para elevar o prestígio da cidade. É pertinente ressaltar

que a professora Laura foi a única que não relacionou a utilização dos marcos históricos com o poder da família Rosado. A sua narrativa oscila entre a crítica – o desvelamento das circunstâncias históricas que levaram aos acontecimentos – e o reconhecimento – a afirmação da importância e da coragem dos mossoroenses.

Para cada um dos marcos históricos, o professor Leonardo demonstrou uma perspectiva bastante crítica. Ao olhar para esses acontecimentos com outras lentes, ele diminui a relevância que eles supostamente tiveram para a população mossoronense. Sobre o Motim das Mulheres, ele assevera:

Eu me pergunto: se fossem as mulheres da periferia que tivessem ido lá pegar os papéis e destruir; será que a polícia da época não teria coberto elas de pancada? Porque nesse caso seriam mulheres do meio do povo, pobres, quer dizer, elas teriam sido rechaçadas violentamente, tachadas como subversivas. Mas foi gente da classe média, gente de influência que foi lá enfrentar o Exército, e mesmo assim elas já foram discriminadas, imagine se fossem pobres. Aí hoje eles usam isso como forma de impressionar as pessoas, mas eu acho que se as pessoas não participarem, não tomarem consciência política, essas pessoas irão continuar mandando. Esses fatos fazem parte do interesse político da classe dominante. (Entrevista Leonardo p. 3).

Em sua constituição de sentido, o professor Leonardo enfatiza a utilização desse acontecimento pelo poder público municipal, *a classe dominante*. O Motim das Mulheres é utilizado para impressionar as pessoas. O nosso entrevistado tem grande sensibilidade para as desigualdades sociais. Ele destaca a condição socioeconômica das mulheres que participaram do movimento, assinalando como ela condiciona a ação dos poderes públicos, bem como, a atribuição de valor aos acontecimentos. O professor imagina o que teria acontecido se tivessem participado do episódio apenas as mulheres pobres. Antecipando o resultado final do seu exercício de imaginação, ele conclui que elas teriam sido *rechaçadas violentamente* pelas forças policiais.

3.4.2 – O Voto Feminino

A professora Laura expressa uma empatia com o episódio do voto de Celina Guimarães Viana: “Quem é que não vai se vangloriar em dizer que teve o primeiro voto feminino?” (Entrevista Laura. p. 5). Essa foi a única referência que a professora fez a este acontecimento. Na sua fala, podemos notar que há uma perspectiva de enaltecimento do episódio, sugerindo que todo cidadão, independentemente do seu lugar de origem, gostaria de dizer que foi em sua cidade onde uma mulher votou pela primeira vez.

A tônica presente na narrativa do professor Leonardo é mais uma vez de crítica, dando expressão às desigualdades sociais:

Mas será que toda população feminina teve oportunidade de votar naquela época, na época de Celina Viana? Será que todas as mulheres mossoroenses tiveram aquela mesma oportunidade de votar? Realmente foi ela que votou pela primeira vez? Mas ela era de classe média, em comparação com outras mulheres, como as lavadeiras de roupa, pobres. Era esposa de uma pessoa importante. Enfim, foi um fato importante, mas o que eu olho é que eles usam mais com interesse. Interessa a eles o sentido da dominação, de influenciar, de fazer com que o povo hoje se apegue a esses fatos como uma coisa que trouxe mudança para época, mudança para população. Eu não acho que trouxe. Ficou a mesma lavadeira de roupa, continuou marginalizada, sem participação. (Entrevista Leonardo. p. 3).

Para o professor, o voto de Celina Viana foi um acontecimento importante, mas não representou uma mudança, no sentido de melhoria para a população. O nosso entrevistado imagina mais uma vez: será que todas as mulheres tiveram o mesmo direito de votar? Ainda destaca a condição socioeconômica da personagem, sugerindo que ela foi determinante para a concretização do fato.

O professor Afonso defende a importância do fato histórico, mas salienta que o episódio do Voto Feminino está envolto numa série de polêmicas e divergências entre os historiadores:

Tem historiadores que tem divergências sobre essa questão do voto feminino, porque dizem que a primeira mulher a votar não foi aqui. Sabe-se que foi no Rio Grande do Norte, mas não se sabe qual foi a primeira. Outras mulheres votaram em Natal, votaram em Mossoró, mas não se sabe exatamente quem votou primeiro. Vários historiadores têm divergências nessa questão do voto feminino. Mas é uma questão para se trabalhar nas escolas, na universidade. (Entrevista Afonso. p. 7).

Talvez em face dessas tantas polêmicas, o professor não tenha uma opinião fechada sobre o assunto, preferindo manter a discussão em aberto.

3.4.3 - Abolição dos Escravos

Sobre a Abolição dos Escravos a professora Laura nos diz: “Todo mundo comenta que o que existia aqui era uma fazenda com quatro escravos. Mas aí se criou essa coisa de dizer que Mossoró foi a primeira cidade a libertar os escravos”. (Entrevista Laura. p. 5). Ela destaca que o fenômeno da escravidão não teve uma importância econômica para a cidade de Mossoró, por isso demonstra certo estranhamento quanto ao fato de se comemorar a liberdade

dos escravos. Quanto a isso, a professora Laura se mostra atenta à dimensão de criação do fato.

Perspectiva semelhante foi encontrada no relato do professor Afonso:

Historiadores também discordam: Mossoró sequer tinha escravos – alguns historiadores dizem isso. Porque Mossoró não tinha escravos do mesmo jeito dos outros lugares. Aqui, existiam uns latifundiários que tinham aqueles escravos muito mais por uma questão de status, para dizer que tinha poder. Mas não faziam esse trabalho escravo, não existia todo aquele processo da escravidão: castigo, a morte, a prisão. Eram escravos que trabalhavam na casa deles. Então é outro fato que é preciso se trabalhar, principalmente em sala de aula. (Entrevista Afonso. p. 8).

Ao inserir a Abolição num ambiente de divergências, o professor Afonso também dá expressão à ideia que tenta diminuir a relevância da presença escrava em Mossoró. A escravidão em Mossoró tinha outra natureza. Era distinta da escravidão que marcara outros lugares. Aqui não se praticava os castigos físicos, a prisão e o assassinato. Cabe enfatizar que é possível identificar nos relatos dos nossos entrevistados, Afonso e Laura, a mesma perspectiva como Emanuel Braz entende a escravidão em Mossoró. Como enfatizamos no primeiro capítulo, Braz (1999) reafirma a tese, tributária a Luis da Câmara Cascudo, de que apesar de ter sido uma presença constante, a mão de obra escrava nunca foi determinante para a economia do Rio Grande do Norte e de Mossoró. Esse aspecto da não dependência é evocado com a intenção de redimensionar a importância da abolição realizada em Mossoró, já que havia poucos escravos na cidade.

O professor Leonardo reforça a sua visão de que nenhum dos grandes acontecimentos da história de Mossoró representou uma melhoria das condições de vida da população. Neste sentido, ele questiona: “Mas o que mudou na vida das pessoas? Não mudou nem mesmo para o próprio escravo, porque eles não prepararam aquele escravo para oferecer a liberdade, para que ele pudesse ter uma vida melhor. Eles continuaram sendo escravos após a abolição”. (Entrevista Leonardo. p. 4).

O professor Breno expressa uma relação de crítica e enaltecimento:

Tem historiadores que não concordam com o fato de Mossoró ter sido a primeira cidade a libertar os escravos. Outros dizem que a primeira foi uma cidade lá do Ceará [...] Mas eu acho que isso não é o interessante. Não importa se foi a primeira ou se foi a segunda. O importante é que Mossoró, de alguma forma, se sobressaiu e fez a sua história de uma forma bem espetacular. Agora, a família Rosado usa disso ideologicamente, para se promover e destacar alguns nomes que se sobressaem nesses grandes eventos. E mais uma vez a história do povo não é mencionada. Porque a história não é construída por um herói, ou por outro herói qualquer. É o povo que faz essa história e acaba ficando sem participação. (Entrevista Breno. p. 12).

O nosso entrevistado separa o episódio da Abolição e o uso que dele é feito pela família Rosado. Sobre o episódio, ele expressa uma perspectiva de valorização e enaltecimento, afinal, para ele não importa se Mossoró foi a primeira cidade a libertar os escravos, o que importa é que a cidade faz a sua história de maneira *espetacular*. Já em relação à utilização do fato pela família Rosado, o professor Breno revela uma perspectiva crítica, entendendo que nessa utilização o povo é excluído, figurando apenas o herói como principal personagem.

3.4.4 – A Resistência ao Bando de Lampião

Sobre o episódio da Resistência, a entrevistada Laura nos revela uma importante articulação que faz com a história:

A resistência de Lampião. Ah! Essa daí não tem como você não cantar. Todos os anos eu vou assistir ao espetáculo. E eu fico pensando. Eu me coloco nos dois lados. Será que algum dia algum parente de Lampião já veio assistir uma esculhambação daquela? Porque na verdade, a gente sabe que o fato é muito fantasioso. Sabemos que nós não estávamos preparados para vencer o bando. Aí eu lembro muito do meu professor da faculdade. Ele comentava que foi pura sorte dos mossoroenses, porque Lampião entrou pelo lado que eles realmente esperavam. Nós não tínhamos a munição que devíamos ter. Os tambores estavam cheios, mas não era de munição, era só por cima. O pessoal que estava para combater não era preparado com relação ao bando. Então foi mais uma questão de sorte. E também o lugar por onde começou a invasão. O bando não foi privilegiado com isso. Então às vezes eu penso como é que um parente de Lampião assiste um negócio daquele. Mas não deixa de mostrar que o povo realmente teve coragem, os poucos que estavam lá. Não estou desvalorizando eles não. Ao contrário, eu acho que eles tiveram sim muita coragem, porque eram civis em grande maioria. E enfrentaram um bando que todo mundo temia. Na verdade, Lampião não chegou nem a entrar em Mossoró. Ficou do lado de fora, esperando. (Entrevista Laura. p. 6).

A professora Laura mais uma vez fica entre a crítica e o reconhecimento. Destaca a *sorte* que esteve do lado das forças da resistência, participando diretamente da vitória mossoroense. Mas reconhece a bravura dos que participaram da batalha, afinal, o inimigo era mais bem preparado. Expressa um sentimento de alteridade quando se coloca no lugar de um parente de Lampião que viria assistir ao espetáculo.

O professor Leonardo tornou a assinalar a utilização do fato pelos Rosado, bem como as desigualdades sociais:

Logicamente que o grupo de Lampião andava pondo medo, espalhando violência. Se fossem somente as pessoas pobres que estivessem sendo molestadas pela ação de

Lampião, será que as autoridades teriam se preocupado em fazer as trincheiras para defender? Bom, eles fizeram porque eles estavam atrás de dinheiro, e quem é que tinha dinheiro? Os comerciantes da época. Então foram os fatos? Foram. Mas a nossa classe política local é tão astuciosa, tão esperta, que utiliza isso como bravura. E para eles, essa bravura, repassada à população, estende-se até os dias de hoje com a ação deles no poder público. (Entrevista Leonardo. p. 4).

Ele entende que o objetivo da família Rosado é fazer com que as pessoas estabeleçam uma relação entre a bravura dos resistentes e as ações dos membros desta família no campo da política. Para nós, a relação de desconfiança e crítica dos professores quanto às práticas da família Rosado não configura uma novidade, um fenômeno absolutamente inesperado. No trabalho de Rocha (2001) os professores também demonstraram estar cientes das intenções de dominação desta família, e de que tais intenções encontram-se, em grande medida, diluídas nos usos que este grupo político faz da história. Contudo, Rocha (Ibidem) não chama atenção para essas distorções dos sentidos dominantes.

3.5 – Finalizando: para que serve a História?

Os professores acabaram retomando o tema das funções que o aprendizado histórico desempenha na vida dos alunos e também na vida dos próprios professores. Sobre essa questão, a professora Laura revelou:

Então, para os alunos, sempre que eu vou comentar sobre um desses assuntos eu gosto de mostrar os dois lados, eu quero ver o que eles vão dizer nas respostas também. Porque é muito bonito você ir ali para praça assistir um espetáculo daquele, grandioso - que eu não vou dizer que não é. Você sai de lá emocionado e você termina acreditando que tudo aquilo ali é verdade, só que é uma novela. E você não olha o outro lado, das outras pessoas que tinham por trás daquela história também. Eu acho que é interessante que se conheça isso nas escolas para que você quando chegar lá, você assista ao espetáculo, mas você saiba que por trás também tem outra versão da história. (Entrevista Laura, p. 8).

O professor Breno também expressou um pensamento bastante pertinente e que nos leva a pensar nas subjetividades que atuam na maneira como se aprende e se ensina História. Falando sobre os marcos históricos da cidade, o professor nos diz:

Eu não levaria esses fatos somente para o lado político, porque eu acho que teve uma participação popular, que infelizmente é escondida. É mostrada mais para o engrandecimento da cidade. Os políticos usam esses grandes fatos para se promoverem. Mas a leitura que eu faço também é positiva, de uma cidade que de alguma forma lutou e participou desses acontecimentos e que busca a sua ascensão social. De uma cidade que faz a sua história. Eu acho importante esses fatos, desde que eles não sejam vistos só por um lado, de promoção de alguns políticos, mas como um processo histórico de formação e de participação de toda a sociedade, nas lutas por dias melhores.[...] É claro que eu como professor, por mais que venha um

currículo, eu posso dar uma feição diferente ao meu ensino e posso desmitificar aquilo que é passado. Posso até mostrar também o outro lado que é desconhecido. Eu tenho essa capacidade, esse discernimento de mostrar para os meus alunos, e dá um novo olhar para esses acontecimentos. (Entrevista Breno, p. 11-12).

Laura e Breno enfatizam a necessidade de mostrar os dois lados da história, no intuito de promoverem novas visões, novas maneiras de se relacionar com um passado que integra as identidades. Esse aspecto, de mostrar o outro lado, aponta para uma valorização da dissensão, que tem a ver com o princípio da jurisprudência evocado por Rüsen (2007, p. 108) *audiator et altera pars* (ouça-se sempre a outra parte). Significa uma flexibilização das representações preferidas que permite reconhecer a alteridade do outro.

O olhar que conferimos às narrativas dos professores nos permitiu ver um conjunto diverso de significados sobre o “país de Mossoró”. Esses significados dão expressão a formas de resistências, aceitações e interseções, igualmente diversas, em relação ao que é veiculado pelas representações “oficiais” de Mossoró, bem como pelas representações “acusatórias”. Não obstante, há que se destacar que a nossa leitura é metonímica. Após falar dos grandes acontecimentos de Mossoró, de seus problemas, suas maravilhas, suas festas e seus pomposos espetáculos teatrais, a professora Laura concluiu o seu relato nos dizendo: “conhecer a cidade não é só ver aquilo ali, tem muito mais por trás”. Ao chegarmos até aqui, a sensação que nos fica é a de algo que foi experimentado pelo personagem Marco Polo, em *As cidades invisíveis* (CALVINO, 1990, p. 18): “como é realmente a cidade sob esse carregado invólucro de símbolos, o que contém e o que esconde, ao se sair de Tamara é impossível saber”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O problema reside no fato de que a própria simbolização, em última instância, sempre fracassa, jamais consegue “abarcá-la” inteiramente o real, sempre indica uma dívida simbólica não quitada, não redimida. Esse real (a parte da realidade que permanece não simbolizada) retorna sob a forma de aparições espectrais. (ZIZEK, 1996, p. 26).

Neste trabalho, tivemos como maior pretensão mostrar, a partir de uma produção acadêmica e dos relatos de professores de História, os sentidos e significados que atuam na construção de outras versões da espacialidade “país de Mossoró”.

Mostramos no primeiro capítulo as interpretações desta espacialidade que foram criadas pelas escritas de José Lacerda, Paiva Neto e Emanuel Braz. Os seus trabalhos produziram uma imagem de Mossoró que parece consagrada até mesmo fora do ambiente da academia. As pessoas do lugar figuram como sujeitos submetidos ao *coronelismo*, ao *voto de curral* e a práticas *clientelistas* diversas que parecem traduzir um tempo imóvel. Mossoró é transportada para um ambiente da República Velha, de modo que parece não ter previsão para sair de lá. Encontra-se parada no tempo.

Contudo, não tivemos a pretensão de fazer calar esses pesquisadores. Não está presente em nosso texto a intenção de mostrar que os seus trabalhos estão superados e em função disso, devem ser eliminados da biblioteca de outros pesquisadores que por acaso venham a se interessar em estudar algum tema relacionado à Mossoró. Não discordamos das suas interpretações no que tange a existência de interesses políticos que estão presentes nas diversas formas criadas pela família Rosado de perpetuar uma memória histórica desejável. Como também não discordamos de que a estrutura de poder desta família tenha sido montada para assegurar a permanência dos seus membros à frente de Mossoró por muitos anos, quiçá, por toda a eternidade.

Não obstante, quando esses autores racionalizam as estratégias da família Rosado para se perpetuar no poder, conduzem suas interpretações às vias da naturalização. Homogeneízam tranquilamente os significados que o “país de Mossoró” – carro chefe da política de dominação dos Rosado – tem para os cidadãos mossoroenses. As pessoas do lugar têm no “país de Mossoró” o fundamento de suas identidades enquanto membros dessa comunidade. E mais, a leitura que os mossoroenses fazem das mensagens ideológicas comporta apenas o sentido único, que é precisamente o sentido original criado pelos Rosado.

Traduzem Mossoró, tão somente, como um lugar dos Rosado, um *território* fechado e dominado por suas forças, que dispõem de *armas* poderosas, como a Coleção Mossoroense, responsável por fixar o sentido da história e disseminá-la por toda a cidade. Os elementos que permitem a dominação são pinçados pelos autores e utilizados para dar feição à Mossoró. Sobre esses últimos aspectos, demarcamos, com a nossa escrita, uma posição mais distante, dada a generalização excessiva de uma identidade essencializada, naturalizada e que torna as pessoas do lugar subservientes aos desígnios de poderes maiores.

Talvez possamos utilizar o pensamento de Žižek (1996), que abre esta última parte, para afastar a ideia de rejeição e inutilização desses trabalhos. Existem elementos que não foram plenamente contemplados nesses trabalhos, como exemplo, as formas como os professores de História ensinam os conteúdos que fazem o “país de Mossoró”. A produção acadêmica não procurou responder: o que pensam os mossoroenses de sua história?; que significados atribuem à comunidade? Essas questões foram depreendidas a partir de concepções prévias dos autores. Dessa maneira, o nosso trabalho tentou dar conta de um segmento desse *real* que não foi inteiramente simbolizado.

Ao analisarmos as expressões da consciência histórica dos professores começamos a preencher a lacuna sobre os usos sociais da história. Foi possível identificar que os posicionamentos dos professores em relação ao “país de Mossoró” são semelhantes àqueles que foram expressos pelos trabalhos acadêmicos. Notadamente, a relação que esses professores estabelecem com os sentidos que se desprendem dos trabalhos de José Lacerda, Paiva Neto e Emanuel Braz ainda precisa ser estudada. Contudo, em nosso trabalho já é possível identificar uma nova base de interpretação que até então não havia sido cogitada, a saber: há um entendimento semelhante entre esses autores e os professores entrevistados no que se refere à maneira como enxergam as estratégias de dominação dos Rosado em Mossoró. Os professores compactuam da visão de Lacerda, Paiva Neto e Braz, segundo a qual a família Rosado se utiliza das narrativas do “país de Mossoró” para convencer a população de que são os únicos que têm condições de administrar a cidade. Esse entendimento comum aponta para um equívoco presente na produção acadêmica, qual seja, longe de estarem deslumbrados com as narrativas do país de Mossoró, os professores estão vigilantes em relação aos interesses inconfessos que atuam na produção dessa narrativa. Portanto, os autores da produção acadêmica não são os únicos que formam pontos de resistência.

Estamos longe de afirmar que os sentidos da história, expressos nos relatos dos professores, podem ser generalizados para toda Mossoró. A perspectiva sobre o alcance das generalizações que adotamos está ligada ao que Cerri (2002, p. 203) descreveu

brilantemente: “a possibilidade de generalização das afirmações é posta para o sujeito que lê os resultados da pesquisa e avalia a sua experiência pessoal e as experiências com as quais travou contato no decorrer de sua vida”. A validade dos resultados não está na frequência com que se repetem, ou na sua representatividade estatística, mas em ter dado expressão a “experiência única e irreprodutível dos sujeitos entrevistados”. (Ibidem).

Diante disso, bem como das palavras de Žižek (1996), salientamos que os nossos resultados podem ser provisórios. A análise que fizemos da elaboração discursiva presente nos trabalhos acadêmicos não falou sobre tudo o que podia. Os lugares de produção do sentido histórico, construído pelos autores analisados, sempre carecem de mais estudos que perscrutem cada vez mais os diversos fatores que participaram de suas escritas.

Quanto ao ensino de História, também apontamos a demanda por outros tipos de investigação. Há que se estudar como os professores dos primeiros anos do Ensino Fundamental trabalham essas temáticas – visto que são nessas séries iniciais onde se dá um trabalho mais sistemático com os temas locais; ou ainda, como professores de outras disciplinas trabalham esses temas, uma vez que não são exclusividades de nenhuma disciplina escolar; podem-se fazer estudos quantitativos que permitam um nível de generalização dos resultados; e também ainda temos um universo a explorar quanto às apropriações dos alunos, de vários níveis de escolaridade.

Obviamente, estamos lúcidos de que não é possível colocar um ponto final nessa história, ainda há muito o que fazer...

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1. Fontes

1.1 Livros

BRAZ, Emanuel Pereira. **Abolição da escravidão em Mossoró** – pioneirismo ou manipulação do fato. Coleção Mossoroense, série C, 1999.

CRISPINIANO NETO, Joaquim. **Auto da Liberdade**. Mossoró: Queima Bucha, 2005

FELIPE, José Lacerda Alves. **Organização do espaço urbano de Mossoró**. Mossoró: Coleção Mossoroense, série C, 1982.

_____. **A (re)invenção do lugar: os Rosados e o “país de Mossoró”**. João Pessoa, PB: Grafset, 2001.

PAIVA NETO, Francisco Fagundes. **Mitologias do “país de Mossoró”**. Coleção Mossoroense, série C, 1998.

ROSADO, Carlos Alberto de Sousa; MAIA, Isaura Amélia Rosado (Orgs). **Dix-sept Rosado 5 Meses de Governo 50 anos na História** – Os Rosado em tese. Coleção Mossoroense, Série “C”, v. 1230. Natal: Normalize: SerGraf, 2001.

ROSADO, Vingt-un. **Manuel Correia de Andrade e Mossoró**. Fundação Vingt-un Rosado. Coleção Mossoroense, Série “C”. vol. 971, 1997.

1.2 Fontes orais

Entrevista realizada com o professor **AFM – Breno**, no dia 4 de junho de 2012

Entrevista realizada com o professor **JDP – Afonso**, no dia 13 de março de 2012

Entrevista realizada com o professor **MS – Leonardo**, no dia 16 de março de 2012

Entrevista realizada com a professora **MBS – Laura**, no dia 23 de novembro de 2011

Entrevista realizada com a professora **TCL – Sandra**, no dia 11 de junho de 2012

1.3 Sites

<http://www.colecaomossoroense.org.br>

http://www.prefeiturademossoro.com.br/mossoro_historia.php

<http://revistacatorze.com.br/2009/o-pais-de-mossoro>

2. Bibliografia

ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (Orgs.). **Cultura política e leituras do passado**: historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/Faperj, 2007.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2009.

ARRUDA, Gilmar. **Cidades e sertões**: entre a história e memória. Bauru, SP: EDUSC, 2000;

ASSIS, Arthur Oliveira Alfaix. **O que fazem os historiadores, quando fazem história?** A teoria da história de Jörn Rüsen e *Do Império à República*, de Sérgio Buarque de Holanda. (Dissertação de Mestrado). Brasília: UnB, 2004.

COSTA, Bruno Balbino Aires da. **“Mossoró não cabe num livro”**: Luis da Câmara Cascudo e a produção historiográfica do espaço mossoroense.(Dissertação de Mestrado) Natal: UFRN, 2011.

BARCA, Isabel. **Investigação em Educação Histórica**: fundamentos, percursos e perspectivas. In. OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. Et. Ali. **Ensino de história**: múltiplos ensinamentos em múltiplos espaços. Natal, EDUFRN, 2008.

BARRET, Michèle. Ideologia, política e hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. In. ZIZEK, Slavoj. **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BENJAMIN, Walter. **A doutrina das semelhanças**. In:_____. **Magia e técnica, arte e política**. Ensaios sobre literatura e história da cultura. 7ªEd. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BERGMANN, Klaus. **A História na Reflexão Didática**. In: Revista Brasileira de História. v.9 n°19 p.29-42. São Paulo:1990.

BOURDIEU, Pierre; EAGLETON, Terry. **A doxa e a vida cotidiana**: uma entrevista. In. ZIZEK, Slavoj. **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

CAINELLI, Marlene. **História do Brasil, história de brasileiros: História, passado e identidade na memória popular**. Tese de doutorado em História. Curitiba: UFRP, 2003.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CERRI, Luis Fernando. **Ensino de História e Nação na Propaganda do “Milagre Econômico”**. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, v.22, n°43, 2002. pp. 195-224.
_____. **Ensino de história e consciência histórica**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1.artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. **História Cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

_____. **O mundo como representação** In: _____. **À Beira da Falésia: a história entre certezas e inquietudes.** Porto Alegre: EDUFRS, 2002.

CRUZ, Daley da Silva. **Memórias de um geógrafo: Manuel Correia de Andrade – o canto do nordeste.** Disponível em <http://www.cchla.ufrn.br/humanidades/ARTIGOS/GT14/MEMORIAS%20%5B1%5D...pdf>, acessado em 01 de março de 2011.

DE DECCA, Edgar Salvadori. **1930, O silêncio dos vencidos: memória, história e revolução.** São Paulo: Brasiliense, 2004.

DURAN, Marília Claret Geraes. **Maneiras de pensar o cotidiano com Michel de Certeau.** In: *Diálogo Educ.* v.7, n°22, p.115-128, set/dez, Curitiba, 2007.

EAGLETON, Terry. **A ideologia e suas vicissitudes no marxismo ocidental.** In: ZIZEK, Slavoj. **Um mapa da ideologia.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à Pesquisa Qualitativa.** 2°ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FONSECA, Selva Guimarães. **Ser professor no Brasil: história oral de vida.** Campinas, SP: Papirus, 1997.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GADDIS, John Lewis. **Paisagens da História: como os historiadores mapeiam o passado.** Rio de Janeiro: Campus, 2003.

GADAMER, Hans-Georg. **O problema da consciência histórica.** 3°ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

GAGO, Marília. **Consciência histórica e narrativa na aula de História: concepções de professores.** Tese de Doutorado em Metodologia do Ensino da História e Ciências Sociais. Universidade do Minho, Portugal, 2007.

GALZERANI, Maria Carolina Bovério. **Belas mentiras? A ideologia nos estudos sobre o livro didático.** In: PINSKY, Jaime(Org.). **O ensino de história e a criação do fato.** São Paulo: Contexto, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 11°ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006

LIMA E FONSECA, Thais Nívia de. **História & ensino de História.** 2°ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

LIMA, Marcos Costa. **Homenagem a Manuel Correia de Andrade – a geografia e a política do Nordeste brasileiro.** In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais.* Vol.22 n°65 outubro de 2007.

MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa: planejamento, execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação dos dados.** 6ªed. São Paulo: Atlas, 2006.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. **A história, cativa da memória?** Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. In: Revista do Instituto de Estudos Brasileiros. USP: São Paulo, 1992. nº 34.

MUNAKATA, Kazumi. **Histórias que os livros didáticos contam, depois que acabou a ditadura no Brasil**

NOBREGA, Alessandro Teixeira. **A Coleção Mossoroense e a construção dos mitos: Dix-sept Rosado, o herói imolado.** (Dissertação de Mestrado). Natal: UFRN, 2007.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares.** In: Projeto História. São Paulo, 1993

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias. **O ensino de história como objeto de pesquisa no Brasil: no aniversário de 50 anos de uma área de pesquisa, notícias do que virá.** In: SAECULUM- Revista de História [16]; João Pessoa, jan./jun. 2007.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Terra à vista – Discurso do confronto: Velho e Novo Mundo.** 2ªed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.2, nº 3, 1989.

_____. **Memória e identidade social.** In: Revista de Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n.10, 1992, p. 200-212.

ROCHA, Raimundo Nonato Araújo da. **Identidades e ensino de história: um estudo em escolas do Rio Grande do Norte.** Tese de doutorado em Educação. São Paulo: USP, 2001.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica.** Brasília: UnB, 2001.

_____. **Didática da história: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão.** In: Práxis Educativa. Ponta Grossa, PR. v.1, n.2, p.07-16, jul-dez. 2006.

_____. **História viva: formas e funções do conhecimento histórico.** Brasília: UnB, 2007.

_____. **Reconstrução do passado.** Brasília: UnB, 2010.

_____. **Experiência, interpretação, orientação: as três dimensões da aprendizagem histórica.** In: SCHMIDT, M.A.; BARCA, I.; MARTINS, E.R. **Jörn Rüsen e o ensino de História.** Curitiba: Editora UFPR, 2010.

_____. **Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história.** In: História da historiografia. nº 2, março/2009. Disponível em

<http://www.ichs.ufop.br/rhh/index.php/revista/article/view/12>, acessado em 02 de fevereiro de 2012.

SCHMIDT, M.A.; BARCA, I.; MARTINS, E.R. **Jörn Rüsen e o ensino de História**. Curitiba: Editora UFPR, 2010.

SOUSA FILHO, Alípio de. **Ideologia e transgressão**. 2009. Texto não publicado.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: DIFEL, 1983.

ZIZEK, Slavoj. **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

ANEXOS

Instrumento de pesquisa aplicado aos professores

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA E ESPAÇOS.

Pesquisador: Sadraque Micael Alves de Carvalho

Orientadora: Profa. Dra. Margarida Maria Dias de Oliveira

Escola:

Fone:

Endereço:

Data de Fundação:

Professor:

Endereço:

Fone:

Séries que ensina:

Habilitação acadêmica:

Anos de serviço como professor(a) de História:

1 - Costuma incluir temas da História de Mossoró em suas aulas? Quais?

() Sim () Não

1.1 – Se sim, por quê? (ordene por meio da escala 1-6, 1 para mais importante e 6 para a menos importante)

() Exigência da escola

() Para desenvolver a identidade mossoroense

() Para que os alunos conheçam o passado

() Para que os alunos conheçam o passado de glórias de Mossoró

() Para que os alunos percebam as utilizações ideológicas do passado

() Outro

1.2 – Se não, por quê?

-) Não considera uma prioridade
 -) A escola não exige
 -) Existem outros conteúdos que considera mais importante
 -) Porque o livro didático não aborda esses conteúdos
 -) Os espetáculos teatrais já dão conta de ensinar a História de Mossoró
 -) Outro
-
-

2 – Seus referenciais para falar sobre a História de Mossoró são:

-) Coleção mossoroense
 -) Professores no tempo da escola
 -) Família
 -) Espetáculos teatrais
 -) Museu
 -) Memorial da Resistência
 -) Outro
-
-

3 – Em sua opinião, a iniciativa do poder público local em disseminar uma memória através de vários mecanismos (coleção mossoroense, praças, memoriais, espetáculos teatrais, etc.) tem como objetivo:

-) Tornar os cidadãos conscientes da história local
-) Desenvolver nos cidadãos uma identidade com o lugar
-) Dominar ideologicamente os cidadãos
-) Desenvolver nos cidadãos uma identidade com a elite de Mossoró
-) Fomentar outras visões da história
-) Outro

4 – Em sua opinião, existe uma preocupação nas escolas em instruir os alunos sobre questões históricas referentes à Mossoró?

() Sim () Não

4.1 – Se sim, quais são os objetivos?

- () Tornar os alunos conscientes da história local
 - () Desenvolver nos alunos uma identidade com o lugar
 - () Dominar ideologicamente os alunos
 - () Desenvolver nos alunos uma identidade com a elite de Mossoró
 - () Fomentar outras visões da história
 - () Outro
-
-

ENTREVISTAS

Entrevista – Laura

E: Eu queria que a senhora me falasse sobre a sua escolha em ser professora de história.

L: Fiz a faculdade de história em 1996. Eu escolhi o curso de história assim... Eu fiz três vestibulares, certo? Os três vestibulares que eu fiz, todos os três foram para história. Era realmente a disciplina que eu queria. Então, o que foi que me fez partir pra história? Mesmo na época que eu fazia fundamental, do 5º até o 8º ano, eu tinha paixão por história. A minha professora de história, ela foi uma das que mais me influenciou. Eu focava na professora, então desde o fundamental que eu dizia que eu seria ou professora de história, ou seria advogada. Mas eu não tenho a menor vocação para defender quem não presta, então tinha que ser professora. E história por conta da minha professora, apesar de naquela época o ensino ser bem decorreba - que não é muito diferente de hoje também, não é? - de ser muito tradicional, eu tinha paixão, eu passava no terceiro bimestre, eu não precisava estudar para prova, com a explicação eu respondia exercícios, então eu tinha facilidade, principalmente em história antiga. Então vem daí, desde o fundamental que eu tinha certeza que era isso que eu queria, eu nunca pulei de vestibular. Era história e acabou. Eu passaria dez anos fazendo vestibular e todos os dez seriam para história. Então eu já estava bem resolvida. Eu acho que para o estudante de hoje, ele tem que ser resolvido, porque se ele vive pulando de curso, ele não sabe o que quer.

E: Me fale um pouco da sua formação acadêmica. O que lhe atraía no tempo da faculdade?

L: Aí vem a questão... O curso em si, a parte que eu mais gostava na universidade era história antiga. Mas na verdade a universidade também foi uma decepção pra mim. A verdade é essa. É um ensino médio melhorado. São professores relapsos, igual ao que nós temos no estado para o ensino médio e o fundamental. Professor que entregava o diário de um semestre para o outro atrasado, não sabia de nota. Professor que entregava diário com macarrão pregado nas páginas. Professor que levava livro de 5º série para gente no primeiro dia de aula e dizia que ia fazer uma revisão. Eu praticamente não sei nada de história do Rio Grande do Norte, nós não vimos. O professor levava um questionário de 4º série pronto no primeiro dia de aula e mandava a gente fazer uma revisão. A gente dizia “professor, hoje é o primeiro dia de aula!” Ele dizia: ”não se preocupe”. Era assim que ele fazia. E na verdade, quem estudava à noite, quem trabalhava, levava realmente com a barriga as coisas porque queria terminar. Então a gente teve algumas disciplinas que nós só cumprimos, só batia carteira, só o ponto. E tivemos a sorte de pegar o mesmo professor em três disciplinas. Então história do Rio Grande do Norte no I e II eu não sei, nós não estudamos com ele nada. Em História antiga tinha uma professora que eu adorava, mas adorava ela como pessoa, como professora também ficou bem aquém. A gente achava muita graça porque o livro dela, o caderninho dela, era tão amarelo que desde que ela entrou na faculdade era o mesmo caderno. Então, às vezes quando chega um aluno da universidade hoje eu acho que ele está mais privilegiado do que na época que nós fazíamos. Nesse ponto. Eu acho que o que eu fiz pela faculdade na faculdade é porque eu gostava, porque se eu fosse esperar só pelo que eles ensinavam tinha sido mais difícil.

E: Há quanto tempo você é professora de história?

L: Dezoito anos. De história mesmo tá mais ou menos com uns quinze anos. Porque quando eu entrei no estado eu não era professora de fundamental. Eu já tenho dezoito anos. Então eu comecei como professora polivalente.

E: Então você era polivalente.

L: Isso. De 1ª a 4ª série, que seria hoje 5º ano. Então, depois eu vim para Mossoró de novo, porque eu trabalhei em Parnamirim. Eu já passei por vários locais: o CAIC do Belo Horizonte foi o marco. Aí passei um tempo aqui, acho que foi uns quatro anos. Fui para Parnamirim, passei mais três, voltei para Mossoró, já para o ensino médio. Pronto. Aí no ensino médio infelizmente o estado diz que coloca cada professor na sua área, mas não é verdade. Eu, formada em história, cheguei aqui nessa escola ensinando ciências, sociologia, geografia, artes e filosofia. Eu tinha cinco disciplinas. Eu saía de uma sala e entrava na outra e eu não sabia mais o que eu tinha dito lá na outra sala. Eu só não ensinei química porque eu disse que eu não ia servir de palhaça para ninguém, porque se não eu tinha completado com química também. Então eu era assim, eu nunca aceitei pegar uma disciplina que eu não tivesse a menor condição de chegar lá na sala e falar, e não acrescentar nada, porque não combina comigo.

E: Você falou que trabalhou em Parnamirim, mas você é nascida aqui em Mossoró?

L: Sou daqui. Fiz faculdade aqui, minha vida estudantil foi em Mossoró. Lá eu só passei quatro anos, no CAIC de Parnamirim, que é outra realidade, totalmente diferente. Enquanto aqui só vai quem as outras escolas não quer, lá no CAIC o pessoal brigava por uma vaga. Não sei se ainda é assim, mas pelo menos na época de 2000-2001, era assim. Os pais brigavam por uma vaga, dormiam na fila por uma vaga.

E: Se eu lhe perguntar o que é Mossoró, o que você me diria?

L: Aí eu vou usar o lema da prefeita: eu adoro Mossoró. Eu não troco por nenhuma outra cidade. Eu não tenho a menor vontade de sair daqui para morar em outro local. Nem em Parnamirim, que eu nunca gostei, nem Natal, nem capital nenhuma. Prefiro isso aqui. Eu sei que a gente tem os problemas de administração, mas qual é a cidade que não tem? A violência também está presente aqui. A questão política também que sai Rosado e entra Rosado, é sempre a mesma coisa. Eu gosto de sair para o centro e resolver tudo de uma vez no mesmo canto – eu adoro isso. Eu saía de Natal e vinha para cá, fazer compra aqui. O povo sai daqui para fazer compra lá. Eu passava meu tempo todo lá, quando eu vinha para cá era meu dia de festa, porque eu ia para o centro, eu me virava, comprava tudo que eu queria sem está precisando de ninguém. Eu gosto da comodidade daqui. Às vezes quando se fala que Mossoró é interior, eu até que acho parecido. Mas é isso também que eu gosto. Apesar da violência eu me sinto mais tranquila aqui do que em andar numa capital, com a exceção de João Pessoa – que eu achei interessante, mas também não quero morar lá, prefiro aqui mesmo.

E: Você acha que isso vai durar? Como é que você vê Mossoró no futuro?

L: Do jeito que vai nós vamos ficar igual ao Rio de Janeiro e São Paulo. Não está muito difícil não. Mas enquanto eles estiverem uns matando os outros – esses bandidos – eu fico até mais tranquila. O pior é que de vez em quando morre um inocente no meio da história. Mas se está caminhando para isso. A violência em si... Interessante que para cá o que vem é só coisa que traz gente que não presta, não é? Porque o presídio vem, agora uma coisa melhor não vem

não. Então, para o futuro eu tenho... Eu lembro que há dez anos eu sentava na calçada da casa da minha mãe e nós ficávamos até uma hora da madrugada conversando, sem problema nenhum. Hoje a gente não senta de sete horas da noite, porque a gente tem medo. Eu não me sento mais em calçada, eu não sei mais nem o que é ficar numa calçada. Eu tenho medo. E a gente não fica mais. A gente ficava até uma hora, a gente ficava, eu e mamãe, conversando, vendo os carros passar até uma hora da madrugada, sem sono, ficava ali na calçada. Hoje a gente não senta de sete horas da noite. Fica na área e assim mesmo com o portão trancado com cadeado e os meninos ainda tem medo. É o medo do medo.

E: Para você, o que é o país de Mossoró?

L: Rapaz, eu acho que é até emocionante assistir ao espetáculo, eu não vou dizer que eu não estou lá assistindo...É o chuva de bala no país de Mossoró. Não está muito difícil não, tem chuva de bala toda semana. Daqui a pouco vai pegar mesmo aí por fora, se é que não já pegou, a ideia de que Mossoró é realmente um país onde chove bala. Mas eu acho que a expressão é usada para chamar a atenção mesmo das pessoas que vem para cá. Mossoró tem tudo para ser uma cidade muito mais desenvolvida do que o que ela é – eu imagino que sim. É tanto que está chegando muitos empreendimentos. A cidade está inchando, ela talvez não esteja nem crescendo. Talvez por isso que se pegou a expressão “país”, para se chamar atenção. Talvez até para dar uma pontadazinha de irritação no natalense, mas eu acredito que seja mais ou menos por aí. Porque nós somos a segunda cidade, não é? E a expressão talvez seja usada para mostrar que a gente, principalmente na parte de cultura... É tanto que nós estamos indo essa semana para Natal, levando mais de quinhentos alunos para fazer uma apresentação cultural em Natal, porque Mossoró sempre que vai se sobressai. Aí a rivalidade também vai por aí, na questão do país. Eu acho que é mais uma forma de chamar atenção também.

E: E qual a leitura que você faz dos marcos históricos de Mossoró, que são disseminados nesses espetáculos teatrais, Chuva de Bala e Auto da Liberdade, que é o Motim das Mulheres, Abolição, Resistência e Voto Feminino? Qual a leitura que você faz?

L: É como eu falei. O espetáculo torna-se emocionante. Você vê que, por exemplo: o motim das mulheres dá uma bela história. Um monte de mulher que vai enfrentar quem? O exército. Por conta dos filhos que foram chamados para guerra. Só que na verdade esse exército aqui era o que? Era uma carta com um representante. Então, quando isso veio acontecer já estava praticamente acabando o conflito. Daqui pouca gente foi... Inclusive eu tenho dois tios que chegaram a ir só até Natal. E a mãe quase morre aqui porque foram convocados três filhos, os três filhos homens dela foram convocados. Um adoeceu e não chegou nem a sair daqui. Os outros dois foram apenas até Natal e são ex-combatentes - não sei de que, porque eles não foram para guerra. Mas foi coragem de Ana Floriano ter encabeçado esse movimento. Hoje é interessante que se fale isso também porque ela enfrentou o povo com panela, com espeto de churrasco e juntou outras mães, que rasgaram as cartas. Então é uma forma de você também elevar o prestígio da cidade. A questão da Abolição. Todo mundo comenta que o que existia aqui era uma fazenda com quatro escravos. Mas aí se criou essa coisa de dizer que Mossoró foi a primeira cidade a libertar os escravos. Aí vem o Motim, vem a questão do voto feminino. Quem é que não vai se vangloriar em dizer que teve o primeiro voto feminino? E o outro do espetáculo que eles mostram?

E: A resistência ao bando de Lampião

L: A resistência de Lampião. Ah! Essa daí não tem como você não cantar. Todos os anos eu vou assistir ao espetáculo. E eu fico pensando. Eu me coloco nos dois lados. Será que algum dia algum parente de Lampião já veio assistir uma esculhambação daquela? Porque na verdade, a gente sabe que o fato é muito fantasioso. Sabemos que nós não estávamos preparados para vencer o bando. Aí eu lembro muito do meu professor da faculdade. Ele comentava que foi pura sorte dos mossoroenses, porque Lampião entrou pelo lado que eles realmente esperavam. Nós não tínhamos a munição que devíamos ter. Os tambores estavam cheios, mas não era de munição, era só por cima. O pessoal que estava para combater não era preparado com relação ao bando. Então foi mais uma questão de sorte. E também o lugar por começou a invasão. O bando não foi privilegiado com isso. Então às vezes eu penso como é que um parente de Lampião assiste um negócio daquele. Mas não deixa de mostrar que o povo realmente teve coragem, os poucos que estavam lá. Não estou desvalorizando eles não. Ao contrário, eu acho que eles tiveram sim muita coragem, porque eram civis em grande maioria. E enfrentaram um bando que todo mundo temia. Na verdade, Lampião não chegou nem a entrar em Mossoró. Ficou do lado de fora, esperando. A parte do espetáculo que eu acho mais chocante, que eu escuto os comentários até hoje, quando mamãe fala – porque ela tinha um amigo que era da polícia nessa época: é a forma como mataram Jararaca. Eu acho vergonhosa. Porque mamãe comenta que ele dizia que realmente foi verdade, Jararaca entrou no corredor do cemitério e cada soldado tinha uma faca – uma baioneta como eles chamavam – de um lado para outro. E furaram ele todinho antes de entrar. E ele estava com as mãos amarradas. E ele disse que se soltassem uma das mãos dele, ele morria, mas ele levava um bocado com ele. Então, ele tinha muito mais coragem. Aí é quando eu pergunto – desde a faculdade até hoje eu tenho uma dúvida: Lampião é herói ou bandido? Até hoje eu não tenho resposta. Eu acho bonito o espetáculo, a forma e a coragem como o pessoal enfrentou, porque realmente demonstraram coragem, mas até hoje eu me pergunto, ele é herói ou bandido? Eu não tenho a resposta.

E: Você falou dos seus tios que foram convocados pra guerra, isso foi em que época?

L: Foi na segunda guerra.

E: Na Segunda guerra?

L: Isso. Na segunda guerra. Inclusive os três já faleceram. O que morreu esse ano foi o que não chegou a ir pra guerra.

E: E diante de tudo isso que você falou, dessa leitura que você tem sobre esses fatos históricos, qual você acha que é a relevância de alunos de Ensino Fundamental – da educação básica como um todo – estudarem esses assuntos?

L: Olha, o que eu vejo nas escolas é que isso é trabalhado quando a escola forma um projeto: “ah vamos fazer um projeto”. Naquele período ali, faz um projeto e tem alguns professores que fazem pesquisas isoladas, certo? Mas o que eu acho que deixa a desejar na questão do ensino do Rio Grande do Norte e até mesmo da cidade é a questão de fonte de pesquisa. Então, se você pegar por base que para um professor trabalhar no Ensino Médio - no Ensino Médio, depois eu volto para o Fundamental. Para um professor ensinar Cultura do Rio Grande do Norte, Economia do Rio Grande ele tem que usar um livro de Ensino Fundamental lá no Ensino Médio é vergonhoso. Como é que a Secretaria de Educação coloca numa grade curricular, Cultura do Rio Grande do Norte, Economia do Rio Grande do Norte, se ela não tem material para que esse professor possa trabalhar? Quer dizer que o aluno vai passar do

fundamental até terminar o Ensino Médio vendo apenas um único livro? Porque inclusive quando a gente chega aqui em Mossoró na Feira do Livro, que procura um livro do Rio Grande do Norte não encontra. Esse ano eu não comprei livro do Rio Grande do Norte. Porque os que tinham de exposição lá para gente são os mesmo livros que já estão aqui dentro. Então, teve um ano aí, não lembro se foi 2000 ou alguma coisa assim, saiu uns exemplares do Rio Grande do Norte e depois desses eu não vi mais se saiu algum. Aí como é que um professor trabalha isso lá no Ensino Médio? Como é que o de Mossoró trabalha a história de Mossoró se o único livro que eu conheço, que eu tenho, inclusive, falando sobre Mossoró é um livro de Mundinha lá do Diocesano, um livro de terceira série. Eu não conheço outro.

E: Não tem outro?

L: Na verdade não. E olha que é do tempo da faculdade que ela me presenteou com esse livro, em 1996. De lá pra cá, eu sei que história, o antigo não muda não, mas muita coisa vai se atualizando. E é o livro que a gente tem. Aí se prega a cultura, se faz espetáculo, se trabalha o teatro, não vou dizer que Mossoró não é terra rica de cultura não. Ela é. Mas em termos de passar isso para os alunos, como professor e como disciplina, fica complicado. Porque o professor não tem fonte para trabalhar. A não ser que ele viva de internet e mesmo assim não tem.

E: Quer dizer que você acha que é importante estudar esses assuntos.

L: Até para conhecer. Agora para isso era preciso que o professor tivesse preparado, tivesse acervo para se trabalhar.

E: Quando você trabalha com esses temas em sala de aula, como é que você desenvolve isso com os alunos? Quais são as temáticas que você costuma trabalhar, quais são os aspectos que você costuma chamar atenção?

L: Olha, muitas vezes essas temáticas aí vem só no mês de setembro. Porque aqui é assim: chegou setembro, aí parece que Mossoró se vira para todas essas quatro temáticas que você me mostrou. Passou setembro, esquece que existiu Lampião, esquece que existiu Ana Floriano, esquece tudo. Então às vezes elas surgem através de conversas. Dependendo do interesse que você desenvolva no desenrolar da situação. Às vezes o aluno se interessa mais e outro não, aí você pode passar um trabalho de pesquisa, pode-se debater isso na sala, mostrar – porque eu sempre gostei de mostrar – um lado e o outro da coisa. Porque eu fui acostumada a estudar, inclusive no fundamental, com a minha professora que me espelhou a ser professora de história hoje – era tão interessante que tem coisa que eu nunca esqueci. Eu me lembro como se fosse hoje uma pergunta da prova de história: “o Brasil foi descoberto intencionalmente ou ocasionalmente? Explique.” Aí eu respondia: “o Brasil foi descoberto ocasionalmente – estava lá no livro, não é? – porque aconteceu – eu lembro assim, eu vejo o livro na minha frente – porque aconteceu uma calmaria e teve aquela coisa toda, Cabral chegou no Brasil.” Então quando eu vou trabalhar isso em sala eu costumo sempre lembrar essa questão e passar para eles. Quer dizer, hoje os livros já não contam isso, e a gente sabe. Hoje a visão que a gente tem já é outra, mas foi assim que eu aprendi. Eu decorei tanto que até hoje eu nunca esqueci e acho graça com a resposta que eu escrevia lá, que era ocasionalmente, hoje eu não digo isso, só se fosse uma piada, está entendendo? Então, para os alunos, sempre que eu vou comentar sobre um desses assuntos eu gosto de mostrar os dois lados, eu quero ver o que eles vão dizer nas respostas também. Porque é muito bonito você ir

ali para praça assistir um espetáculo daquele, grandioso - que eu não vou dizer que não é. Você sai de lá emocionado e você termina acreditando que tudo aquilo ali é verdade, só que é uma novela. E você não olha o outro lado das outras pessoas que tinham por trás daquela história também. Eu acho que é interessante que se conheça isso nas escolas por conta disso, para que você quando chegar lá, você assista ao espetáculo, mas você saiba que por trás também tem outra versão da história. Porque não é só o mês de setembro, é o ano todinho. E conhecer a cidade não é só vê aquilo ali, tem muito mais por trás.

E: Então, muito obrigado, eu agradeço a sua paciência e agradeço pelo seu tempo.

Entrevista – Leonardo

E: Eu queria que o senhor me falasse um pouco sobre a sua atuação profissional.

L: Eu sou licenciado em história pela UERN, certo? Na época não era UERN, era Fundação Universidade do Rio Grande do Norte. Eu sou da turma de 79-82. E quando eu passei no vestibular, eu já lecionava. Lecionava no antigo primário, hoje fundamental I. E com uns dois anos eu passei a lecionar de 5ª a 8ª série, já aqui em Mossoró. Ensinava o fundamental I, que era o antigo primário na zona rural de Mossoró e depois eu vim para a cidade e comecei a lecionar no fundamental II. Rapaz, você que já está exercendo o cargo de professor, sabe que é uma tarefa muito difícil. Sempre foi difícil, principalmente trabalhar com adolescente. Mas hoje eu acho que está pior, está mais complexo, não é? A gente enfrenta muita dificuldade. Quando eu iniciei não havia livros didáticos oferecidos pelo poder público, a gente tinha que escrever o conteúdo lá no quadro de giz. E naquela época já tinha alunos que não se preocupavam em aprender, porque não gostavam, não sei por que, não copiavam. Havia questões de rebeldia. Enfim, existiam também aqueles que queriam alguma coisa. E na medida do possível, eu cansei de incentivar, mostrar a importância de se aprender, de se estudar, de adquirir conhecimento, não só visando o emprego, mas também como desenvolvimento intelectual do próprio ser humano. Mostrava isso para eles, como mostro hoje ainda. Graças a Deus, parece que Deus iluminou alguns, a mente deles. Provavelmente a família acompanhava. Alguns deles hoje já estão formados na área do magistério, outros na área de agronomia, direito. Encontro ex-alunos que já estão, vamos dizer assim, formados, não é? Uns são licenciados, outros são bacharéis em agronomia, direito e assim vai. Mas é uma tarefa difícil, sempre eu mostrei a importância de se estudar, a importância da leitura. A leitura é fundamental, em todas as matérias, principalmente em história, em geografia, a leitura é fundamental. Outra coisa, eu sempre mostrei para eles: história não é só os fatos do passado não. Os fatos de hoje, os acontecimentos de hoje são história também, certo? História que está se construindo, ou passando-se por ela sem ter consciência de sua importância como cidadão. Mas estamos vivenciando a história de hoje, atualmente. Isso que nós vivemos hoje será estudado no futuro. É bem verdade que a história individual de cada um de nós não interessa muito para os pesquisadores. Mas a história coletiva, nossa história coletiva ela é muito importante para o desenvolvimento de nossa cidade, de uma comunidade, do estado, do país, certo?

E: Por que o senhor escolheu história?

L: Rapaz, eis a questão (risos). Bom, eu escolhi história porque eu gostava de história realmente. Agora, naquela época, quando eu estudei, no início dos anos 70, nós estávamos vivendo o auge da ditadura militar, o período de chumbo mesmo, sabe? Os professores não tinham muita liberdade para questionar o que seria melhor, o que seria mais viável. Então eu

gostava de história e resolvi fazer história, certo? Mas hoje eu não aconselho o aluno a ingressar no magistério. Eu encontro alunos que estão fazendo licenciatura : “professor, essa coisa tá um pouco parecida com o que você disse” – eu digo: “não desista, você entrou não desista, agora, procure outra coisa porque...” Não só pela questão salarial, mas é pela questão que eu vejo do desrespeito em sala de aula. Não sei se é por conta, influência de meio de comunicação, como televisão, não sei se é a desintegração da família – porque também tem famílias que acompanham seus alunos e ouve-se falar que os alunos aqui e acolá estão dando trabalho. Eu acho que o filho é uma flecha, os pais o arco, quando você dispara essa flecha, tem muita coisa para desviar essa flecha do alvo. Eu acho que a situação é essa hoje, mas eu estou aqui, a colega está aí – a colega de língua portuguesa – ouve muito eu fazer comentário a respeito disso. Mas estamos indo aqui. Já estou perto de me aposentar. No município eu peço aposentadoria, se Deus quiser, em julho. Trinta e cinco anos de sala de aula.

E: Professor, o que é que o senhor pensa sobre Mossoró? O que é Mossoró para o senhor?

L: Olha, Mossoró é uma área geográfica, habitada por nós potiguares, e por pessoas que vieram de outros municípios e de outros estados para morar aqui. Mossoró é essa área em que nós vivemos, esse território, que eu considero um solo que tem riquezas, tem muito petróleo. Se bem que dizem que está diminuindo. Nós temos riquezas, temos calcário... Suas terras, uma parte delas é agricultável, é boa. Uma cidade que eu considero um polo de desenvolvimento. Uma cidade polo que é importante, não só para quem habita aqui, mas também para os municípios circunvizinhos. Hoje, nós temos duas universidades públicas, além das universidades privadas. Nós temos o Instituto Técnico Federal, nós temos escolas de segundo grau, privadas e públicas. Enfim, Mossoró é uma cidade importante no contexto econômico e político do Rio Grande do Norte. O que eu vejo é que os nossos governantes são muito descuidados com relação à política educacional, à política de saúde, que anda meio devagar, meio capenga. Mas para mudar isso tem que ter a participação popular. O povo tem que acordar, tem que ter consciência. Aliás, eu acho que os nossos governantes preferem a “massa” ao invés de “povo”. Porque o povo tem história. O povo, subte-se, participa das decisões políticas e econômicas. Enfim, participa da vida de um município, de uma comunidade. O povo tem história, reivindica direitos, mas infelizmente na história do Brasil, desde o período colonial, os nossos governantes preferem “massa”, porque ela não participa e serve de manobra.

E: Se o senhor pudesse fazer uma prospectiva, como o senhor imagina que vai ser Mossoró no futuro?

L: Bom, eu imagino que ela irá crescer muito, não só em população, mas também como em importância econômica. Às vezes eu ouço falar que nosso comércio em Mossoró não é tão pujante como na capital, que às vezes se procura alguma coisa e não tem. Mas eu acho que já melhorou muito, principalmente com a presença da Petrobrás e outras empresas a serviço dela, não é? Eu acho que ela vai crescer, desenvolver-se economicamente. Estamos vendo aí a construção civil – também um setor importante da economia, desenvolvendo-se. Nós temos também essa questão das universidades que formam pessoas, profissionais. Eu acho que isso é muito importante. Então eu vejo que Mossoró terá um papel importantíssimo na economia do Rio Grande do Norte e quem sabe, quem sabe não, com certeza do Nordeste. Nós sabemos que tem graves problemas sociais, temos problemas ligados ao meio ambiente também, temos problemas gravíssimos com relação à periferia, ao povo, o povo entre aspas, ou sei lá, a massa, mas os seres que aqui moram. Porque o que nós ouvimos dizer, que tem que superar esses gargalos, quer dizer, a formação dessas pessoas, dessas crianças, desses adolescentes,

para serem cidadãos mais atuantes e que possam com o seu pensamento, com o seu cérebro contribuir para o desenvolvimento da cidade. Eu acredito que posteriormente, daqui para frente, esse povo, uma parte vai adquirindo essa consciência e vai contribuindo para esse progresso. Penso eu.

E: Tem uma expressão que a gente conhece e que é muito divulgada tanto em Mossoró como além de Mossoró, que é a expressão “país de Mossoró”. O que seria para o senhor o país de Mossoró?

L: Olha, eu ouço essa expressão, mas eu não me apego muito a ela não. Não é país não. Isso aí foi uma criação de uma família que milita na política há mais de meio século aqui. E são pessoas hábeis. Pessoas intelectualmente preparadas e que usam essa frase de efeito para chamar atenção da comunidade. Então eu vejo o seguinte, é que Mossoró tem um potencial econômico grande, mas eu não considero, eu não me apego muito a essa questão de país de Mossoró. Isso é uma frase de efeito idealizada por alguém da classe dominante, da família dominante. A política de Mossoró é dominada por eles. Eu penso dessa forma.

E: No caso desse país de Mossoró, existem marcos históricos que são amplamente divulgados pelo poder executivo, que são aqueles do Chuva de bala e do Auto da Liberdade: o Motim das mulheres, a Abolição, o Primeiro Voto feminino e a Resistência ao bando de Lampião. O que é que o senhor pensa sobre esses marcos históricos?

L: Não deixam de ter a sua importância, mas eu continuo com o meu pensamento da resposta anterior. Foram fatos acontecidos em Mossoró. Mas será que toda população feminina teve oportunidade de votar naquela época, na época de Celina Viana? Será que todas as mulheres mossoroenses tiveram aquela mesma oportunidade de votar? Realmente foi ela que votou pela primeira vez? Mas ela era de classe média, em comparação com outras mulheres, como as lavadeiras de roupa, pobres. Era esposa de uma pessoa importante. Enfim, foi um fato importante, mas o que eu olho é que eles usam mais com interesse. Interessa a eles o sentido da dominação, de influenciar, de fazer com que o povo hoje se apegue a esses fatos como uma coisa que trouxe mudança para época, mudança para população. Eu não acho que não trouxe. Ficou a mesma lavadeira de roupa, continuou marginalizada, sem participação. O motim das mulheres. Eu me pergunto: se fossem as mulheres da periferia que tivessem ido lá pegar os papéis e destruir; será que a polícia da época não teria coberto elas de pancada? Porque nesse caso seriam mulheres do meio do povo, pobres, quer dizer, elas teriam sido rechaçadas violentamente, tachadas como subversivas. Mas foi gente da classe média, gente de influência que foi lá enfrentar o Exército, e mesmo assim elas já foram discriminadas, imagine se fossem pobres. Aí hoje eles usam isso como forma de impressionar as pessoas, mas eu acho que se as pessoas não participarem, não tomarem consciência política, que tem que participar da vida política, econômica, vai continuar essas pessoas mandando. Esses fatos fazem parte só do interesse político da classe dominante. O combate a Lampião. Logicamente que o grupo de Lampião andava pondo medo, espalhando violência. Se fossem somente as pessoas pobres que estivessem sendo molestadas pela ação de Lampião, será que as autoridades teriam se preocupado em fazer as trincheiras para defender? Bom, eles fizeram porque eles estavam atrás de dinheiro, e quem é que tinha dinheiro? Os comerciantes da época. Então foram os fatos? Foram. Mas a nossa classe política local é tão astuciosa, tão esperta, que utiliza isso como bravura. E para eles, essa bravura, repassada à população, estende-se até os dias de hoje com a ação deles no poder público.

E: como é que o senhor desenvolve esses conteúdos em sala de aula?

L: Eu mostro a eles que esses fatos existiram e que tiveram a sua importância, mas não no sentido de mudança, de uma melhoria de vida para população. Mas esses fatos são utilizados com objetivos eleitorais, como eu falei anteriormente, e eu mostro para o aluno que nós não devemos nos apegar a essa retórica da classe dominante. Quer dizer, a população tem que participar, tem que questionar sobre os diversos problemas que nos afligem em nosso dia a dia, em nossa vivência, como o transporte coletivo, como moradia, como a escola, como assistência médica, a segurança por exemplo. A gente prepara a criança, o adolescente para que ele no futuro possa ter a possibilidade de um emprego, mas também ter a possibilidade de desenvolver o seu raciocínio, a sua intelectualidade, para contribuir na melhoria da qualidade de vida. Então eu sempre mostro que os nossos políticos eles vão às ruas de quatro em quatro anos, falam dos problemas, falam das dificuldades do povo, mas quando chegam lá nem sempre cumprem, nem sempre não, eles não cumprem aquilo. Então a população deve começar a questionar, debater o porquê de tanta ênfase, por exemplo, no mês de junho que é o período do chuva de bala, dá tanta ênfase ao 30 de setembro, a abolição dos escravos, quando na realidade houve a abolição, os escravos de Mossoró, segundo os livros, eram poucos, não eram muitos. Mas o que mudou na vida das pessoas? Não mudou nem mesmo para o próprio escravo, porque eles não prepararam aquele escravo para oferecer liberdade, para que ele pudesse ter uma vida melhor, continuaram sendo escravos após a abolição.

E: O senhor acha que essa tentativa de dominação chega até as escolas?

L: Chega, chega com certeza. Ela chega lá. Eu não estou fazendo aqui crítica ao gestor, aos diretores, que hoje se chama gestores, ao pessoal técnico-pedagógico. E eu não estou aqui denegrindo a imagem de ninguém, não estou fazendo crítica. Mas de qualquer maneira, o diretor, o pessoal do setor técnico-pedagógico quando vão as reuniões eles transmitem o que a secretaria de educação deseja fazer com aqueles eventos ditos culturais. Aquilo ali tem justamente a extensão da retórica para fazer com que as pessoas acreditem naquilo. E as ações para mudar, isso aí é que nós, por parte do poder público, nós não vemos... Eu falo isso aqui, essa questão, eu digo assim, no sentido de mudanças concretas a gente não vê. Porque é através de quê? Dessa maneira de conduzir esse processo, fazendo com que as pessoas não questionem muito, não debatam muito para que eles se mantenham no poder, para eles alcançarem os seus objetivos, entendeu? Eu penso dessa forma.

E: Então eu agradeço a sua disponibilidade, a sua paciência em ter concedido essa entrevista. MUITÍSSIMO OBRIGADO.

.

Entrevista – Afonso

E: Eu queria que o senhor me falasse um pouco da sua atuação profissional.

A: Eu sou graduado em História pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Sou professor há vinte anos, trabalho com a disciplina de História, já trabalhei com outras disciplinas como artes, geografia, mas atualmente eu trabalho somente com história. No momento eu trabalho com Ensino Fundamental apenas. Até porque a rede municipal só trabalha com Ensino Fundamental. Atualmente estou licenciado de sala de aula na rede estadual, onde também tenho vínculo e estou prestando serviço ao Sindicato dos Trabalhadores da Educação. No estado eu dou aula no ensino médio.

E: Por que o senhor escolheu fazer o curso de história?

A: Olha, primeiro que desde quando eu era estudante, ainda do ensino fundamental – o primário, como chamávamos antigamente – eu tinha uma simpatia. Apesar de ser uma disciplina que trabalha com teoria, muito conteúdo, mas eu tinha uma simpatia por história. E acabei optando por fazer. Lógico que quando eu era criança eu tinha outro sonho, não sonhava em ser professor, mas depois, na minha adolescência eu fui tendo contato com bons professores, fui participando de movimentos – movimento estudantil – e fui vendo que a história, essa disciplina, poderia contribuir bastante para esse desenvolvimento político, social, enfim. E optei por ela exatamente por isso. E por entender que essa disciplina contribui também para que os jovens de hoje, que se preocupam tão pouco com a nossa história - não só a história do Brasil, mas a história da nossa região, a história da nossa cidade - e eu poderia contribuir para os jovens de hoje, para fazer com que eles entendam melhor por que as coisas hoje acontecem da maneira como elas acontecem, através da história.

E: Eu queria que o senhor falasse um pouco sobre o que o senhor pensa sobre Mossoró, o que é Mossoró para o senhor?

A: Olha. Primeiro, eu gosto muito de Mossoró, sou mossoroense, como se diz, mossoroense da gema. Gosto muito da cidade de Mossoró. Lógico que tem algumas coisas que a minha disciplina desperta e que eu não concordo em Mossoró. Por exemplo, vou logo entrar nessa questão da política, política partidária mesmo. Eu acho que essa coisa da oligarquia tem feito com que Mossoró se atrase um pouco. Hoje, a gente vê que outras cidades, até mesmo como Parnamirim, já está em termos de desenvolvimento, já está chegando perto de Mossoró. E outras cidades pequenas, como Caicó, Currais Novos, Pau-dos-Ferros, estão avançando. Eu penso que essa questão da oligarquia atrapalhou um pouco esse desenvolvimento de Mossoró. Apesar de dizerem que nos últimos anos Mossoró tem crescido. Tem crescido sim, mas a iniciativa privada é que tem contribuído para esse crescimento. Há empresas que estão vindo de fora. Tem a questão do aquecimento imobiliário, mas isso parte da iniciativa privada. Na medida em que a iniciativa privada contribui para esse crescimento, as necessidades básicas da população não estão acompanhando esse desenvolvimento. A questão do transporte coletivo de Mossoró é precária, e isso é uma função do poder público. A saúde, a própria educação deixa muito a desejar. Entendo que estas são funções do poder público. Então Mossoró está crescendo através da iniciativa privada, mas o poder público não está acompanhando esse crescimento. A violência também é outro ponto negativo: nos últimos dez anos Mossoró tem se tornado uma das cidades mais violentas do Nordeste. Temos a questão da criminalidade, do tráfico de drogas. Muitos jovens e adolescentes, de 16 a 23 anos, estão sendo levados para esse caminho. E isso é um ponto negativo de Mossoró. Mas eu gosto daqui. Nunca pensei em sair de Mossoró e quero viver o resto da minha vida aqui nessa cidade.

E: O senhor falou muito dos aspectos negativos de Mossoró. O que é que o senhor poderia destacar de positivo na cidade?

A: Eu penso que essa hospitalidade. O povo de Mossoró é muito hospitaleiro, recebe as pessoas muito bem. Mesmo com tanta violência, mas ainda é aquela cidade que tem características de uma cidade pequena, de interior. Praticamente, todo mundo se conhece. Enfim, esse é um ponto positivo. Ainda não tem aquela característica de metrópole. Eu não sei, eu tenho muito medo dessa coisa de metrópole. Então eu acho que o ponto positivo é esse: é o fato de ainda ter aquela característica de uma cidadezinha, não querendo menosprezar, nem dizer que é pequena. Uma cidadezinha do interior mesmo, com características de interior. Isso é um ponto positivo que eu acho na nossa cidade.

E: E diante dessas coisas que o senhor destacou, tanto do ponto de vista positivo como negativo, para o senhor como historiador, qual é o futuro que o senhor projeta para a cidade?

A: Eu creio que no futuro Mossoró, aí sim, - não sei se eu ainda estarei aqui nessa dimensão - mas eu acredito que Mossoró será uma metrópole. Será uma grande cidade, não só do Nordeste, mas uma grande cidade do Brasil, se ela continuar no ritmo que está. Desde que – repito, volto a falar daquela questão lá do início – desde que o poder público faça a sua parte, oferecendo as condições necessárias para que a população possa usufruir desse crescimento. Eu acredito que Mossoró será uma grande cidade, uma cidade com indústrias, com um comércio bem mais desenvolvido. Enfim, eu vejo essa questão do crescimento de Mossoró nesse sentido.

E: Tem uma coisa que a gente ouve falar muito de Mossoró, tanto aqui dentro como fora, é sobre essa questão do “país de Mossoró”. É uma expressão disseminada no Brasil inteiro. Então, o que seria o “país de Mossoró” para o senhor?

A: Olha essa coisa de país de Mossoró - talvez quando as pessoas lerem o seu trabalho vão dizer “esse cara só falou nessa questão” – mas isso foi uma invenção de alguns políticos, achando que muita coisa só acontece em Mossoró. Inclusive existe aquela coisa da gozação do natalense em dizer que tem muita coisa que só acontece em Mossoró. Eu acho que diante desse fato as pessoas criaram essa coisa de país de Mossoró, mas eu não acho que seja país não. A cultura de Mossoró que as pessoas tentam preservar aqui, por exemplo, a memória da resistência de Lampião, o 30 de setembro, que é a questão da libertação dos escravos, são festas que acontecem em qualquer outra cidade, outro estado. Toda cidade lembra os fatos históricos que marcaram a sua história. Então eu acho que essa questão de país de Mossoró talvez tenha surgido até de uma brincadeira. Como eu já disse, eu não concordo. Eu acho que é a cidade. Cidade de Mossoró. Município de Mossoró. País de Mossoró, não. Eu acho que nossa cidade é uma cidade comum como qualquer outra, talvez um pouco mais quente do que as outras, talvez... Enfim, mas eu não gosto dessa coisa de país de Mossoró.

E: O senhor falou em dois marcos históricos: a questão da abolição e da resistência. Eu queria que o senhor falasse um pouco desses marcos históricos, que o poder municipal tanto se esforça em disseminar, que seria o motim das mulheres, a abolição, resistência, voto feminino. O que é que o senhor pensa desses fatos históricos?

A: São superinteressantes. Inclusive, eu trabalho essas questões em sala de aula, e em todos os lugares onde eu tenho a oportunidade de proferir alguma palestra, alguma coisa... Agora, é preciso que isso seja visto não da maneira como muitas vezes o poder público transmite. Por exemplo, o chuva de bala no país de Mossoró: existem muitas distorções naquele espetáculo. Lógico que os diretores e as pessoas que vêm de outros estados para dirigir aquele espetáculo, dizem: “nós estamos aqui fazendo um pouco da realidade, mas tem um pouco de ficção, afinal você não pode fazer a coisa como realmente aconteceu”. Tudo bem, você não pode fazer a coisa real, mas você também não pode colocar coisas que não existem. Mas eu acho que isso tudo aconteceu, o motim das mulheres, a questão do voto feminino aconteceu. Tem historiadores que tem divergências sobre essa questão do voto feminino, porque dizem que a primeira mulher a votar não foi aqui. Sabe-se que foi no Rio Grande do Norte, não se sabe qual foi a primeira. Outras mulheres votaram em Natal, votaram em Mossoró, mas não se sabe exatamente quem votou primeiro. Vários historiadores têm divergências nessa questão do voto feminino. Mas é uma questão para se trabalhar nas escolas, na universidade... Eu acho

que o grande problema dessas questões da abolição, da resistência dos mossoroenses ao bando de Lampião, é a maneira como se trabalha. Eu acho que na disciplina de história poderia ter um pouco mais, principalmente na rede municipal – na rede estadual existe isso – mas na rede municipal poderia ter essa questão da história do Rio Grande do Norte. E dentro da história do Rio Grande do Norte você trabalhar um pouco da história específica aqui da cidade de Mossoró, para que os meninos saibam exatamente – os jovens, os adolescentes – saibam o que significa a abolição dos escravos, por que é que Mossoró tem esse título de ter sido a primeira cidade a libertar. Historiadores também discordam: Mossoró sequer tinha escravos – alguns historiadores dizem isso. Porque Mossoró não tinha escravos do mesmo jeito dos outros lugares. Aqui, existiam uns latifundiários que tinham aqueles escravos muito mais por uma questão de status, para dizer que tem poder. Mas não faziam esse trabalho escravo, não existia todo aquele processo da escravidão: castigo, a morte, a prisão. Eram escravos que trabalhavam nas casas deles. Então é outro fato que é preciso se trabalhar, principalmente em sala de aula. É preciso se trabalhar nos documentários que algumas pessoas fazem, todas essas questões. Mas eu acho interessante, faz parte da nossa história. Então, como em toda história, tem historiadores que discordam totalmente de como é contada a história de Tiradentes, por exemplo. Essa questão do descobrimento – tem divergências. Até do surgimento da humanidade existem divergências. Então, essas questões aí: motim das mulheres, voto feminino, o 30 de setembro, o Lampião, tem que mostrar, digamos assim, as duas versões, ou três versões, para que o estudante possa, através de pesquisas, tirar suas conclusões. Mas eu acho muito importante trabalhar essas questões porque realmente elas fazem parte da história de Mossoró.

E: Daquela outra vez que eu estive aqui, fiz a entrevista inicial com o senhor, o senhor disse que a intenção do poder público em disseminar essa história era dominar ideologicamente o cidadão.

A: É exatamente por isso que eu digo: era preciso que ela existisse como disciplina obrigatória, ou dentro da disciplina, está no currículo da disciplina, para que exatamente os alunos tenham, vamos dizer, a curiosidade de pesquisar em outras fontes para que o próprio aluno possa tirar suas conclusões sobre tudo isso aí. Não é da maneira como o poder público empurra goela abaixo o 30 de setembro, com toda aquela encenação do motim das mulheres. Não. Mostre aquilo, agora vamos mostrar o que é que outros historiadores dizem acerca desses acontecimentos.

E: Qual seria então a relevância de se estudar a história de Mossoró na sala de aula?

A: É exatamente essa: porque muita coisa é distorcida, lamentavelmente. Hoje, o poder público não tem o domínio, nem ele pode dizer quais são os autores, quais são os livros que as escolas têm que trabalhar. Mas o fato de não existir dentro das escolas um aprofundamento maior dessas questões, nós entendemos que fica solto. De certa forma fica solto. O estudante ele só vê uma versão, só lê uma questão. Então eu acho que conhecer Mossoró, o significado de Mossoró, quem foi o fundador, quem foram os fundadores de Mossoró, por que esse nome. Essas são questões que são pouco trabalhadas em sala de aula. Então eu acho que é muito importante. Não só conhecer a história da Grécia Antiga, do Egito, mas por que a gente não trabalha mais essa questão? Eu acho que é importante para que os jovens possam saber e entender por que de tudo isso que está acontecendo hoje.

E: Como conteúdos da história local que o senhor disse que costumava trabalhar em sala de aula, o senhor destacou os movimentos sociais, a libertação dos escravos, a questão do

sindicato do garrancho, a questão da política das oligarquias, o cangaço, todas essas coisas. Diante desses conteúdos que o senhor trabalha quais são, em linhas gerais, os objetivos que o senhor traça, ou em outras palavras, o que é que o aluno deve saber sobre Mossoró?

A: Olha, o historiador – o historiador e o professor de história – o professor de história sempre tem que fazer uma relação do antes e do agora, do distante e do local. Então, a partir do momento em que trabalhamos na disciplina de história a questão da escravidão, da escravatura, nós temos que dizer “em Mossoró existiu isso”. Quando você trabalha a questão das oligarquias, os coronéis, “em Mossoró existiu isso e existe isso”. Você tem que fazer essa relação. Para que? Primeiro, aquilo que eu já falei anteriormente, para que o aluno conheça. Bom, você fala de oligarquias. Quem são essas famílias? Bom, os Rosado dominam Mossoró, assim como em outros estados tivemos outros coronéis: no estado do Ceará, a própria política do café com leite, lá no Rio e São Paulo. Eram os coronéis, eram famílias, eram latifundiários, eram pessoas ricas do mesmo jeito que aqui. Então é preciso que o aluno conheça. O objetivo é que ele saiba o porquê de não se ter uma oportunidade para outras pessoas também assumirem, vamos chamar, o poder, ou governarem Mossoró. Então é exatamente por isso: isso vem de muito tempo, certo? Existem as ramificações dentro da família, os mais antigos vão abandonando, os mais jovens vão surgindo. Então o que o aluno tem que saber é exatamente o porquê, como surgiu a questão do coronelismo, a questão das oligarquias, como foi que isso surgiu. Então lá no Rio e São Paulo, na política do café com leite, eles dominavam o Brasil. Então aqui, como foi que isso surgiu? O aluno tem que entender exatamente isso. O objetivo de se trabalhar é que o aluno entenda isso.

E: Quais são os materiais didáticos que o senhor utiliza quando trabalha com a história de Mossoró?

A: Existem entrevistas de bons historiadores. Nós trazemos para sala de aula depoimentos de historiadores. Nós trazemos vídeos com documentários. Até mesmo filmes, existem filmes que você pode trabalhar, um filme relacionado ao cangaço você pode trabalhar e trazer para nossa realidade aqui. E além de matérias de jornais, de revistas, que já saíram no passado. A Fundação Vingt-un Rosado, estou citando aqui essa, tem muito material bom que a gente pode trazer. A gente traz para escola e trabalha com eles. Até para facilitar o aprendizado. Então, toda fonte: vídeo, áudio, revistas, jornais, enfim, facilitam para o aprendizado deles.

E: Para encerrar, professor, o senhor acha que essa tentativa de dominação dos Rosado chega até as escolas?

A: Não, as escolas são independentes. Para essa questão existe autonomia sim. A não ser que a direção, a supervisão da escola não queira, mas existe essa autonomia. Até porque a orientação é do MEC, do Ministério da Educação, os livros didáticos utilizados na sala de aula vêm do governo federal. Somos nós que escolhemos os autores, mas dificilmente, a nível de Mossoró, a nível de Rio Grande do Norte, há essa influência. Agora, voltando ao início, o que eles deveriam trabalhar um pouco mais era essas questões, essas festas que eles fazem. Então, a partir do momento que eles fazem uma festa lá fora, mostram uma coisa para o aluno, o aluno pode ficar um pouco confuso, não é? O aluno pode ficar um pouco confuso. Então, é função nossa, papel nosso aqui como professor, enquanto professor na sala de aula tentar, eu diria até que, desmitificar ou esclarecer melhor alguns pontos que eles, lá naquelas festas que o governo promove, pode haver alguma distorção, e aí vai a confusão. Mas diretamente em sala de aula o governo não tem, não tem essa influência. Felizmente não tem.

E: Então eu agradeço a sua paciência e sua disponibilidade em conceder essa entrevista.

Entrevista - Breno

E: Eu gostaria que o senhor me falasse um pouco da sua experiência profissional.

B: Eu sou graduado em História aqui pela nossa universidade Regional do Rio Grande do Norte. Eu ensino História há vinte e oito anos no município. E no estado eu tenho onze anos. Ensino História, Filosofia e Sociologia. Aqui, eu ensino História, Geografia e Ensino Religioso.

E: O que é que o senhor pensa sobre Mossoró? O que é Mossoró para o senhor?

B: Sinceramente, Mossoró para mim é tudo. O que ela representa para mim? Ela representa muita coisa: é a cidade onde eu nasci. Infelizmente, a meu ver, é uma cidade ainda muito sem memória. Você faz uma busca em Mossoró, de prédios antigos, de museus, de história de pessoas que são anônimas e se verifica que não existe um resgate da vida desse povo. É uma história voltada mais para aqueles que dominam a sociedade. Mas a cidade tem um potencial muito grande, na história. Fatos importantes que aconteceram na nossa cidade e que são os mais comentados, o Motim das Mulheres, a resistência ao bando de Lampião. Esses são os mais conhecidos. Mas existe por trás desses grandes acontecimentos a história do dia a dia, das pessoas que dão a vida, de pessoas que lutam, das pessoas que enfrentam as dificuldades, as vicissitudes do dia a dia, para poder viver melhor. Acho que isso é bem mais interessante porque é a história de um povo que luta. É uma cidade construída pela vida de todas as pessoas, que de alguma forma fazem a cidade crescer. É a empregada doméstica, é o gari, as classes menos favorecidas, que com a sua luta, com a sua força de trabalho, fazem a cidade crescer no dia a dia.

E: Quais são as perspectivas para Mossoró no futuro?

B: Eu sou muito otimista com relação ao futuro. É uma cidade que está crescendo. Ao lado desse crescimento, infelizmente também, tem algumas coisas que precisam melhorar e muito. A questão da violência urbana, a falta de uma qualidade na educação – que nós não temos. Por mais que se apresentem os dados positivos com relação ao crescimento da educação, mas a realidade é outra. Esses dados são dados políticos, para favorecer os políticos. Se você for olhar a realidade da educação nas nossas escolas, é péssimo. A gente tem aluno que chega no 9º ano e parece que não foi alfabetizado. Então, está crescendo, mas é preciso melhorar na educação. Uma saúde de qualidade. É preciso melhorar a saúde nessa cidade. Está havendo um inchamento muito grande, muita coisa vai surgindo e às vezes eu não sei se Mossoró vai suportar. Só um exemplo: hoje Mossoró tem uma rede grande de supermercado. Eu não sei se isso é bom. Porque tudo isso ao mesmo tempo pode de repente haver uma caída grande. Mas eu acredito em um futuro bem promissor: que as coisas vão melhorar na educação, afinal de contas temos duas grandes universidades que contribuem e muito já contribuíram para o crescimento dessa cidade. É inegável a força das duas universidades, tanto da UERN como da UFERSA. Também tem a UNP que é particular mas vem dando a sua contribuição também.

E: O que é o país de Mossoró para o senhor?

B: Para mim essa expressão foi criada pelos Rosado, para demonstrar o país deles, onde eles vêm dominando há quase oitenta anos. Então eles criaram isso aí. Na verdade essa expressão

exclui o povo. Eles criaram isso aí para mostrar que eles dominam. É tanto que o grupo político se dividiu para se manter no poder. É aquele poder perpétuo: “vamos nos dividir porque quatro anos fica um e quatro anos fica outro”. Então, não há na criação desse país de Mossoró uma participação do povo.

E: Qual é a leitura que o senhor faz dos marcos históricos de Mossoró.

B: Eu não levaria esses fatos somente para o lado político, porque eu acho que teve uma participação popular, que infelizmente é escondida. É mostrada mais para o engrandecimento da cidade. Os políticos usam esses grandes fatos para se promoverem. Mas a leitura que eu faço também é positiva, de uma cidade que de alguma forma lutou e participa e que busca a sua ascensão social. De uma cidade que faz a sua história. Eu acho importante esses fatos, desde que eles não sejam vistos só por um lado, de promoção de alguns políticos, mas como um processo histórico de formação e participação de toda a sociedade, nas lutas por dias melhores. Os Rosado estão há quase oitenta anos no poder, eles usam desses grandes eventos para se promover ideologicamente no poder. E usam isso, como Mossoró é uma cidade grande, de Mossoró que libertou os escravos, as mulheres que se sobressaíram... E para mim, o que não é bom nisso tudo é que porque sempre vai mostrar nesse contexto alguns heróis na história: no motim das mulheres, na resistência a Lampião tem Rodolfo Fernandes... O que eu não acho interessante é o fato de não mostrar o povo dentro desse processo histórico. Claro que de fato teve uma importância. Tem as suas divergências, porque tem historiadores que vão divergir com relação ao poder do voto feminino, vão divergir com relação à libertação dos escravos. Tem historiadores que não concordam com o fato de Mossoró ter sido a primeira cidade a libertar os escravos. Outros dizem que é uma cidade lá do Ceará. Também se dá com o voto feminino. Mas eu acho que isso não é o interessante. Não importa se foi a primeira ou se foi a segunda. O importante é que Mossoró, de alguma forma, se sobressaiu e fez a sua história de uma forma bem espetacular. Agora, ideologicamente a família Rosado usa disso para se promover e alguns nomes se sobressaem nesses grandes eventos e mais uma vez a história do povo não é mencionada. Porque a história não é construída por um herói, ou por outro herói qualquer. É o povo que faz essa história e acaba ficando sem participação.

E: O senhor acha que essa tentativa de dominação chega até as escolas?

B: Essa dominação chega até a escola porque vem da Gerência Executiva de Educação. Ela tem todo um programa de como as escolas devem proceder. Por que se diz que a escola tem a sua autonomia, a gestão democrática, mas de democrático não existe nada. Até porque a própria gestão é uma escolha deles. Por mais que se faça um concurso, na hora da seleção é aquele diretor que esteve ao lado daquele grupo político. Então até na questão curricular existe uma dominação por parte de quem está no poder, da Gerência Executiva de Educação. Tem que rezar pela cartilha deles. É claro que eu como professor, por mais que venha um currículo, eu posso dar uma feição diferente ao meu ensino e posso desmitificar aquilo que é passado. Posso até mostrar também o outro lado que é desconhecido. E também ver a história, ver esses eventos grandiosos que acontecem aqui. Eu tenho essa capacidade, esse discernimento de mostrar para os meus alunos, dá um novo olhar para esses acontecimentos.

Entrevista – Sandra

E: Eu queria que a senhora falasse o que pensa sobre Mossoró. O que é Mossoró para a senhora?

S: Mossoró para mim, hoje é uma cidade desenvolvida até certo ponto. Houve um desenvolvimento muito grande na cultura. De certa forma, esse desenvolvimento gerou alguns empregos, mas ao mesmo tempo, com o crescimento da cidade, aconteceram algumas catástrofes e transtornos, como a violência que cresceu. E Mossoró hoje é um paradoxo: é uma cidade desenvolvida e ao mesmo tempo em que ela evoluiu ela também involuiu. Porque cresceu o índice de marginalização, de violência, de morte, de acidentes no trânsito, que é desorganizado, caótico. Enfim, hoje Mossoró é uma cidade perigosa, a gente não tem mais a liberdade de andar nas ruas como a gente andava há alguns anos. Até mesmo durante o dia você anda e vê assaltos. A gente não tem mais essa liberdade nem de estar na calçada da nossa casa, ou até mesmo dentro da nossa casa.

E: E quais são as perspectivas de futuro? Qual a Mossoró que a senhora vê no futuro?

S: Hoje eu vejo Mossoró inchada. Houve esse crescimento como eu acabei de falar: tem boas universidades. Mas eu entendo que Mossoró no futuro – eu até me preocupo – porque hoje a gente vê como ela está. Tem a faculdade de medicina, que foi um dos pontos muito positivos para Mossoró. Essas faculdades particulares também foi um ponto muito positivo para Mossoró. A cada dia os problemas vão aumentando, as pessoas vão migrando para cá e a cidade vai realmente inchando. E eu vejo que isso vai estar muito mais grave no futuro. E isso vai se agravando porque a gente vê que a proposta urbana não é satisfatória, a gente vê que a prefeitura não trabalha com o desenvolvimento urbano da cidade. A questão do trânsito, por exemplo, é caótica, a cidade não é bem sinalizada. Agora mesmo eu vinha reclamando sobre as duplicações, as avenidas. Mossoró é uma cidade que já devia ter viadutos, porque todo dia é um acidente aqui na leste oeste. Antes, a estrada da morte era a outra avenida do outro lado, no Alto de São Manoel, e agora está sendo a leste oeste. Quer dizer, é totalmente caótico. Daqui a alguns anos eu não sei como é que essas pessoas vão conseguir trafegar dentro dessa cidade

E: Existe uma expressão que a gente conhece muito, tanto em Mossoró quanto fora de Mossoró, que é a expressão “país de Mossoró”. Para a senhora o que é esse país de Mossoró?

S: Honestamente, país de Mossoró para mim é um reduto eleitoral. Eu posso até usar uma expressão mais forte, um reduto eleitoreiro. Porque o país de Mossoró para mim é isso. É uma cidade que tem uma oligarquia muito forte – você sabe. O sistema oligárquico está perdurando e eu não acredito também nessas mudanças políticas. Enfim, país de Mossoró, a grosso modo, eu entendo cada vez mais como a confirmação de uma oligarquia. Apesar de se investir no desenvolvimento da cultura. Mas a gente sabe que é uma cultura fechada. Você vê pessoas tentando se afirmar, mas eu acho que os caminhos políticos são fechados. Você tem que está o tempo todo rezando na cartilha de alguém, porque é fulano que é parente não sei de quem. Eu não vejo muito acesso na cidade. Mossoró é uma cidade muito limitada, as pessoas são muito apegadas a questões de laço de parentesco. Quase não se vê alguém sendo reconhecido pelo valor do conhecimento que ela tem.

E: qual a leitura que a senhora faz dos marcos históricos de Mossoró: o Motim das Mulheres, Abolição dos Escravos, Voto Feminino e Resistência ao bando de Lampião?

S: Eu trabalho a abolição, a histórica afro. Eu converso muito sobre isso, a história do cangaço e até mesmo o surgimento da cidade de Mossoró, quando Mossoró surgiu, que era uma fazenda e foi crescendo, o desenvolvimento da famosa oligarquia. Porque os Rosado acham que como eles foram realmente um marco do avanço da cidade, um impulso, então eles dizem

que tem que continuar acompanhando eles, e que a gente deve tudo isso a eles. Minha aula sempre foi uma aula muito crítica em relação a esses marcos históricos, sempre foi. Eu acho que nesses eventos, Chuva de Bala e Auto da Liberdade, houve e há uma intenção de resgatar a história e de mostrar para a cidade o que foi que Mossoró fez, mas eu acho que não há a intenção de mudar a cabeça das pessoas. É só com o objetivo de fazer com que as pessoas conheçam, e eu acho que pára nesse ponto. Eu acho que é mais uma questão de levar essa cultura para o país inteiro, ou para outros países, mas eu entendo que não há um objetivo de querer mudar. Eu acho que é mais uma questão de querer mostrar o que foi que Mossoró viveu, o poder de Mossoró, a bravura da cidade.

E: A senhora acha que existe influência política na escola?

S: Não tem por conta do trabalho do professor. O professor desenvolve do jeito que ele acha que é o certo. Se você tem que passar isso para o aluno, você passa os dois lados e é o aluno que vai ter a percepção. De certa forma eu influencio, porque eu não vou deixar o meu aluno pensando desse jeito. Eu acho que mudou muito de um tempo para cá (de um bom tempo). Eu acho que não tem mais esse professor com um pensamento do passado. O professor está muito moderno, muito politizado, a consciência política do professor é muito forte. Ele sente uma necessidade muito grande de tornar a nossa sociedade uma sociedade pensante, e que até mesmo ela pense melhor do que nós que já vivemos tempos passados.